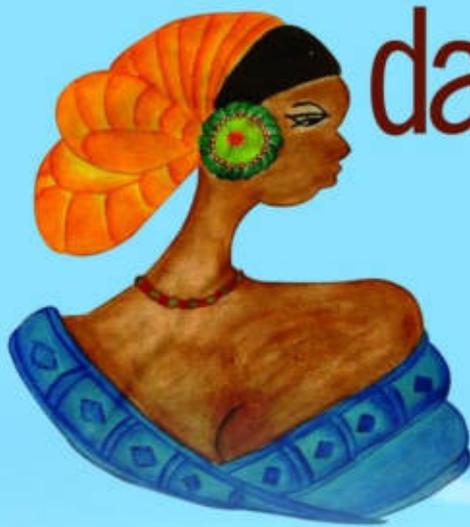




UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL

DANYCELLE PEREIRA DA SILVA

# Os fios da Memória



PRESENÇA AFRO-BRASILEIRA EM  
ACARI NO TEMPO DO ALGODÃO

NATAL/RN  
2014

**DANYCELLE PEREIRA DA SILVA**

**OS FIOS DA MEMÓRIA:  
PRESENÇA AFRO-BRASILEIRA EM ACARI NO TEMPO DO ALGODÃO**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.  
Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Julie A. Cavignac**

**NATAL/RN**

**2014**

**OS FIOS DA MEMÓRIA: PRESENÇA AFRO-BRASILEIRA EM ACARI NO  
TEMPO DO ALGODÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Julie A. Cavignac

APROVADA EM: 24/09/2014

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Julie Antoinette Cavignac (UFRN)  
(PRESIDENTE)

---

Prof. Dr. Carlos Alexandre Barboza Plinio dos Santos (UNB)  
(EXAMINADOR EXTERNO)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria José Alfaro Freire (UFRN)  
(EXAMINADOR INTERNO)

---

Prof. Dr. José Glebson Vieira (UFRN)  
(EXAMINADOR SUPLENTE)

As famílias negras de Acari que compartilharam suas memórias e seus saberes, minha profunda gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus pelas muitas bênçãos que me proporcionou durante esta caminhada, abrindo-me caminhos e me presenteando com descobertas e surpresas quando tudo parecia obscuro. Aos meus pais, Dacira e José, pelo apoio incondicional e pelo incentivo constante. Vocês são presentes na minha vida, nunca me deixaram desistir mesmo quando o sonho a alcançar parecia inatingível. Aos meus irmãos, Sérgio e Camila, agradeço pelo carinho e pelas muitas conversas de fim de noite, onde juntos rimos e compartilhamos nossas dificuldades de caminhada.

Ao meu esposo Angel Fuentes, que compreendeu as ausências, os dias de estresse, as noites em claro. Incentivou-me, enxugou minhas lágrimas nos momentos de angústia e se alegrou a cada avanço junto comigo. Obrigada amor, sei que assim como eu, você termina esta etapa sendo um seridoense de coração. A minha família cubana, Maricela, Argel e Adriano, meu agradecimento pela preocupação mesmo com a distância que nos separa. Gracias mi familia querida!

A minha orientadora Julie Cavignac que me apresentou ao Seridó e com sua experiência e perspicácia me auxiliou na elaboração de mais este trabalho. Agradeço pela parceria, pelo carinho e pela paciência durante esta caminhada.

Aos professores da pós-graduação em Antropologia Social, por contribuírem para minha formação.

Ao Prof. Helder Macedo, pelas contribuições por ocasião da minha qualificação e também em diversos momentos desta pesquisa. Ao Professor Edmundo Pereira, pelas contribuições feitas na minha qualificação e pelas conversas de corredor que sempre me inquietavam, fazendo-me buscar novas respostas e soluções!

Aos amigos que a UFRN me deu para toda a vida, Ivanildo, Fábio, Elissângela, Kelly, Paulo Filho, Luciana, Cláudio Rogério, Ionara e Ariele; compartilharam das tortuosidades do caminho e me alegraram nos momentos de aflições. Aos colegas de turma do mestrado, em especial as duas amigas Ângela Bezerra e Maria Ângela. “Maricotas”, com muita luta e amor pelo Seridó chegamos ao fim deste desafio! Jamais esquecerei nossas aventuras e nossas conversas terapêuticas!

Aos amigos da secretaria da graduação e da pós-graduação em Antropologia Social, Gabriela e Adriano, obrigada pelos cafés nas tardes de estudo da UFRN e pela ajuda sem hesitação nos percalços do caminho.

A minha amiga Jardelly, sua amizade foi um presente que esta pesquisa me proporcionou. Obrigada por ser este anjo da guarda seridoense!

Aos acarienses Angelina, Sergio Enilton, Lúcia e Jesus de Rita de Miúdo por estarem sempre dispostos a me ajudar nas novas descobertas, com paciência e carinho. Sem vocês a pesquisa não seria a mesma!

Aos meus interlocutores de todas as famílias pesquisadas em Acari, meu muito obrigada! Vocês abriram a porta de suas casas para uma “estranha” e compartilharam comigo segredos, vivências e saberes, jamais terei como agradecer.

Quero deixar aqui um agradecimento especial a três mulheres guerreiras: a Dona Zélia, que sempre me acolheu muito bem em sua casa, preocupando-se comigo até quando estive doente. A Dona Geralda e sua filha Cristina, pelas conversas animadas e pela paciência em me explicar sobre os nomes e sobre o sítio Saco Pereiras. E a Dudifa “*in memoriam*”, que faleceu durante a pesquisa, mas que jamais será esquecida. Sua alegria ficará sempre na minha memória e na memória daqueles que a conheceram!

Por fim, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudos entre março de 2012 e fevereiro de 2014.

## RESUMO

A história da expansão colonial nos sertões do Seridó no século XVIII e a fixação dos primeiros povoadores em torno das fazendas de gado e, mais tarde, da cultura do algodão, ocultou a presença afrodescendente. Por outro lado, a escravidão é vista como "branda" e como um fenômeno secundário pelo fato de ter um reduzido número de escravos em relação ao litoral açucareiro. Porém, não se podem minimizar as marcas que deixaram mais de três séculos de dominação colonial, pois a violência simbólica ainda persiste. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as causas e as consequências do silenciamento da presença afro-brasileira e da invisibilização dos núcleos familiares no município de Acari. Através das memórias das famílias Nunes, Inácio e Pereira, antigas moradoras do Saco dos Pereira, e das famílias Pedros, Paulas, Higinos e Félix, antigos moradores das fazendas da região, pretende-se refletir sobre as atividades de sobrevivência, as relações de trabalho, a propriedade da terra e os esbulhos ocorridos nos séculos XIX-XX, bem como mostrar a importância das tradições familiares na elaboração dos discursos sobre o passado e das identidades diferenciadas. A metodologia utilizada durante a pesquisa teve como foco as entrevistas que contemplam as histórias de vida e as memórias dos nossos interlocutores, em particular os afrodescendentes. Os relatos colocam uma luz sobre as vivências no período algodoeiro, os ofícios realizados na fazenda (vaqueiro, louça, bordado, culinária) e mostram a importância das famílias negras para entender o cenário Acariense. Também, fotos e documentos cartoriais foram coletados para melhor compor as histórias de vidas. O estudo revela a presença de muitas famílias negras agregadas às fazendas e mostra que existe outra versão da história local, tendo como protagonistas àqueles cuja memória foi silenciada e que ficaram marcados pelo estigma da escravidão.

**Palavras-chave:** Famílias afrodescendentes – Memórias – Invisibilidade.

## RESUMEN

La historia de la expansión colonial en los sertões del Seridó del siglo XVIII y el asentamiento de los primeros pobladores alrededor de las haciendas de ganado y más tarde de la cultura de algodón, oculto la presencia afrodescendiente que ya regía esa vasta región. Por otro lado, la esclavitud se observaba como un fenómeno de segunda prioridad y leve, por el hecho de tener un número de esclavos muy reducido en relación al litoral azucarero; sin embargo no se puede minimizar las marcas que dejaron más de tres siglos de dominación colonial, pues la violencia simbólica en su descripción aun existe. Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre las causas y consecuencias de la extinción precoz de la presencia afro-brasileña y de la invisibilidad de los núcleos familiares en el municipio de Acari. A través de las memorias de las familias Nunes, Inácio y Pereira, antiguos moradores del Saco de los Pereira y de las familias Pedros, Paula, Higinos y Félix outroras moradores de las haciendas de la región, pretendemos reflexionar sobre las actividades de sobrevivencia, las relaciones de trabajo, la propiedad de la tierra y los robos ocurridos en los siglos XIX – XX, así como mostrar la importancia de las tradiciones familiares en la elaboración de los discursos sobre el pasado y de las variadas identidades. La metodología utilizada durante la investigación, mantuvo como foco las entrevistas que contemplan historias de la vida y las memorias de nuestros interlocutores, en particular los afrodescendientes. Los relatos colocan una luz sobre las vivencias en el período algodonoero, los oficios realizados en las haciendas (vaquero, bordado, culinaria, losa) donde se muestra la importancia de las familias negras para entender el escenario Acarienses. También fotos y documentos cartoriáles que ayudaron a componer las historias de vida. El estudio revela la presencia de muchas familias negras vinculadas a las haciendas, demostrando que existe otra versión de la historia local, teniendo como protagonistas aquellos cuya memoria fue silenciada y quedando así marcados por el estigma de la esclavitud.

Palabras claves: Familias afrodescendientes – Memorias – Invisibilidad.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>1. NOS CAMINHOS DO SERTÃO</b>	16
1.1 O CAMPO, OS CONFLITOS E AS FAMÍLIAS	17
1.2 PORQUE QUESTIONAR A HISTÓRIA?	23
1.3 A OCUPAÇÃO COLONIAL SERIDOENSE	27
1.4 NOTAS SOBRE A ESCRAVIDÃO NO SERIDÓ (SÉC. XVIII-XIX)	30
1.5 TRAJETÓRIAS SINGULARES DE LIBERDADE	35
<i>1.5.1 A trajetória de escravos alforriados: Nicolau Mendes da Cruz e Feliciano José da Rocha</i>	37
<i>1.5.2 Sobre Feliciano José da Rocha</i>	38
1.6 DE COMO NASCEU ACARI	41
Anexo do Capítulo I	48
<b>2. TECENDO ÁRVORES DE MEMÓRIAS</b>	51
2.1 OS FIOS DAS MEMÓRIAS	54
2.2 ‘O POVO DO SACO É QUE É IMPORTANTE’: memórias do Saco dos Pereira	57
<i>2.2.1 O roubo das memórias</i>	62
<i>2.2.2 As terras “engolidas”</i>	73
2.3 “AQUI É TUDO PRIMO”: memórias d’os Pedro, Paulas, Felix e dos Higinos	78
<i>2.3.1 Famílias e laços</i>	81
2.4 A TRANSMISSÃO DOS NOMES	92
<b>3. MEMÓRIAS SOBRE TRABALHO, CONFLITOS E TRADIÇÕES</b>	98
3.1 MEMÓRIAS SOBRE TRABALHO E CONFLITOS	99
3.2 MEMÓRIAS DE TRADIÇÕES: Louceiras, Lavadeiras, vaqueiros e artesãos!	107
<i>3.2.1 As cozinheiras</i>	119
<b>VELHAS FAMÍLIAS NEGRAS ACARIENSES</b>	126
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	130

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização do município de Acari .....	18
Figura 2: Ferro da fazenda Pendanga, Acari/RN .....	28
Figura 3: Fazenda Barrentas .....	39
Figura 4: Igreja N. S. do Rosário, Acari – RN .....	42
Figura 5: Mapa da fixação Portuguesa e da localização das famílias nas fazendas.	44
Figura 6: Manoelzinho do Navio e Maria Miquelina de Jesus .....	45
Figura 7: Mapa da localização das famílias pesquisadas no centro urbano de Acari. ....	54
Figura 8: Mapa do Saco dos Pereira desenhado por Damiana Jacinta.....	60
Figura 9: Serrotinho, uma das Serras do Saco dos Pereira .....	63
Figura 10: Paulo Nunes em sua casa no Saco.....	64
Figura 11: Raimundo Nunes recebendo alunos do Projeto Tronco, ramos e raízes! .....	64
Figura 12: Onessino Onésio em sua casa em Acari/RN.....	64
Figura 13: Gráfico de Manuel Esteves e parentela .....	67
Figura 14: Geneagrama da Família Nunes.....	68
Figura 15: Geneagrama da Família Inácio.....	70
Figura 16: Geneagrama da Família Pereira.....	71
Figura 17: Três gerações da família Inácio.....	76
Figura 18: Geralda Nunes na sua casa em Acari - RN.....	77
Figura 19: Casamento de Dona Geralda Nunes .....	77
Figura 20: Dona Zélia mostrando o molde de seus desenhos .....	79
Figura 21: Sebastiana Maria do Sacramento e José Pedro do Nascimento.....	83
Figura 22: Geneagrama da família Pedro.....	85
Figura 23: Geneagrama da família Paula.....	87
Figura 24: Geneagrama da família Higino.....	88
Figura 25: Geneagramas que mostram uniões entre as famílias.....	89
Figura 26: Sebastiana Maria do Carmo “Bastinha” em sua casa em Parnamirim/RN.....	90
Figura 27: Fragmento do Livro de Batismo da Paróquia de N. S. da Guia.....	91
Figura 28: Geneagrama da família Félix .....	91
Figura 29: Josefa mais conhecida como "Dudifa", Acari -RN, 2013.....	92
Figura 30: Raimundo Caicó e sua esposa Maria, em sua casa em Acari/RN .....	105
Figura 31: Antiga máquina de beneficiamento do Algodão da fazenda Talhado, Acari-RN .....	105
Figura 32: Jarra de cerâmica feita pelos Nunes do Saco.....	107
Figura 33: Raspa de queijo quente de manteiga, feita na fazenda Imburanas, Acari-RN .....	109
Figura 34: Tear e fuso em exposição no Museu do Vaqueiro, Acari-RN.....	114
Figura 35: Carteira de trabalho de Zélia Maria .....	117
Figura 36: Comidas afro-brasileira durante feira da consciência negra em Acari-RN. ....	120
Figura 37: Dona Zélia preparando a massa do filhós.....	121
Figura 38: Furrumbá, doce preparado por Dona Zélia.....	124

Figura 39: Zenaide Maria, irmã de Dona Zélia, na feirinha cultural da Reunião Brasileira de Antropologia/2014, representando o Grupo Pérola Negra de Acari-RN .....	127
Figura 40: Gabrielly Souza, recebendo o título de Rosa de Maio de 2014 .....	128

## INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre as memórias das famílias negras de Acari<sup>1</sup>, município do Seridó norte-rio-grandense. No contexto dos sertões a escravidão era tida como 'branda' pelo reduzido número de escravos concentrados nesta região se comparada com outras regiões como no litoral e agreste onde os escravos estavam em maior número. Porém, não se pode minimizar a presença cativa e os seus desdobramentos, ainda que o número de escravos fosse reduzido. A expansão dos sertões do Seridó, no século XVIII, e a fixação dos primeiros povoadores de Acari sempre se retratou com ênfase nos protagonistas brancos, ocultando ou invisibilizando a presença afrodescendente. Tenho consciência que este é apenas o início do que ainda pode ser descoberto em relação da presença afrodescendente na região.

Agrupei as famílias pesquisadas em árvores genealógicas para encontrar suas interligações e distâncias: é o algodão que está fiando estas memórias, já que é o cenário que norteia as vivências da maioria dos interlocutores. O “ouro branco” funcionou também como estratégia de pesquisa, pois facilitou a aproximação com meus interlocutores e me permitiu descortinar as histórias de vida e colocá-las lado a lado, reconstituindo algumas memórias de família.

A escolha por trabalhar com as famílias afrodescendentes foi impulsionada por meu trabalho de graduação<sup>2</sup>, em que analisei a história de Feliciano José da Rocha, um escravo que virou coronel. Constatamos, em Acari, que existia um tabu em relação ao passado escravocrata. Os afrodescendentes tinham vergonha da sua ancestralidade, e muito desta negação está associada ao preconceito visível na sociedade acariense. Ao investigar a memória de um escravo, que teve uma ascensão social e cuja história foi escrita, identifiquei núcleos afrodescendentes oriundos das fazendas do município. A partir destes registros, verifiquei que havia relações entre estes núcleos baseadas no

---

<sup>1</sup> Acari é um município localizado na região do Seridó, sua população é de 11.035 habitantes (IBGE, 2013), sendo 8.841 residentes na área urbana e 2.348 na zona rural. Está a uma distância de 201 quilômetros da capital do Estado.

<sup>2</sup> A Monografia ‘O escravo que virou coronel’: Lembranças de Feliciano José da Rocha versa sobre a memória de um personagem atípico: o escravo Feliciano José da Rocha que virou coronel. Feliciano é envolto em muitas histórias: conquistou sua liberdade e tornou-se homem de posses nas terras do Seridó. Entretanto, sua história foi silenciada ao longo dos anos, e o que se sabe sobre esta figura histórica importante são pequenos eventos relatados por historiadores, cronistas locais e possíveis descendentes (SILVA, 2012).

parentesco. Todas as famílias enfrentaram dificuldades: os esbulhos de terra, as relações de dominação e poder, o trabalho nas fazendas etc.

Inicialmente, tive como ponto de partida o sobrenome de algumas famílias: os Nunes, os Inácio e os Pereira; ramos familiares localizados no Saco dos Pereira, zona rural do município de Acari. Devido à dificuldade de encontrar interlocutores naquele lugar, voltei às primeiras pistas sobre as outras famílias. Deparei-me assim com outros ramos familiares: Os Pedros, as Paulas, os Félix, os Higinos, os Belém e os Luta<sup>3</sup>. Pela dificuldade de trabalhar um tema que tem a ver com a escravidão, resolvi investigar a história destas famílias usando como cenário o plantio do algodão, ciclo econômico de primeira importância para a região; em particular entre as décadas de 1915 a 1970, período correspondente à memória dos meus interlocutores.

Minhas primeiras inquietações dizem respeito à negação da presença afrodescendente na cidade: por que os interessados negam sua origem étnica? Por que tanto silêncio e resistência em Acari quando se fala da escravidão? O interesse em fazer o registro das famílias negras de Acari soma-se ao questionamento das práticas produtivas do algodão nas memórias locais, sejam materializadas nas ruínas das usinas, seja em referência à prosperidade alcançada por alguns fazendeiros durante este ciclo. A relevância desta pesquisa está baseada, sobretudo, no registro das memórias dessas famílias, levando a fazer reflexões sobre as razões da invisibilidade do negro na história do Seridó. O passado de Acari bem como dos outros municípios do Seridó foi escrito por uma elite branca que não deu margem às minorias e que só agora começa a ter espaços para a emergência de memórias marginalizadas.

O silenciamento do passado em relação à escravidão representa uma forma de resistência à dominação secular das elites brancas, ao mesmo tempo em que revela um sistema político/econômico fundado na desigualdade e na repressão às famílias negras. Será que hoje, com um novo contexto político nacional, essa história pode ser revisitada?

As memórias dessas famílias, que pareciam ser indizíveis, é o primeiro passo para compor, o que Comarrof & Comarrof (2010) chama de história subversiva; memórias que permitem a reescrita da história que vão na contramão do que foi escrito pela hegemonia local. Ao construir as árvores genealógicas baseadas nas entrevistas realizadas com os interlocutores, registro essas famílias e abro margem para pesquisas

---

<sup>3</sup> Esses dois últimos núcleos não puderam ser incluídos na pesquisa pela falta de tempo para um melhor aprofundamento.

futuras, que se aprofundem na pesquisa cartorial para encontrar maiores informações sobre o passado destes núcleos familiares.

O veículo da transmissão da memória no seio destas famílias mais latente deu-se pelos nomes, pelos trabalhos e artes de fazer. São esses os caminhos que levam os interlocutores aos seus ancestrais. Contradizendo a história oficial, os vencidos – leia-se: negros, índios, caboclos, vaqueiros – prosperaram, construíram suas linhagens e mantiveram suas tradições. Isto foi esquecido pela historiografia regional não sem razão, pois os que escreveram a história eram filhos e netos dos primeiros sesmeiros (PRICE, 2000). As memórias e as histórias de Acari perderam-se no silêncio do tempo. Ao visitarmos os lugares que poderiam nos remeter a um passado afrodescendente, percebemos que eles estão vazios desta memória, não traduzem um sentimento de pertencimento, tendo em vista que para pertencer é preciso existir a memória, a vivência.

As narrativas escritas sobre o Seridó baniram o protagonismo negro das memórias a serem transmitidas, assim como também as tentativas de mostrar as relações entre senhor e alforriados (brancos e afrodescendentes) como uma interação amistosa e amigável (CAVIGNAC, 2011). Entretanto, a impossibilidade de se fazer visível tanto na história oficial quanto nas narrativas orais, mostra que a memória transmitida foi selecionada e refeita a favor daqueles com maior poder e prestígio (SILVA, 2012). A escassez (e/ou ausência) dos elementos de uma história afro-brasileira e da história e da memória negra na cidade de Acari mostra o trabalho de dominação colonial que resultou na negação do sentimento de pertença a uma cultura de origem africana.

Podemos identificar isso nos monumentos históricos na qual revelam a identidade acariense, como o Museu do Vaqueiro de Acari, e retrata a cultura sertaneja na figura do vaqueiro, não fazendo referência à presença afrodescendente em sua exposição permanente. O Museu era uma antiga Casa de Câmara e Cadeia, têm dois pavimentos; em sua parte superior encena as famílias mais ilustres de Acari e seus descendentes, enquanto na parte inferior, possui duas salas, uma que remete ao período algodoeiro, e outra sobre a pesca e a produção do queijo manteiga. Em nenhuma delas contempla-se de maneira enfática a presença afro-brasileira ou indígena.

As Irmandades do Rosário estão representadas em diferentes cidades no Seridó: em Parelhas, na comunidade de Boa vista dos Negros, em Jardim do Seridó, em Serra Negra do Norte e em Caicó, mas não em Acari. Apesar de ter a Igreja de N. S. do Rosário, tombada pelo IPHAN, não há nenhuma atividade que remeta a cultura afro-

brasileira. Mesmo com a presença de grupos negros em municípios vizinhos, a Festa da Irmandade do Rosário de Acari<sup>4</sup> esvaziou-se da presença negra desde meados dos anos 1960, quando a festa passou a assumir apenas a versão religiosa sem a participação dos negros, o que pode ser o reflexo da ideologia do branqueamento da sociedade. Alguns dos próprios descendentes de participantes chegam a negar a presença de seus parentes na participação da Irmandade do Rosário, tamanha é a negação da ligação com a questão negra.

Acari se percebe através de rastros de memórias elitizadas. A identidade do município está ligada a um patrimônio rico e se traduz nos lugares de memória, como o Museu do Vaqueiro, as antigas casas de fazenda, mas também pelos seus escritores, cronistas locais, que vem delineando o curso destas memórias oficiais. Neste grupo de escritores estão os filhos das "elites" do Seridó, como Manoel Dantas, que escreveu *Homens de Outr'ora* (1941), Olavo de Medeiros Filho, autor de *Velhas Famílias do Seridó* (1981), Jayme Santa Rosa, autor de *Acari: história, fundação e desenvolvimento* (1974), para exemplificar apenas alguns nomes que colaboraram com obras importantes para o registro das memórias seridoenses, mas que como afirma GOODY (2008) construíram estas memórias e a história do Seridó sob a luz de suas próprias histórias, negligenciando as memórias das famílias menos abastadas, mas de igual valor diante da história.

Diante desse quadro de silenciamento pelos registros oficiais, o algodão foi minha estratégia inicial de pesquisa, e assim pela via do trabalho, consegui ir montando uma pequena rede de interlocutores, que apresento em mais detalhes no primeiro capítulo deste trabalho. A construção desta rede foi lenta e difícil, pois além do tabu quanto ao tema, somava-se a recente eleição para prefeito que culminou com o início do meu trabalho de campo. Isso influenciou, pois um partido que estava há anos no poder, perdeu as eleições.

Para além do cuidado em conversar sobre as questões do trabalho, devia ser cautelosa com relação ao "lado político" dos interlocutores. Assim, ao acessar as memórias de família (HALBWACHS, 1990), memórias privadas, envoltas em segredos, fui descortinando um passado que muitas vezes era transmitido somente no seio de um só núcleo familiar. Ao longo da pesquisa percebi que para além da memória da junção de troncos familiares, eu também estava tratando de memórias únicas, na qual estavam

---

<sup>4</sup> Sobre a Irmandade do Rosário de Acari ver MORAIS (2012).

relegadas ao status privado de cada uma destas famílias. Tais memórias fiam uma história que não se configura em uma afirmação étnica destes indivíduos, mas mostram um passado antes silenciado. Estas memórias subterrâneas, categoria utilizada por Pollak (1989), transmitidas pela via oral entre as gerações, não podem ser apenas vistas como memórias privadas, mas também como uma forma de resistência, de perpetuar práticas, nomes e saberes diante do silenciamento nos discursos oficiais. São essas memórias de família que agora se apresentam na forma de resistência, mostrando a riqueza e as memórias que antes não podiam submergir de um passado sofrido para um presente repleto de estigmas.

Este trabalho<sup>5</sup> está dividido em três momentos. Inicialmente, será questionada a história local e irei propor outros caminhos para fazer a leitura do passado de Acari, colocando a ênfase na presença afrodescendente. Neste primeiro capítulo reflito ainda sobre a condição do escravo no sertão e as feições que tinha o sistema escravocrata na região seridoense, exemplificando através de histórias exemplares como a do forro Feliciano da Rocha. A fundação de Acari será revisitada à luz da presença negra, discutindo como esta versão da história passa a conferir maior visibilidade àqueles que estiveram fora das linhas do poder e segregados, fadados ao silêncio.

No segundo capítulo apresento as famílias e suas árvores, mostrando suas ligações pelo parentesco e a transmissão dos nomes. O terceiro capítulo traz as memórias destas famílias quanto ao trabalho, os conflitos de terra e os ofícios. Assim, ao entrelaçar os fios tecidos ao longo da pesquisa, em que articulo as diversas vozes vão surgindo, novas pistas vão aparecendo, o passado cativo e o trauma resultante de uma dominação secular vão sendo deixados para trás e propiciando o surgimento de um novo cenário para as memórias antes silenciadas.

Ainda que o esforço seja no sentido de contemplar as diversas vozes e ouvir os gritos silenciados, o trabalho contempla apenas uma parte desta grande memória afrodescendente no Seridó. A intenção de usar o algodão como mote para pensar a questão negra sugere um olhar diferenciado para uma história de glórias e derrotas já contada tantas vezes. O ouro branco do Seridó deve também seu reinado às mãos negras que com afinco colheram, beneficiaram, enfiaram e venderam à malvacea. As mãos que construíram “impérios” têm a chance de mostrar não só suas faces, mas suas vozes e suas histórias.

---

<sup>5</sup> A dissertação faz parte de um projeto de pesquisa e extensão coordenado pela Profa. Julie Cavignac intitulado “Memórias da Escravidão” com financiamento CNPQ e PROEXT/UFRN.

## CAPÍTULO I

### NOS CAMINHOS DO SERTÃO

"Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas - de fazer balancê, de se remexerem dos lugares... São tantas horas, de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo muito miúdo recruzado."  
(João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas.)

## 1. NOS CAMINHOS DO SERTÃO

### 1.1 O CAMPO, OS CONFLITOS E AS FAMÍLIAS

“Imagine-se então o leitor sozinho, sentado no alpendre de uma casa no meio do sertão, rodeado de fotos, recortes de jornais, documentos cartoriais, registros de igrejas e muitas horas de histórias de vida em seu gravador...”  
(Parafraseando Malinowski em Argonautas do Pacífico)

A memória será a linha que usaremos para costurar as histórias de vida das famílias aqui retratadas. Neste primeiro momento do trabalho, apresento o campo, meus interlocutores e as dificuldades e percalços da pesquisa. Questiono a memória hegemônica construída em torno da história de Acari, propondo outras possibilidades de leitura para a história do município. Aponto também, trajetórias singulares de negros ligados ao passado de Acari, assim como demonstro os rastros da escravidão no município.

A procura das famílias afrodescendentes me levou ao campo da memória: ao regressar em Acari em 2013, eu já tinha pistas e nomes. Exponho inicialmente meu campo e os interlocutores que me ajudaram a compor esta pesquisa, contextualizando a situação política da cidade e as dificuldades encontradas. Viajei a Acari, tendo como finalidade a pesquisa de campo para este trabalho durante 2013 e 2014. As viagens tinham duração de três a sete dias, e eram sempre permeadas por muitas entrevistas. Como realizei uma pesquisa na graduação eu já tinha alguns interlocutores na cidade: meu principal interlocutor<sup>6</sup>, na cidade, era Sergio Enilton, funcionário da prefeitura, historiador. Ele me ajudou a compor grande parte da monografia sobre Feliciano da Rocha. Outra interlocutora importante foi Angelina, dona do Bistrô, no Gargalheiras, bairro adjacente ao centro de Acari, iniciou-me nas narrativas sobre o algodão, dada sua experiência de trabalho na Usina<sup>7</sup>.

Das famílias que figuram neste trabalho, conhecia Dona Maria Celsa, da família Inácio, que hoje se encontra no abrigo público por não ter filhos. Também já havia visitado seu Raimundo Nunes, morador do Saco dos Pereira, em ocasião da pesquisa

---

<sup>6</sup> Ao final deste capítulo há um quadro onde apresento melhor os interlocutores (ver pág. 48)

<sup>7</sup> Usina Nóbrega e Dantas, já desativada atualmente.

feita na graduação. Outra interlocutora conhecida era Maria da Guia Pereira, moradora da Cacimba de Cabras (fazenda que pertenceu a Feliciano da Rocha) e que faz parte da família Pereira do Saco. Outro importante interlocutor foi Seu Hermes Medeiros, aposentado, trabalhou como empregado em várias fazendas de Acari. Por fim, tinha um contato com Jesus de Miúdo, administrador, escritor, filho de Acari e descendente do ex-escravo Feliciano José da Rocha. Ainda que não tenhamos conversado pessoalmente nos últimos tempos, Jesus cedeu algumas fotos que compõem este trabalho, que figuram em um rico acervo que possui.

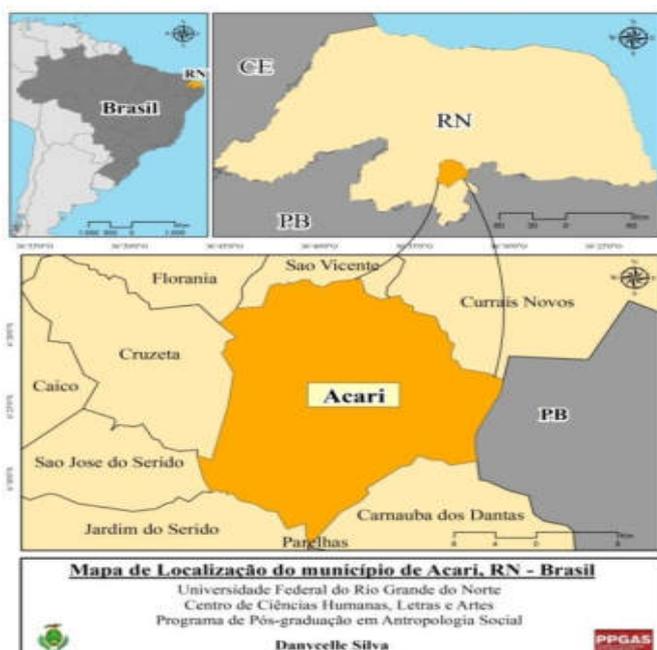


Figura 1: Mapa de Localização do município de Acari

Apresentados os “antigos interlocutores”, é importante destacar que a volta a Acari se deu quase como um novo recomeço. A eleição de 2012, que empossava o prefeito Isaías de Medeiros Cabral, reconfigurou o jogo político na cidade. O antigo partido estava há 20 anos no poder, mas perdeu as eleições e agora havia um novo contexto político instaurado no município. Ainda que isto não

estivesse ligado ao meu trabalho diretamente, interferia fortemente no

contato com meus antigos interlocutores e com os novos. A direção do Museu do Vaqueiro<sup>8</sup> mudou várias vezes desde então e várias outras pessoas de cargos ligados à cultura foram realocadas em outras funções. A maneira encontrada por mim foi recomeçar o percurso do zero, tentando novos contatos.

Resolvi adotar uma postura que não me identificava com nenhum dos segmentos, e caminhar tanto pela via da nova diretoria do Museu, como da antiga. Foi através deles que conheci alguns dos outros interlocutores da pesquisa: Dona Geralda Gilce (da família Nunes), aposentada, prima de Raimundo Nunes e Maria Celsa, antiga moradora do Saco; a experiência de seu Raimundo Caicó, antigo morador da Fazenda

<sup>8</sup> O Museu do Vaqueiro fica no centro da cidade de Acari, tendo sido antiga Casa de Câmara e Cadeia e foi tombado pelo IPHAN em 1964.

Talhado, revelou-se valiosa pois ele viu de perto todo o processo de modernização do beneficiamento do algodão e seu declínio. Raimundo Caicó me deu as primeiras informações sobre os Pedros, que segundo ele, é uma família descendente de escravos viventes no Talhado.

Nas idas e vindas conheci Irene e Cícera, irmãs oriundas do Saco, com parentesco do ramo dos Inácio. Irene, muito espontânea e calma, deu-me muitas informações para montar a árvore das famílias do Saco e da presença de outras famílias negras na cidade. Também entrevistei seu Onessino Onésio, 89 anos, oriundo do Saco, pertencente à família Pereira; ele falou sobre o local com a visão de alguém que mesmo pertencendo à família, nunca fixou morada no lugar. Neto de Chiquinha viúva, moradora de Acari conhecida pelo seu filho Sebastião da Viúva - vaqueiro afamado na cidade - ele falou sobre o algodão e seu declínio com bastante lucidez e riqueza de detalhes.

Durante as idas à prefeitura em busca de informações tive contato com Amarildo, filho de seu Chico, oriundo das Paulas da Fazenda Navio. Outros contatos foram feitos aqui em Natal, com pessoas que pertencem à família de Manoel Dantas e viveram no Navio, como é o caso de Dona Ivoneide Dantas e Alice Brito.

Através do Programa de Educação Patrimonial no Seridó-RN “Troncos, ramos e raízes”<sup>9</sup>, conheci Lukas Mateus, bolsista e graduando de história cujo parentesco é com a família dos Nunes. Lukas me possibilitou conhecer sua tia Damiana e o marido dela Tonheca, que gentilmente me levaram até o Saco e me apresentaram não só novos interlocutores, mas me deram uma visão do território que tem cada família atualmente. Damiana e Tonheca me apresentaram a seu Paulo Inácio, irmão de Dona Geralda Gilce e vive no Saco. Também conheci através deles Dona Vicência Silva, conhecida como “a centenária”, pois tem 101 anos. Dona Vicência é irmã de Maria Celsa, e tem como filho seu José Leão, que mesmo com alguns problemas de saúde, tem uma boa memória. Também com Damiana e Tonheca, regressei a casa de seu Raimundo Nunes, podendo ter uma conversa mais demorada do que as dos primeiros contatos.

Através do programa fui buscando cozinheiras negras por terem conhecimentos específicos sobre os modos de preparo dos alimentos e da vida das fazendas. Encontrei Dona Zélia Maria, descendente da família Pedro, antigos moradores do Talhado. A

---

<sup>9</sup> Projeto de extensão da UFRN coordenado pela Prof. Julie Cavignac com a participação de professores de áreas afins, como: história, geografia, letras. Envolvendo várias cidades do Seridó com presença marcante afrodescendente.

família de Dona Zélia é importante, pois representa um ramo afrodescendente que além de cultivar a arte de cozinhar, tem em suas memórias as narrativas dos “tempos do cativo”. Outros interlocutores vieram depois de Dona Zélia, pois ela me deu pistas para achar seus primos. Neste percurso encontrei Dudifa, Lourdes, Chico Higino, Sebastiana Higino e por fim, através de Jesus de Miúdo, consegui o e-mail de Ivanildo Higino, que se interessou por minha pesquisa e contribuiu no desbravamento destes troncos familiares.

Conforme já mencionei na introdução deste trabalho, há uma dificuldade dos interlocutores em se assumirem enquanto negros. O contexto social de Acari, só recentemente com a entrada de políticas públicas começa a mudar. No censo demográfico de 2010<sup>10</sup>, apenas 473 pessoas se reconheceram enquanto negros em um universo de 11.035 habitantes. Diante deste quadro de negação, nas primeiras entrevistas estive confusa sobre qual melhor estratégia usar para chegar até as memórias que até então eu considerava indizíveis (POLLAK, 1989). Inicialmente, questionava as pessoas sobre o algodão, como era a vida cotidiana e depois perguntava sobre o parentesco, a presença de famílias afrodescendentes etc. De maneira surpreendente isso mudou após a entrevista com Dona Geralda: nascida no Saco dos Pereira, Dona Geralda, logo na primeira entrevista, parecia querer desabafar algo que estava silenciado há muito tempo. Ouvi claramente a voz dos ditos subalternos submergir e vi também mudar ali o que moveria adiante a pesquisa. A questão da terra, dos maus tratos, da discriminação, do sacrifício estava sendo contada espontaneamente, sem que eu perguntasse diretamente sobre ela, com uma forte carga emocional. Foi só depois de conhecer a história de vida de Dona Geralda que tracei novas estratégias de pesquisa e passei a entender melhor a negação de ser afrodescendente naquela cidade. Tendo em mãos um pequeno mapeamento das famílias negras realizado no ano anterior, usei a estratégia de fazer contato inicialmente com um representante de cada família. No mapa preliminar constavam as famílias Nunes, Inácio, Tum, Caicó, Paulas, Higinos, Trajanos e Belém.

As entrevistas realizadas englobam as famílias: Nunes, Inácio, Pereira, Paulas, Belém, Pedro e Higinos, verifiquei ainda alguns ramos de sobrenomes Romão, Luta e Félix, mas que não foi possível fazer contato com os descendentes. Mesmo sabendo da

---

<sup>10</sup> Dados do IBGE, censo demográfico de 2010, disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=240010&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>

riqueza que poderia desvelar nas histórias destas famílias, necessitei optar por contar apenas a história das famílias do Saco (Nunes, Inácio e Pereira) e das famílias dos primos Pedros, Paulas, Higinos e Félix, cujos laços de parentesco estavam interligados. Paulatinamente, fui construindo as árvores destas famílias, baseadas na tradição oral, pois não havia tempo hábil para uma pesquisa cartorial profunda.

Para além destes interlocutores apresentados, há muitas outras pessoas que forneceram pistas para o desafio de montar as árvores das famílias, assim como para entender o processo da economia algodoeira. A exemplo de Berreman (1980), no seu trabalho em uma aldeia no Himalaia, demorei algum tempo para perceber a presença de grupos políticos que se opõem na cidade, e que precisava traçar estratégias de pesquisa, pois não era só eu que estava observando, mas estava sendo observada. O fato de pesquisar sobre famílias negras e preferir estas famílias em detrimento das que geralmente são procuradas para contar as memórias de Acari, trouxe os olhares para o meu trabalho.

"[...] o etnógrafo procura obter informações sobre a região interior; os sujeitos procuram proteger seus segredos, já que representam uma ameaça à imagem pública que desejam manter. Nenhum deles poderá ter um sucesso absoluto." (BERREMAN, 1980, pág. 142)

A dificuldade em conseguir autorização para visitar algumas fazendas da região é um dos elementos sinalizadores que nem tudo pode ser dito ou visto naquele contexto. Após ter acesso às histórias das famílias, foi possível compreender a resistência inicial dos atuais proprietários das grandes fazendas e dos descendentes dos moradores negros; houve recorrência nas narrativas dos afrodescendentes do Saco dos Pereira sobre o esbulho de terras na região por parte de famílias que dominaram a cidade durante vários séculos, sendo os mesmos desde a fundação da cidade. Estes esbulhos estão ligados a pressão fundiária ligada à expansão do cultivo do algodão, mas também do criatório de gado.

Há também uma forte resistência por parte destes fazendeiros, envolvidos na vida política local, assumirem um passado escravocrata. Durante a pesquisa, surpreendeu-me a maneira em que em situações pontuais, os donos de fazenda fizeram questão de negar que seus antepassados haviam tido mão de obra escrava, desabonando o discurso dos afrodescendentes que sinalizam o contrário. Assim, os documentos históricos e, em maior dimensão, os relatos orais permitiram-me adentrar no universo

que desejava conhecer, e pouco a pouco, os segredos se revelaram, seja na sala da casa grande, seja no curral, lugar de trabalho do vaqueiro.

Esta pesquisa traz uma etnografia baseada em memórias, sendo este um processo desafiador, pois o estar lá a que Geertz (2002) afirma nos conferir a autoridade etnográfica se encontrava fragilizado, já que o passado apenas se revela nas memórias do presente e se reflete no estar “aqui” da confecção do texto etnográfico.

O campo, neste sentido, revela-se também complexo e tortuoso, pois lida com os meandros e desencontros da memória (HALBWACHS, 1990). A interpretação dos documentos somados às memórias conferem “carne” e “sangue” ao trabalho etnográfico. O sangue configurado nas histórias de vida que fluem a partir das entrevistas, que foram à base da pesquisa.

No nosso entender as **hf**<sup>11</sup> são um instrumento metodológico extraordinariamente útil para recolher informação empírica sobre um dado contexto social, ou sobre um tema qualquer, no âmbito de um projeto de investigação. (CABRAL & LIMA, 2005, pág. 14).

As histórias de vida - no caso de Acari - são uma ferramenta exemplar para compor um microcenário de cada família. BOSI (1994) afirma que nenhum outro espaço social está tão intimamente ligado ao indivíduo como a família. O vínculo familiar persiste mesmo quando a família parece desagregada. Um episódio familiar pode remeter aos espaços, costumes, vestuários, revelando quadros sociais do passado. As histórias de vida vão justamente revelar os segredos privados que estavam guardados com estas famílias, mas também vão mostrar laços e solidariedades.

Os conflitos, os ofícios, a culinária, as migrações, a seca; todos estes elementos vão se mesclando nas narrativas das memórias evocadas. Neste sentido estamos nos desafiando a compor uma nova história, contada com as vozes daqueles que de fato sofreram e trabalharam nas plantações de algodão e estão invizibilizados historicamente nas narrativas oficiais do município.

---

<sup>11</sup> Abreviação do autor para “História de vida”.

## 1.2 POR QUE QUESTIONAR A HISTÓRIA?

A história contada depende de quem escreve. Este fato depõe contra uma historiografia que embora tenha um papel louvável em registrar os acontecimentos, deixou lacunas irrecuperáveis no que diz respeito às minorias. Em sociedades de tradição oral, a fala tem como papel a transmissão de tradições<sup>12</sup>; esta última não é um complemento de um documento escrito ou gravado, mas é reconhecida como fonte documental tendo o mesmo valor que o documento de arquivo (escrito).

Esta pesquisa se propõe a questionar algumas das fontes escritas, legitimadas no Seridó como versão oficial de fatos e marcos históricos. A história de Acari foi escrita pelos descendentes daqueles primeiros donos de terras que, sendo portugueses ou brasileiros abastados, dominaram o sertão e as letras do saber. Eles imprimiram suas marcas na literatura regional, construindo uma versão da história seridoense (MACEDO, 2005). Através das memórias de famílias afrodescendentes, espero contribuir para que seja contada uma nova história, uma nova matiz das memórias seridoenses, desta vez, dando espaço e voz a indivíduos e famílias que contribuíram através do trabalho para a formação do município de Acari e do Seridó.

A memória conduz este trabalho. Como afirma Paul Thompson(1992) ela pode ser tanto um “método” quanto o “objeto”. Ao optar por realizar uma etnografia fundada em memórias<sup>13</sup>, faz-se necessário aclarar de que maneira utilizo este termo. A memória é alvo de estudos filosóficos, na psicanálise e em vários outros campos das ciências humanas, cada campo de investigação nos leva a vários caminhos; desde os caminhos da fisiologia até as que têm como foco a subjetividade e a materialidade da memória. Pretendo trabalhar com o conceito de memória coletiva proposto por Halbwachs (1990) e reiterado por outros autores como Candau (2011): A memória coletiva traz consigo uma dimensão histórica e leva em conta as representações coletivas (SANTOS, 2003). O conceito utilizado por estes três autores nos dá as chaves para que possamos compreender como a memória foi repassada entre as famílias afrodescendentes de Acari e se torna uma ferramenta fundamental neste trabalho.

Para Halbwachs (1990) a memória é uma construção social e está inserida em quadros sociais, na qual o passado é reconstruído continuamente no presente. Os quadros sociais são as estruturas sociais, eles localizam a pessoa que rememora um fato

---

<sup>12</sup> Sobre oralidade ver Cavignac, 1997.

<sup>13</sup> Ou em lembranças, reminiscências, fragmentos do passado.

no tempo e no espaço. Para o autor, as lembranças são construídas de acordo com o contexto social; o indivíduo não lembra por si só de algum fato, pois para conseguir lembrar o indivíduo se apoia na memória coletiva, na memória do grupo ou comunidade da qual faz parte, ou seja, a memória é um construto social. “Aqueles que lembram, ao narrarem suas lembranças, estão sempre trazendo à tona memórias que foram construídas coletivamente” (SANTOS, 2003, pág. 70).

Em seu livro “A memória coletiva” e em toda a sua obra, Halbwachs (1990) trata à memória a partir do contexto social no qual os indivíduos estão imersos. O autor atribui a coletividade ao fato de podermos lembrar-nos de certos momentos ou acontecimentos; para ele, mesmo solitários em determinada situação, nós nos remeteremos às estruturas sociais que regem a vida em sociedade ou as lembranças que envolvem pessoas que pertencem a um mesmo grupo; “Não é necessário que os outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 1990, pág. 26). Nesta pesquisa, analiso a memória de vários grupos familiares para entender a presença dos afrodescendentes no Seridó. Verifica-se uma consolidação da memória destas famílias, apesar do caráter fragmentado. Foram desenvolvidos mecanismos que perpetuaram as práticas, os saberes, os nomes, as trajetórias de pessoas sem que fosse escrita uma história da presença afro-brasileira.

Halbwachs (1990) também ajuda a refletir o esquecimento: os indivíduos ocultam memórias ou passagens da vida, pois o contexto social e político interferem nas lembranças ou na forma como enxergamos determinadas situações. Em Acari, podemos refletir sobre como o poder das famílias brancas, detentoras das terras, interferiu na maneira como as pessoas rememoram suas lembranças. Os silêncios e os vazios da memória se devem a essas interferências; a lembrança nítida, talvez dolorosa, deu lugar ao medo e a negação (POLLAK, 1989). Ao impedir uma criança de frequentar a escola por causa da cor de sua pele ou da sua condição social, provoca-se um estigma que acaba se refletindo na hora de acionar as memórias referentes à sua condição étnica.

Quando nos deparamos com a ruptura memorial de um grupo marginalizado e esquecido, verificamos que este grupo praticamente desaparece da paisagem social para os próprios integrantes. Para Halbwachs (1990) isso é decorrente da falta de vivência ao grupo inserido, desta forma os indivíduos terminam por esquecer os elos que os uniam, as memórias que fortificam suas relações.

“Não posso mais despertá-lo em mim, porque, há muito tempo, não há mais nada em comum entre meus companheiros e eu. Não é culpa nem da minha memória nem da deles. Porém uma memória coletiva mais ampla, que compreendia ao mesmo tempo a minha e a deles, desapareceu.” (HALBWACHS, 1990, pág. 34)

Neste sentido, este trabalho segue na linha das pesquisas realizadas tradicionalmente no campo das ciências humanas. Ao abordar a memória coletiva, partimos das histórias de pequenos grupos e neste caso as das famílias negras, para realizar um contraponto aos discursos históricos de grandes feitos e fatos. Também nesta pesquisa há elementos influenciadores da nova história, que deixou o âmbito macro de estudos, para também retratar os detalhes, e o universo da micro história (WACHTEL, 1996; REVEL, 1998, LEVI, 2000).

Para compreendermos como a memória coletiva é repassada e repensada, voltamos para a maneira como a história é construída, passando pelo domínio da escrita, do poder e do grupo. Quando VANSINA (2010) comenta em seu texto o trabalho de Jack Goody sobre a escrita, exemplifica este pensamento sobre o poder daqueles que detém a capacidade de construir a narrativa escrita.

“É o grupo dirigente de uma sociedade que retém a posse das tradições oficiais, e sua transmissão é geralmente realizada por especialistas, que utilizam meios mnemotécnicos (geralmente canções) para reter os textos” (VANSINA, 2010, 150).

A narrativa cravada por estes grupos provoca o que Goody (2012) propõe como ser uma homeostase, ou seja, o apagamento de memórias coletivas. Este pensamento corrobora com o de BENJAMIN (1987) em “Sobre o conceito da História”, quando reflete sobre a construção da historiografia. O autor propõe pensar a história não em um tempo "vazio e homogêneo", mas como um processo em construção. Mostra que nem todo fato, por si só, é um fato histórico; este último será determinado pela capacidade de empatia. Para Benjamin, a empatia é a capacidade de nos colocarmos no lugar do outro. Para o autor, o historiador estabelece uma empatia com o vencedor, que em sua maioria eram os detentores do poder:

"Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Estes despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais" (BENJAMIN, 1987, pág. 225)

Entretanto, o autor nos convida a refletir justamente sobre a origem dos bens culturais, pois eles foram conquistados não só pela genialidade dos grandes e poderosos, mas com o suor da "corveia anônima". Esses ditos vencidos, também merecem e devem contar suas histórias, pois como bem coloca o autor, a história cultural é composta pelos dois lados. Diante de uma massa sem rosto, os poderosos dominaram as memórias coletivas, e recontaram geração após geração suas grandes vitórias. Aqueles que pertencem à massa sem rosto, a grande classe oprimida, terminam por desaprender a real imagem de seus antepassados como lutadores, que alçaram a liberdade com sacrifício e passaram a vê-los como escravizados.

O processo de apagamento das memórias negras também se justifica nos estudos de HALBWACHS (1990), quando o autor afirma que a memória individual não está isolada, ela está associada à memória coletiva. O que é transmitido são memórias construídas, memórias compartilhadas coletivamente, vivenciadas. Assim,

“Ao mesmo tempo, sei bem que não me foi possível ser testemunha do próprio acontecimento; atendo-me aqui às palavras que ouvi ou li, sinais reproduzidos através do tempo, que são tudo o que me chega desse passado. É o mesmo com todos os fatos históricos que conhecemos. Nomes próprios, datas, fórmulas que resumem uma longa sequência de detalhes, algumas vezes uma anedota ou uma citação: é o epitáfio dos acontecimentos de outrora, tão curto, geral e pobre de sentido como a maioria das inscrições que lemos sobre os túmulos. É que a história, com efeito, assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido e onde é preciso, a cada instante, achar lugar para as novas sepulturas” (HALBWACHS, 1990, pág. 55)

Neste sentido, a memória é construída socialmente; as memórias individuais também são fundamentais para compreender as lacunas históricas. As memórias dos descendentes brancos se sobrepuseram às memórias afrodescendentes. À margem dessa escrita oficial, algumas marcas dos acontecimentos foram conservadas, mesmo se estes não foram reparados. Neste sentido, esta pesquisa busca entender a negação da presença afro-brasileira e o silêncio ao redor da consciência étnica em Acari através das memórias familiares que serão apresentadas no decorrer deste trabalho. A partir dos registros memoriais do Saco dos Pereira e das famílias dos primos, pretendo expor os rastros da escravidão em Acari, sejam nas narrativas orais, sejam nos trabalhos que os descendentes das populações escravizadas no Seridó passaram a fazer, seus ofícios, práticas e saberes.

### 1.3 A OCUPAÇÃO COLONIAL SERIDOENSE

Para conhecer as trajetórias das famílias afrodescendentes presentes no trabalho, precisamos nos deter nos detalhes históricos que mostram aspectos pouco conhecidos de ocupação de terras e dos costumes marcados na cultura seridoense até os dias atuais. As primeiras solicitações de sesmarias no Seridó datam de 1670 (MACEDO, 2005), trouxeram os primeiros portugueses, vaqueiros e escravos para a região, antes habitada pelos indígenas. A sociedade seridoense se configurou em torno das grandes propriedades adquiridas pelos sesmeiros e demais moradores que chegavam à região.

As grandes fazendas tinham como principal fonte econômica a pecuária. A criação de gado esteve ligada diretamente à expansão territorial, pois quanto mais aumentava o rebanho, mais terra era necessária para o pastoreio. O século XVIII foi marcado pela criação de gado que impulsionou o comércio não só dos animais para a tração nos engenhos do litoral, como também o fornecimento de carne seca e do couro cru ou curtido para essas localidades. As fazendas forneciam a maioria dos produtos de consumo, e aqueles que não podiam ser extraídos da própria terra, eram comercializados com os moradores das circunvizinhanças (ARAÚJO, 2006). Além das atividades rotineiras da lida com o gado, as fazendas concentravam todas as atividades da época, religiosas e festivas, como casamentos, batizados, apartação do gado, a festa da colheita etc.

O gado é semente importante dos primeiros currais instalados. O ciclo do couro, ou da pecuária, construiu não só o povoamento do Seridó, mas as práticas, os saberes e a paixão pelas comidas oriundas de carne e leite assim como as roupas encouraçadas do vaqueiro. Compreendemos a expansão econômica pecuarista como o gênese da formação dos primeiros grandes troncos familiares do Seridó (MACEDO, 2005).

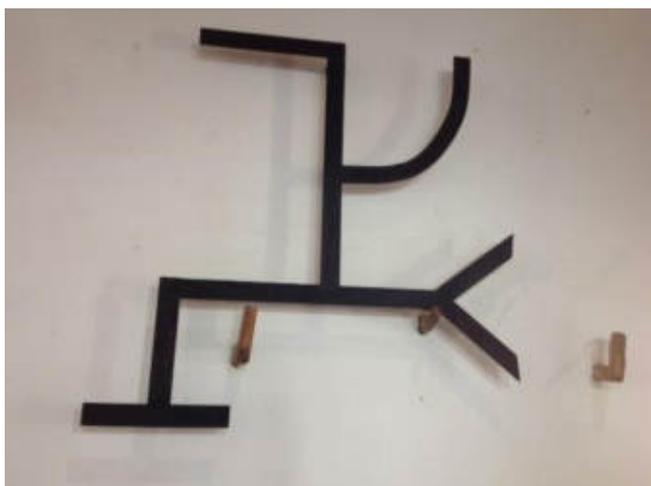
O fascínio pelo gado e a marca que ele deixou na região se assemelha a importância do gado para o povo nuer, da África Oriental (EVANS-PRITCHARD, 1978); o gado não só estabelece as primeiras relações sociais no Seridó, como forma um binômio econômico posterior com o algodão. O grande e o pequeno produtor, mesmo com o ouro branco<sup>14</sup>, não abandonou a lida com o gado.

---

<sup>14</sup> O algodão ficou conhecido na região do Seridó e no Estado do Rio Grande do Norte como “ouro branco”, tamanho foi o impacto econômico que proporcionou.

Pois, no fundo, eles são boiadeiros, e o único trabalho em que têm prazer é cuidar do gado. Eles não só dependem do gado para prover muitas das necessidades vitais, mas possuem o modo de encarar o mundo de um boiadeiro. O gado é seu bem mais prezado e eles arriscam suas vidas de boa vontade para defender seus rebanhos ou pilhar os de seus vizinhos. (EVANS-PRITCHARD, 1978, pág. 23).

Da pecuária nasceram as primeiras relações de compadrio entre patrão e vaqueiro<sup>15</sup>, assim como a demarcação da posse de terras e as formas de trabalho. O vaqueiro, figura perene nas histórias e memórias, denota que o imaginário construído a



**Figura 2: Ferro da fazenda Pendanga, Acari/RN, herança da família Bezerra. Pertenceu a Silvino Bezerra entre 1891-1958, atualmente pertence a Fernando Bezerra. (Foto: Danycelle Silva)**

partir da lida com o gado está imbricado no Seridó. O legado do manejo com o gado era hereditário, passava de pai para filho, sendo herdados não só os saberes de como vaquejar, mas também a indumentária de couro para o trabalho.

Assim como para os nuers, iniciar-se no trabalho com o gado era motivo de honra; para o sertanejo tornou-se um ofício de prestígio a ser seguido nas famílias de vaqueiros. Também é natural os filhos dos grandes fazendeiros

continuarem com a criação após a morte do chefe da família, prova disso é a herança dos ferros de marcar o gado, que passam por gerações de uma mesma família.

Juvenal Lamartine (1965) em um livro de crônicas sobre o sertão nordestino ressalta a relação entre patrão e vaqueiro, assim como enfatiza a importância e o status daqueles que tinham como ocupação “vaquejar”.

Os couros passavam de pai para filho. Conheci vaqueiros gozando de uma confiança absoluta de seus patrões, que os tinham em alta consideração e os estimavam como pessoas da família. Cedo se faziam compadres e, mesmo os mais pobres, e com grande peso de filhos, eram pessoas honradíssimas, incapazes de um deslize e de um tudo prestando contas ao patrão, mesmo quando este residia à dezena de léguas e ali só botava os pés uma vez perdida. (LAMARTINE, 1965, pág. 99)

<sup>15</sup> “Vaquejar na acepção legítima, é apenas procurar o gado para levá-lo ao curral. (...) O vaqueiro “encourado”, com sua armadura cor de tijolo, suas esporas de prateleira, seu gibão medieval, seu guantes que apenas cobrem o dorso da mão, recua. Recuam os vaqueiros e com eles desaparece a “gesta” secular e anônima dos heroísmos sem testemunhas e das coragens solitárias e atrevidas” (CASCUDO, 2005, p. 110).

Essa afirmação quanto à harmonia entre patrão e vaqueiro, assim como entre senhor e escravo<sup>16</sup> é colocada em muitas passagens de cronistas seridoenses, entretanto, faz-se necessária uma reflexão de quem escrevia estes textos e de questionar essa relação; afinal esta última era uma relação de trabalho, no qual mesmo havendo harmonia, constitui-se em uma relação de poder e dominação, principalmente no contexto nordestino, onde havia os grandes donos de terras<sup>17</sup>.

Nos primeiros anos de seu povoamento o Seridó não registrou apenas a expansão do criatório do gado, mas também foi marcado pelo aumento da família patriarcal que trouxe modificações para a Seridó, porquanto o aumento da parentela ocasionou a divisão das grandes propriedades. Este primeiro movimento dá início ao aumento da categoria de “empregado”, antes quase incipiente por aquelas ribeiras. Entre os séculos XVIII e XIX, predominaram as grandes propriedades, mas a divisão dos grandes currais muda o cenário das relações sociais no Seridó (CAVIGNAC, 2007).

Esses novos parentes que surgiram dão origem a uma nova camada social empobrecida e já anunciam um esfacelamento das grandes famílias. Este fracionamento de terras pode ser observado nos dados fornecidos por ARAÚJO (2006), quando aponta que no início do século XVIII haviam no Seridó registradas<sup>18</sup> apenas 70 fazendas, e já no fim do século XIX, haviam 622 propriedades registradas.

Esses primeiros colonos estiveram ligados desde cedo à pecuária, que como principal fonte de renda precisava de poucos braços para seu desenvolvimento, geralmente era um vaqueiro para 250 cabeças de gado (MACEDO, 2005). Este vaqueiro poderia ser um homem livre pobre ou escravo, poderia até vestir as mesmas véstias de couro do fazendeiro, mas não protagonizaria uma harmonia racial como escreveu CASCUDO (2005). “Os criadores de gado faziam uso do trabalho escravo, e se integravam sem nenhuma contradição na sociedade escravista da época” (MACEDO, 2005, pág. 43). Mesmo com o uso do trabalho escravo, havia a atuação da mão-de-obra livre, de pequenos sitianteiros ou dos que não tinham terras que faziam um acordo verbal

---

<sup>16</sup> “(...) o negro quase sempre considerado entre nós uma pessoa da família, sobretudo na zona sertaneja e alguns houve que chegaram a alta posição social” (DANTAS, 2001, p. 26).

<sup>17</sup> Estas relações de poder se mostram já no período que compõe a expansão seridoense, pois é marcado pela formação das alianças entre os donos de fazendas, ditos coronéis, que iriam gerir o país. A República Velha, momento marco da passagem do Império para a República, evoca essa concentração do poder em terras distantes nas mãos dos coronéis, sendo estes, a figura do Estado na maioria das regiões do país. (CARVALHO, 1997) No Seridó, esta política esteve ligada a famílias importantes que até os dias atuais, exercem sua força através não só de representações políticas, mas de mandos e desmandos na cidade.

<sup>18</sup> A lei do registro de terras em cartório foi instituída em 18 de setembro de 1850, mas no Seridó só começou a ser executada em meados de 1896 (ARAÚJO, 2006)

com os grandes proprietários de terra da região para obter trabalho. Os pequenos sítiantes viviam de seus roçados, mas em tempos adversos precisavam ofertar sua força de trabalho para complementar a renda familiar.

As relações construídas nesse âmbito mostram os laços entre os escravos ou agregados e seus senhores de terra, relação esta de dependência financeira, mas também de parentesco, onde muitos eram apadrinhados por seus patrões. Essa relação de “dádiva” e dominação vai mostrar um dos aspectos mais importantes da formação do Seridó, e em especial justificar essa recusa com o passado cativo por parte de alguns.

Os negros e caboclos compõem a principal mão de obra destinada a agricultura utilizada no primeiro surto algodoeiro, ainda no final do século XVIII (MACEDO, 2005; MATTOS, 1985). Ainda que o Seridó e Acari tenham registros incipientes de escravos, comparando com outras localidades do Rio Grande do Norte e do Brasil, não se pode minimizar esta presença e apagar as vivências destes escravos sertanejos que de maneira semelhante aos escravos dos eitos no litoral, desenvolveram suas próprias estratégias de perpetuar sua cultura e seus saberes.

#### 1.4 NOTAS SOBRE A ESCRAVIDÃO NO SERIDÓ (Séc. XVIII- fim do século XIX)

A ausência de registros históricos não significa a inexistência da população negra. Ao longo desta pesquisa, utilizo autores como Manoel Dantas (2001), Santa Rosa (1974), Paulo Bezerra (2009), todos acarienses que adentraram ao universo das fazendas, das memórias do lugar; nestes trabalhos é possível destacar a pequena parcela destinada aos afrodescendentes e suas memórias (CAVIGNAC, 1997, MACEDO, 2005).

A escravidão, sob qualquer aspecto, no Brasil foi atravessada pela dominação, maus tratos, medo e sofrimentos (MATTOSO, 2003). Seja no plantio da cana-de-açúcar, na mineração, nos afazeres domésticos ou nas fazendas de criar no sertão, os escravos foram marcados dolorosamente por este período. Este trauma não ficou restrito ao passado, reflete-se também na memória dos grupos atuais, inclusive explica o silêncio em torno do fenômeno.

No período do Brasil Colônia (1530-1815), logo depois das primeiras distribuições das sesmarias, iniciou-se o plantio da cana-de-açúcar no litoral nordestino. Obteve grande sucesso e tornou-se um dos principais produtos exportados para a

Europa. O ciclo do açúcar (séc. XVI e XVII) traz a necessidade da utilização da mão de obra escrava em grande escala, dado que os índios, em grande parte do Nordeste brasileiro, foram dizimados: os senhores de engenhos optam pelos escravos africanos, para atenderem as necessidades nas lavouras do açúcar (ANDRADE, 1986). Com várias guerras e diferentes disputas de colonizadores no continente africano, povos e reinos diferentes tiveram seus membros capturados por comerciantes do tráfico negreiro (MATTOSO, 2003).

Os africanos eram vendidos nas fazendas para lavoura, para atividades domésticas e posteriormente, também trabalharam na mineração. O sertão nordestino, apesar dos poucos estudos historiográficos, recebeu escravos destinados, principalmente, para a lida com o gado. Enquanto na zona da mata se produzia açúcar, era dos sertões que vinham as provisões de carne de sol e queijo. O escravo no sertão incorporou o ofício de vaqueiro, o trabalho com o gado na fazenda e estabeleceu uma relação mais próxima com seu Senhor. Entretanto, não se deve desconsiderar a violência da dominação contra o escravo mesmo estando em um ambiente mais favorável que nos grandes engenhos (CAVIGNAC, 2003).

Ser escravo, seja no litoral ou no sertão, significava carregar o estigma da submissão, marcado pela cor da pele. Mesmo os libertos estavam fadados a viver na busca de se incluir socialmente. A liberdade não significava a aceitação por parte da sociedade, significava apenas desatar os grilhões que o prendiam juridicamente a um Senhor (MATTOSO, 2003). Ser liberto era ter como prerrogativa a busca por assimilar as práticas de uma sociedade regida pelas classes sociais e pela raça. Quanto mais posses um liberto conquistasse, ainda assim o passado sempre iria acompanhá-lo (CUNHA, 2012).

O elemento servil no Seridó esteve voltado para a pecuária. Diferentemente de outras regiões do país na qual receberam centenas de escravos para o trabalho no eito da cana-de-açúcar, o Rio Grande do Norte recebeu um número menor de cativos, comparado aos estados que tiveram maior entrada de africanos como Bahia e Recife. A escravaria norte-rio-grandense estava concentrada na região dos engenhos, entretanto, no sertão, a mão de obra escrava também foi utilizada na pecuária e nas atividades agrícolas. Segundo FILHO (1981), a maioria dos escravos que chegaram ao Seridó eram crioulos e negros de Angola.

Estes escravos advindos dos portos negreiros como Pernambuco, deparavam-se com a dura vida sertaneja e viviam, segundo LAMARTINE (1965), "a distância de um

grito" de seus senhores. É sabido que as relações no sertão, entre escravo e senhor, tiveram suas particularidades, já que nesta região, o escravo assumia as funções de vaqueiro, na lida com o gado e cuidava de alguns roçados, entretanto, a condição servil não pode ser minimizada (MACEDO, 2005).

O censo de 1872<sup>19</sup> da "Parochia de N.S. da Guia do Acary", Rio Grande do Norte, revela a quantidade de escravos existentes naquele ano - eram de 708 escravos, sendo 343 homens e 365 mulheres. Dessa população cativa, nenhum sabia ler ou escrever e todos se declaravam católicos. Quanto à idade, a maioria da população escrava, tanto de homens quanto de mulheres estava na faixa etária entre 10 e 50 anos. Também há um fato que chama a atenção da quantidade de pessoas classificadas como "Pretos livres", estes aparecem também em um número considerável, sendo 275 homens e 290 mulheres<sup>20</sup>.

O Censo também mostra 13 indivíduos (entre homens e mulheres) de origem africana, sendo sete homens e quatro mulheres livres e duas escravas. Os relatórios do governo da província do Rio Grande do Norte do século XIX mostram 12.052 escravos no ano de 1873, em todo estado. Estes relatórios também trazem dados sobre a manumissão dos escravos da província. A manumissão é fruto de ações abolicionistas que marcaram as políticas imperiais brasileiras. Ela está contemplada na Lei do ventre Livre (Lei nº 2.040), promulgada em 28 de setembro de 1871. Além de declarar livres os filhos nascidos de escravas, a lei estabelecia o fundo de Emancipação de Escravos, que reuniria recursos dos municípios para a libertação de escravos, baseados em juntas classificadoras (SANTOS 2009; CUNHA, 2012).

Esse fundo de manumissão é mencionado algumas vezes pelos relatores da província do Rio Grande do Norte, deixando-nos pistas sobre a escravidão no Estado, assim como em Acari. Um exemplo dessas marcas deixadas nos relatórios foi em 1876, os documentos indicam que foram feitas cinco alforrias através do fundo de manumissão em Acari. No relatório do primeiro semestre de 1883, 529 escravos se matricularam no fundo de emancipação para pleitear a liberdade. O fundo era uma ferramenta para conseguir a alforria e verificamos na província vários indivíduos ainda nesta data pleiteando estes benefícios.

---

<sup>19</sup> Disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas em <http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=225477> Acesso em: 03 de novembro de 2013

<sup>20</sup> O total de homens livres era de 5.445 indivíduos, sendo 3.335 brancos, 1.763 pardos, 275 pretos e 72 caboclos. Entre as mulheres livres o total era de 5.867 sendo deste total 3.071 brancas, 1.932 pardas, 290 pretas e 74 caboclas.

Consta do relatório de 9 de fevereiro de 1883 que a província contava com 9.807 escravos, sendo deste total 436 escravos pertencentes a Vila de Acari. Também, neste relatório, encontramos o nome do responsável pelo fundo de emancipação em Acari, o senhor Cypriano Bezerra Galvão Santa Rosa<sup>21</sup>, citado no relatório por faltar às reuniões sobre as manumissões. Há outro dado relevante no relatório de 1883; existiam em Acari, 171 filhos livres de escravas nascidos naquele lugar. Isso nos faz pensar sobre a família escrava em Acari, pois devido ao contexto de trabalho e servidão a que estavam inseridos, uma das estratégias utilizadas pelos donos de fazenda era incentivar a formação de famílias escravas, pois tendo filhos e mulheres, os escravos estavam "presos" a terra daquele senhor (ALVES; MACEDO, 2008).

Com a promulgação da Lei Áurea pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, dando a libertação a todos os escravos, estas famílias precisavam de terras e trabalho para a sobrevivência. Entretanto, ao passar da condição de mercadoria, para a condição de indivíduo, não sobraram muitas opções para os ex-escravos. Tiveram que trabalhar para seus antigos senhores, estando sujeitos ao mesmo dominador sobre outra forma de poder. A literatura local registra a presença escrava de forma marginal.

SANTA ROSA (1974) afirma que com a chegada da Lei Áurea, já não havia mais escravos em Acari, todos eram livres; muito pela influência dos movimentos abolicionistas presentes no Seridó. O autor ao falar dos escravos do Seridó afirma que,

"Eram uns e outras bem tratados na convivência com todos, recebiam a alimentação comum e possuíam famílias organizadas; e ainda realizavam à noite suas danças fora da casa. Abolida a escravatura, no Seridó a grande maioria dos libertados continuou nas fazendas dos antigos senhores. Não foram os escravos, nem poderiam ser, preparados para a sociedade da época, sem condições de dar empregos como são entendidos no conceito atual" (SANTA ROSA, 1974, pág. 82)

Seguindo as pistas deixadas pelo cronista, dono de fazendas advindo de uma poderosa linhagem no Seridó, a família Paes de Bulhões, é preciso relativizar a sua afirmação e refletir sobre sua descrição da escravidão e libertação. Jayme da Nóbrega Santa Rosa é bisneto de Gorgônio Paes de Bulhões<sup>22</sup>, e este vem da linhagem de Tomás de Araújo Pereira, um dos primeiros portugueses a povoar as terras de Acari. No prefácio do livro "Acari: Fundação, história e desenvolvimento", fica claro ao

<sup>21</sup> Este Coronel era descendente do Coronel Cipriano Lopes Galvão, Pernambucano, requerente da sesmária do Tororó em 1755 e atualmente município de Currais Novos (FILHO, 1981).

<sup>22</sup> Para saber mais sobre a linhagem dos Paes de Bulhões consultar DINIZ, 2008.

acompanhar as fontes utilizadas por Santa Rosa (1974) para compor o livro, que ele buscou em “documentos impressos, anotações escritas por historiadores regionais, na tradição oral rica de tantas histórias de culto aos antepassados e na pesquisa de campo por ele próprio realizada” (SANTA ROSA, 1974, pág. 7).

As fontes indicam que a base do livro foram as memórias familiares do autor, sendo uma história “branqueada”, cujos interesses eram de harmonizar as relações entre brancos e escravos. Conforme já mostrado, mesmo havendo mérito do registro sobre a fundação de Acari e esta seja uma obra basilar para quem pesquisa o Seridó, Santa Rosa (1974) mantém a versão dos que tentam suavizar os traços da escravidão.

Após a Lei Áurea, aos alforriados destinou-se uma nova categoria, a de morador (empregado). Em troca de terra para plantar e uma casa para viver com sua família fizeram parte da mão-de-obra que realizou a prosperidade que estava por vir com o plantio do algodão. Estes escravos e suas famílias estiveram protagonizando o primeiro surto algodoeiro. Santa Rosa (1974) destaca a trajetória de Damásia, uma escrava advinda da Fazenda Ingá<sup>23</sup>. O autor conta que mesmo com os cabelos brancos e a idade avançada, ela mantinha um ritual de acordar às três horas da madrugada para descaroçar o algodão, batia-o com vara da macambira e depois o fiava no fuso manual. Assim como Damásia, muitos foram os escravos que em Acari e no Seridó impulsionaram o plantio do algodão. O algodão, em seu ciclo que começa no século XVIII e vai até a metade do século XX, proporcionou a estas regiões o progresso, enriquecendo as famílias mais abastadas. A partir dos anos de 1900, proporcionou novas formas de trabalho para a região, com a instalação de descaroçadores e usinas de beneficiamento da fibra.

Há também que considerar que a historiografia seridoense foi construída pelos filhos dos grandes fazendeiros: poucas são as menções valorativas aos negros. Sempre citados como personagens subalternos, mostram-se pouco presentes ou associados à anedotas nos escritos encontrados. Há uma tradição de cronistas no Seridó; os escritores apontam sobre a seca, a vacaria, as comidas e as linhagens da região. Manoel Dantas<sup>24</sup> (2001) é um dos primeiros cronistas a citar um personagem afrodescendente com a história de Feliciano José da Rocha. Já o cronista acariense Paulo Bezerra, desde o ano 2000, escreve cartas para um jornal de Natal, contando causos e acontecimentos da

---

<sup>23</sup> A fazenda Ingá foi propriedade de Cipriano Bezerra Galvão, falecido em 1899 e posteriormente pertenceu à Juvenal e Octávio Lamartine (DINIZ, 2008).

<sup>24</sup> Antigo proprietário da fazenda Navio, onde a família Paula tinha o vínculo de morador.

cidade. Também retrata figuras, costumes, clima e trabalho do sertão<sup>25</sup>; nestas cartas, a presença dos afrodescendentes aparece através da família Nunes, vizinhos no Saco dos Pereira, de sua fazenda Pinturas. A impressão que se tem ao ler as cartas, é que os acontecimentos que envolvem a família negra são narrados por Cícero Nunes, já falecido, e não por vivência direta do próprio autor. Nas crônicas, os afrodescendentes aparecem sempre como coadjuvantes, sendo reservado o protagonismo a alguns conhecidos entre os Nunes, como Luiza Nunes e Cícero Nunes. Ao descrever o estereótipo de seus personagens nas cartas, é interessante verificar que apesar da identificação "negro" ou "preto" ser comum na cidade, o autor prefere sempre referenciar em suas descrições os afrodescendentes como "escuros" ou "fechados na cor".

As cartas de Paulo Bezerra norteiam o universo de uma família tradicional na qual ao longo de sua trajetória colecionou figuras de coronéis e de grande expressão política. Mesmo trazendo elementos sobre afrodescendentes, isso se expressa de maneira incipiente.

Ambos os cronistas vêm reafirmar a visível necessidade de pertencer a uma linhagem com raízes portuguesas puras: insistem no fato de não serem mestiços ou de homens de cor. Contrapondo-se à ausência destas memórias, estudos mais recentes reelaboram as trajetórias singulares de pessoas que mesmo tendo um papel importante na construção do espaço seridoense, tiveram suas histórias marginalizadas.

## 1.5 TRAJETÓRIAS SINGULARES DE LIBERDADE

A escravidão do Seridó foi de maneira sistemática relatada pelos cronistas locais dando ênfase no caráter harmonioso nas relações estabelecidas entre escravo e fazendeiro. A dominação colonial se fez presente não somente nestes escritos e em alguns documentos cartoriais, mas também no cotidiano dos afrodescendentes que sofrem com a discriminação racial, tem dificuldades de lutar e dar visibilidade aos grupos étnicos existentes na região.

---

<sup>25</sup> Utilizo como referência seus três primeiros livros: “Cartas dos sertões do Seridó” publicado em 2000; “Outras cartas dos sertões do Seridó”, 2004 e “Novas Cartas dos Sertões do Seridó” de 2009.

O sertão do Seridó traz em suas memórias muitas histórias de liberdade, de autonomia, de conquistas por parte de negros livres e forros. Pesquisas realizadas nos últimos anos sinalizam uma redescoberta de grupos e famílias afrodescendentes que estavam marginalizadas na história de seus lugares, municípios (CAVIGNAC & MACEDO, 2014).

Cavignac (2007) nos apresenta a história de Tereza, uma retirante que ganha terras de um Coronel e funda a comunidade da Boa Vista dos Negros, localizada em Parelhas no Seridó potiguar. A memória dos moradores lembra que a negra Tereza abrigou-se como criada na Casa do Coronel Gurjão, proprietário do sítio Maracujá, e ficando grávida, ganhou do Coronel as terras que atualmente pertencem a comunidade da Boa vista. Também no Seridó encontramos Lázaro e os Negros da Macambira. Pereira (2011) retrata a história de Lázaro Pereira de Araújo, este deu origem a Comunidade dos Negros de Macambira, estabelecida atualmente no município de Lagoa Nova. Lázaro, negro forro, possivelmente ex-escravo da descendência de Cypriano Lopes Galvão<sup>26</sup>, adquiriu terras e formou grande prole.

Estas trajetórias se somam a outras duas exemplares trajetórias como a de Nicolau Mendes da Cruz e Feliciano José da Rocha, das quais me deterei melhor posteriormente. Entretanto, a história desses indivíduos reforça a invisibilidade da presença cativa na região desde o século XVIII e possibilita uma nova reflexão sobre a formação do Seridó a partir dos novos personagens apresentados aqui. Para além dos fazendeiros brancos havia negros e caboclos que contribuíram para a expansão dos sertões e das tradições da região. A ausência de registro da população de origem africana na historiografia local traz o efeito de um branqueamento dos primeiros colonos e da história do povoamento no período colonial. Há duas trajetórias ligadas diretamente com a antiga Ribeira do Acauã, atualmente município de Acari. Por isso será preciso analisar suas trajetórias: Nicolau Mendes da Cruz, de família mestiça, foi um dos primeiros povoadores da Ribeira do Acauã e Feliciano José da Rocha, ex-escravo que se tornou fazendeiro (SILVA, 2012). Ambos mostram trajetórias exemplares para reconstruir um passado em que ‘homens de cor’ tiveram posições importantes e que estavam até pouco tempo à margem das memórias seridoenses.

---

<sup>26</sup> Um dos primeiros colonos da região onde atualmente fica Currais Novos, que em 1755 solicitava e explorava a data de terra do Totoró, onde viria a fundar sua fazenda de criar gados (PEREIRA, 2011; 152).

### *1.5.1 A trajetória de escravos alforriados: Nicolau Mendes da Cruz e Feliciano José da Rocha*

Nicolau Mendes da Cruz foi um crioulo forro, obteve terras no sertão do Seridó/RN. MACEDO (2013) retrata em sua tese não só a importância do crioulo na povoação do espaço seridoense, como também mostra sua ligação a núcleos familiares mestiços, inclusive na região do Saco dos Pereira em Acari. O primeiro documento encontrado por MACEDO (2013) foi o da data de terra nº 161, que consta Nicolau Mendes da Cruz, assim o cita: "(...) pela parte do leste com terras de Nicoláo Mendes, crioulo forro (...)" (*apud* MACEDO, pág. 158, 2013). Esta denominação descrita no documento nos informa que em algum momento de sua vida, Nicolau Mendes já tinha sido escravo, assim como mostra que sendo crioulo, era filho de mãe de origem africana.

O crioulo forro era natural de Pernambuco e possuiu terras na região do Saco (atualmente Saco dos Pereira - Acari) já em 1718. Posteriormente, ele vendeu a terra a seu parente, o sargento-mor Manuel Esteves de Andrade em 1725. MACEDO (2013) trabalha com a hipótese que Nicolau Mendes chegou ao Rio Grande do Norte através do exército enviado para o combate aos indígenas e se integrou ao Terço dos Henriques, uma companhia formada em Pernambuco e na Paraíba, para reforçar as expedições contra os indígenas de regiões como a da Ribeira do Acauã. Este Terço dos Henriques estruturou-se ainda no período holandês e manteve-se como milícia, auxiliando as demais tropas; faziam parte deste Terço dos Henriques principalmente os pretos forros e livres, e em razão deste pertencimento as tropas portuguesas lhes conferiam status e melhor inclusão social.

Nicolau Mendes da Cruz era casado com Maria da Silva e com ela teve quatro filhos, dentre eles, Domingas Mendes da Cruz, nascida em 1729 e que está ligada a fundação do atual município de São José do Seridó, antes conhecida como São José da "bonita", referindo-se a Domingas. O crioulo forro teve suas terras divididas entre os herdeiros, que ao longo dos anos foram desfazendo-se de suas propriedades. O que fica evidente com a história de Nicolau Mendes da Cruz, é que mesmo sendo forro, o fazendeiro galgou um espaço na sociedade, o que era novo na época em que viveu e merece importância já que esteve ligado a fundação de cidades no Seridó.

### 1.5.2 Sobre Feliciano José da Rocha

*“No município de Acari existiu, no século passado, um preto, Feliciano José da Rocha, que jamais será esquecido nas tradições daquele povo, que o venera como um grande cidadão, tipo de honradez e do civismo.” (DANTAS, 2001, p. 26)*

Feliciano José da Rocha, que viveu entre 1700-1815<sup>27</sup>, possui uma história singular para a época colonial; inserida no contexto histórico do Seridó colonial do século XVIII. Está ligado a vida de Antônio Paes de Bulhões<sup>28</sup>, fazendeiro de muitas terras no Acauã; em período de seca severa viajava para o litoral buscando alento para sua família que ficava no Seridó-RN. Contam as narrativas orais e escritas que Antônio Paes de Bulhões pediu auxílio a um fazendeiro em Camaratuba, Paraíba, que lhe negou qualquer ajuda, entretanto este fazendeiro diz que seu escravo, Feliciano José da Rocha, tem alguns víveres próprios que possivelmente queira vender. Antônio Paes de Bulhões encontrou alento na figura de Feliciano, este não aceitando o dinheiro daquele que seria seu futuro senhor, lhe oferta os víveres para sanar a fome daqueles que ficaram em Acari.

Antônio Paes de Bulhões se impressiona com a atitude do escravo e passado o período de forte seca, conforme havia prometido, volta e liberta Feliciano. Ele passa a trabalhar para seu novo dono; logo o alforria, assumindo a função de vaqueiro de Bulhões em uma de suas melhores fazendas. Feliciano conquista posses e compra duas fazendas: a Fazenda Barrentas e a Fazenda Cacimba das Cabras.

Feliciano casa-se com uma escrava que ele mesmo alforria. A escrava em questão é Paula Pereira de Jesus, ligada segundo os estudos de MACEDO (2013) aos Pereira do Saco<sup>29</sup>. Ele ainda possui outros tantos detalhes de sua história que são singulares para um forro, como o casamento de sua filha Severina Pereira da Rocha com

<sup>27</sup> Dada a imprecisão da data de nascimento pelos registros históricos, Olavo Medeiros Filho em Velhas Famílias do Seridó informa: “Aos dez do mez de Setembro de mil oitocentos e quinze na Fazenda Barrentas desta Frequezia, faleceu com todos os sacramentos na idade de cento e quinze anos FELICIANO DA ROCHA DE VASCONCELLOS, viúvo de Paula Pereira; seu cadáver foi sepultado na Capella do Acari, filial desta Matriz, do cruzeiro para sima, sendo incómendado pelo Padre André Viera de Medeiros, de minha licença; de que fiz este Assento, que assigno. O Vgro. Francisco de Brito Guerra” (1981, pág. 126)

<sup>28</sup> Antônio Paes de Bulhões, filho de Manoel da Costa Viera e Maria Paes de Bulhões, nasceu na região de Pernambuco. Seu Pai, antigo senhor de engenho, foi assassinado por um vizinho que provocou a vingança por parte de Antônio Paes de Bulhões. Após se vingar ele vem para o Seridó, temendo represarias. Ao chegar a Acari, casa-se com Ana de Araújo Pereira, filha de Tomás de Araújo Pereira, um dos fundadores da cidade (DINIZ, 2008).

<sup>29</sup> Farei uma apresentação mais detalhada sobre a família Pereira no segundo capítulo deste trabalho.

Antônio José da Silva, português citado na narrativa abaixo feita por Manuel Dantas (2001).

“Criou numerosa família, educada sempre nos mais severos princípios da **honradez** e do **trabalho**; mas, um belo dia, chegou-lhe a vaidade **clarear a descendência**. Foi ao Recife, e encontrando um português desses que acabavam de saltar em terra ao Deus dará, sem outros haveres mais do que os socós de madeira, o chapéu de Braga, a japona de cotim e as calças de baeta de fundilhos cosicados, fez-lhe proposta de casamento com sua filha Severina, **convencendo-o de que todos os habitantes do Brasil eram negros, excetuados somente os das grandes cidades**. O galego que dava pelo apelido de Antônio José não tinha lá muito entusiasmo por uma noiva preta; porem o desejo de fazer fortuna e a convicção de que ser-lhe-ia impossível gozar das delícias do himeneu com uma consorte de cor mais clara, fizeram-no aceitar a proposta, **cujas vantagens soube bem avaliar pela rica fatiota que lhe foi feita no melhor alfaiate do Recife** e pelos bons patacos que lhe cantaram na algibeira a música sonante que tanta vez ouvira em sonhos nos telheiros da vivenda do reino, onde dormia de parceria com o jumento da nora e os bois do carro.” (p. 28, 29)



Figura 3: Fazenda Barrentas Foto: Acervo Pessoal da Autora

Nesta viagem a Recife não é feita menção a sua cor, mas à do seu futuro genro. Manoel Dantas insiste sobre a diferença racial entre os dois homens; é um negro rico (antigo escravo) que compra (e vende) mercadorias, e “compra” um português (colonizador) pobre para casar com sua filha. O cronista também insiste sobre “o desgosto” do português em ter que se casar com uma negra, tendo como propósito deste casamento clarear a “raça”. Como afirma Mattoso (2003), os escravos ascendentes à condição de livres, geralmente adotavam algumas atitudes para serem aceitos na sociedade branca.

O sogro suavizou-lhe os desgostos com um dote principesco com o qual acumulou tamanha fortuna que, ao morrer Antônio José, o dinheiro de ouro e prata foi dividido em quarteirões pelos seus oito ou nove filhos (DANTAS, 2001, p. 30). A

menção da tentativa de branquear a família mostra que a questão étnica ainda era um estigma carregado por Feliciano. Branquear a descendência significa desassociar a cor da pele ao que se é ou tem. Modificar a cor da família poderia ser também uma forma de aceitação melhor e maior por parte da sociedade que vivia. Não sucumbir a ações do dito mundo branco ou não tentar se incluir neste mundo significava reafirmar toda a memória do cativo, de dependência e submissão, e a lembrança da falta de autonomia e liberdade (MATTOSO, 2003). A condição de liberto, fazendeiro, não tirava dele a sua cor, a sua marca. Na oralidade e na escrita, a única filha citada é Severina, muito embora, haja parentesco de Feliciano com os moradores do Sítio do Saco como mostra os estudos já citados de MACEDO (2013) e SILVA (2012).

A narrativa de Feliciano aparece como excepcional diante do contexto da época, e sua trajetória nos ajuda não só a pensar como a história se constrói na cidade de Acari, como também, simboliza um passado de dor refletido na perpetuação do presente. Feliciano é a figura que encarna uma forma mais branda e encena a generosidade dos fazendeiros brancos, insistindo no mito da harmonia racial. O que o forro foi para a sociedade acariense, assim como sua história relegada as narrativas escritas, de pequenos trechos e profundos silêncios mostra a invisibilidade negra no município de Acari na atualidade.

Para adentrarmos de maneira mais profunda no cenário em que se desenvolve esta pesquisa, faz-se necessário compreender a formação do espaço seridoense centrado nas fazendas de criar; com a fixação dos primeiros portugueses, o trato com o gado e a mudança econômica que aliava a pecuária ao cultivo do algodão (MACEDO, 2005). Todos estes fatores nos farão perceber em qual universo estão posicionadas as famílias que irão compor esta pesquisa, para além de esclarecer o universo pertencente aos seus ancestrais. A formação econômica e social no Seridó, e em especial de Acari, fornece elementos para compreender porque as trajetórias singulares mencionadas foram silenciadas ao longo dos anos.

## 1.6 DE COMO NASCEU ACARI

“Filho de Acari, da geração atual! Quando vires uma casinha de taipa coberta de palha, respeita. Numa semelhante viveram teus antepassados, sem angústias, felizes numa natureza verdadeiramente mãe, pródiga de caças finas, mel de abelhas e frutos silvestres” (SANTA ROSA, 1974, pág. 24).

Acari é um município da região do Seridó, localizado no estado do Rio Grande do Norte que teve a chegada dos primeiros colonizadores por volta de 1676. Entretanto, as famílias que se perpetuaram na genealogia da cidade só figuram nos inventários a partir de 1737. Predominantemente o Seridó recebeu a colonização portuguesa com viajantes vindos principalmente das regiões do Norte de Portugal e dos Açores. Um destes portugueses provenientes do Minho foi Tomaz de Araújo Pereira, conforme coloca FILHO (1981) originou muitas famílias seridoenses.

Entretanto, apesar dos autores seridoenses, como BEZERRA (2004), SANTA ROSA (1974) e FILHO (1981) darem maior destaque a Tomaz Araújo Pereira e sua geração em suas obras, a história de Acari (como é contada pelos cronistas) começa com Manuel Esteves de Andrade, cobrador de impostos que compra as terras da fazenda do Saco dos Pereira, propriedade de seu parente Nicolau Mendes da Cruz em 1718. Também se fixaram nas fazendas, outros tantos nomes importantes que dão origem as famílias acarienses como: Caetano Dantas Correa (português, região Picos de Cima), Alexandre Rodrigues da Cruz (português, fixou-se na Acauã Velha), Francisco Cardoso dos Santos (fixou-se no Bico da Arara), Cipriano Lopes Galvão (Igaracu, fixou-se no Totoró), Antônio Garcia de Sá Barroso (Baiano, fixou-se no Serrote) e Antônio Paes de Bulhões (descendente de português, fixou-se na Margem do Rio São José).

Entre tantos portugueses habitantes destas terras, coube ao mestiço<sup>30</sup> a tarefa de erigir a primeira capela em Acari (MACEDO, 2013). O então Sargento-Mor Manuel Esteves de Andrade, em 1736, para atender um pedido de sua mãe, solicitou ao bispado de Olinda a construção da Capela que só ficaria pronta em 1738 e invocaria as bênçãos de Nossa Senhora da Guia. Segundo SANTA ROSA (1974) em uma das viagens realizadas ao Saco dos Pereira em 1972, ele soube que “Manuel Esteves de Andrade pretendia inicialmente erguer a capela no Saco dos Pereiras, numa pequena área plana, a uns 200-250 metros da sede da velha Fazenda do Saco” (pág. 42).

---

<sup>30</sup> O identifico como “mestiço” acompanhando a tese de MACEDO (2013) onde o mesmo, baseado em documentos cartoriais, investiga as famílias mestiças do Seridó nos séculos XVIII-XIX.

Em anos posteriores, as famílias mais ricas foram erguendo suas casas próximas a capela, a exemplo Tomaz de Araújo Pereira (o segundo) que construiu a primeira casa ao lado da capela. Em 1833 foi criado o município de Acari e tamanha era a prosperidade por causa do plantio algodoeiro que, em 1856, começou a construção da nova Matriz. Com o auxílio da população para a construção, em 1865, pelo mês de agosto, inaugurava-se a nova Igreja Matriz de Acari, chamando atenção pela festa que abrilhanta a cidade até os dias de hoje. O velho templo religioso foi consagrado a Nossa Senhora do Rosário. (SANTA ROSA, 1974)

Este breve resumo da história tradicionalmente contada retrata com ênfase a presença portuguesa na fundação de Acari. Contrapõe à versão da existência dos negros e mestiços que também povoaram a Ribeira do Acauã. Na historiografia oficial, Nicolau Mendes da Cruz e Manuel Esteves de Andrade são pequenos protagonistas comparados aos portugueses colonizadores.

Estes homens tiveram um papel fundamental no povoamento do Seridó, como bem mostra em sua tese MACEDO (2013): Manuel Esteves de Andrade foi de suma importância para Acari, já que ele foi o “fundador” da Igreja de N.S. da Guia, atualmente Capela de N.S. do Rosário. Não há consenso sobre sua origem, se veio da Paraíba, Pernambuco ou Bahia. Jayme Santa Rosa (1974) afirma que o Sargento-mor Manuel Esteves era Paraibano. Ele compra a fazenda do Saco em Acari e lá vai residir em 1725. Por um pedido de sua mãe, muito devota à fé católica, ele pede permissão ao bispo de Olinda/PE para construir a capela.

Há outra versão sobre a iniciativa de Manuel Esteves de Andrade de ter construído a capela. Quem conta é um antigo morador do Saco, Cícero Nunes, numa narrativa coletada por SILVA & SILVA (1999) em 1997.



Figura 4: Igreja N. S. do Rosário, Acari - RN Foto: Acervo pessoal da autora.

“Certa vez, Manuel Esteves de Andrade seguiu em direção ao Saco da Torre, antigo logradouro onde hoje localiza-se a Fazenda Pinturas, com a finalidade de campear sua vacaria. Seguro em sua montaria, logo traquejou todo o rebanho. Porém em dado momento, foi surpreendido pelos caboclos (índios que ocupavam as serras) que aldeavam-se naquele lugar. A partir desse momento, começa uma perseguição feroz ao fazendeiro. Sem chances diante da velocidade dos nativos, o fazendeiro resolve fazer uma promessa invocando à Nossa Senhora da Guia. Caso chegasse com vida na sede da fazenda doaria parte de seu patrimônio à protetora e construiria uma capela. Livrando-se da perseguição, o fazendeiro riscou com seu cavalo na porteira e fez cumprir a promessa alcançada” (Cícero Nunes apud SILVA & SILVA, pág. 26, 1999)

Há outra passagem que contempla a construção da capela, pois diz respeito ao lugar a ser erguida, pois os fazendeiros das localidades circunvizinhas não concordavam que Manuel Esteves erguesse a capela em suas terras.

“Manuel Esteves de Andrade queria erguer uma capela em sua propriedade (Saco dos Pereiras), mas existiam outros fazendeiros que faziam oposição à questão. Assim, surge um acordo entre Manuel Esteves e o fazendeiro Feliciano da Rocha<sup>31</sup>(paraibano). Tal acordo tratava de uma viagem que ambos fariam ao Estado da Paraíba. Quem, de volta, chegasse primeiro à localidade do Acari, então decidiria o fato em questão. Partiram. Manuel Esteves, utilizando-se da esperteza, toma um desvio e retorna primeiro à localidade do Acauã, próximo a uma antiga vivenda da fazenda, ficando ali a esperar por Feliciano da Rocha. Quando este chegou, muito tempo depois, firmaram o contrato. Enfim, a capela seria erguida nas proximidades do Rio Acauã devido a abundância de água existente no Poço do Felipe, local de pouso certo para viajantes, tropeiros e comboieiros que passavam por ali” (Cícero Nunes apud SILVA & SILVA, pág. 26, 1999)

Essa passagem mostra que mesmo Feliciano sendo um negro forro, ele e o mestiço Manuel Esteves de Andrade tinham participação nas decisões da povoação e mantinham relações amistosas. Manuel Esteves ergueu também ao lado da capela uma casa para pouso, com currais de vacas, e que posteriormente serviu aos padres que vinham celebrar nesta freguesia. Como ele não teve herdeiros, Manuel Esteves de Andrade deixa como semente genealógica seus sobrinhos, Francisco Pereira da Cruz e Antônio José Pereira.

O trabalho de Macedo (2013) traz a hipótese de Manuel Esteves de Andrade ser irmão de João Nunes da Paz, cujo filho é Antônio José Pereira; mais tarde se casa com a filha de Francisco Pereira da Cruz, Cosma Rodrigues da Conceição. A genealogia estabelecida por Macedo (2013) é muito rica para esta pesquisa. Através dela foi

---

<sup>31</sup> Feliciano José da Rocha já mencionado anteriormente era proprietário da fazenda Barrentas, localizada nas proximidades do Saco dos Pereira, segundo a narrativa oral foi tropeiro e fazia viagens regulares ao brejo paraibano.

possível desvendar as origens das famílias do Saco presentes neste trabalho. Já na graduação, ao pesquisar a vida do negro Feliciano José da Rocha, morador da fazenda Barrentas, próxima à região do Saco, constatou-se vários casamentos com dispensa de consanguinidade<sup>32</sup> entre os Pereira, os Rocha, os Nunes e os Inácio<sup>33</sup>.

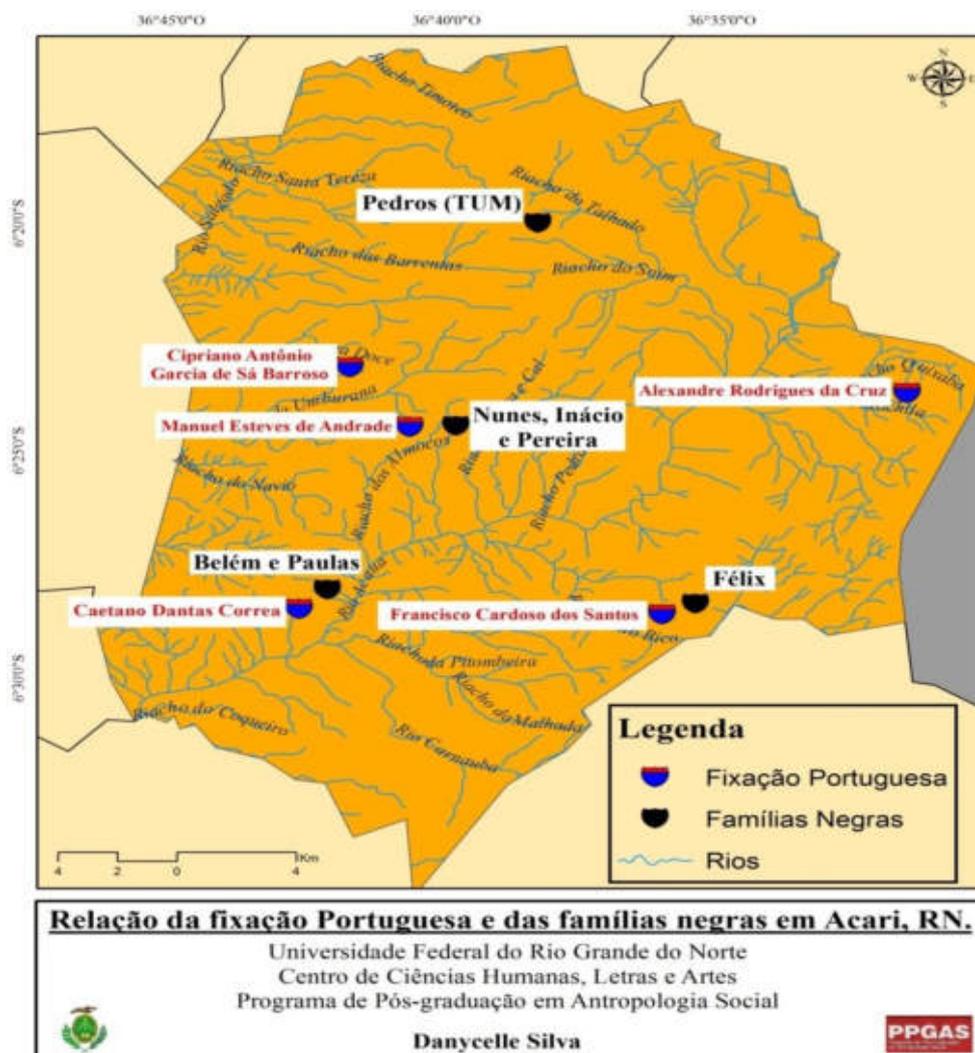


Figura 5: Mapa da fixação Portuguesa<sup>34</sup> e da localização das famílias nas fazendas.

A importância destas famílias instaladas no “Saco” de Acari é constatada nos registros documentais consultados: Os Nunes e os Pereira chegaram por volta do Séc. XVIII, e os Inácio teriam chegado em época posterior. Conforme podemos constatar, as

<sup>32</sup> Esta expressão é utilizada por historiadores, sobretudo MACEDO (2013), fonte deste trabalho, para se referir à casamentos realizados entre pessoas da mesma família, ou seja, com algum vínculo de parentesco.

<sup>33</sup> Neste trabalho não houve possibilidade de reconstruir a genealogia completa de Feliciano, mas temos alguns exemplos que mostram laços de parentesco entre os diferentes troncos familiares.

<sup>34</sup> Há um erro de elaboração no Mapa, pois Manuel Esteves de Andrade, não provém de origem Portuguesa.

famílias que chegam à região do Saco dos Pereira são afrodescendentes, e realizaram vários casamentos entre estes três núcleos, fazendo com que a união destas famílias seja visível até os dias de hoje. As outras famílias negras residentes até hoje em Acari têm como origem escravos, que ficaram nas fazendas após a Abolição, na condição de moradores ou agregados dos descendentes dos primeiros colonos donos de terras. É possível que em sua maioria, estas famílias, tiveram origem de escravos domésticos. Estes escravos domésticos foram caracterizados por CUNHA (2012) como aqueles que trabalhavam para o próprio dono e não tinham acesso a nenhum ganho em dinheiro.

Em algumas destas fazendas havia pequenas “senzalas” (MATTOS, 1985), para onde os escravos eram trazidos. Eles iriam desenvolver atividades ligadas à pecuária, à agricultura e também aos afazeres domésticos. Conforme podemos observar no mapa, além do Saco dos Pereira, localizamos três outras fazendas com forte presença negra, a fazenda do Talhado, do Belém e a fazenda do Navio (onde também se fala que tinha senzala).

A fazenda do Navio pertenceu a um dos herdeiros de Caetano Dantas Correa: Manuel Maria do Nascimento Silva, conhecido como Manoelzinho do Navio. Nesta fazenda, encontramos as famílias “Paulas, Pedro e Higinos”. Já na fazenda Belém, cuja proprietária era Maria da Puridade, não há menção de senzalas nas narrativas orais, entretanto, em seu inventário transcrito por FILHO (1983) aponta considerável número de escravos, mostrando pistas da formação de famílias escravas. O inventário data de 1789, quando Maria da Puridade Barreto fica viúva do Sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque. FILHO (1983, pág. 151) afirma que “No ano de seu inventário, povoaram essas glebas 1.066 bovinos, 85 cavalares, 42 caprinos. Vinte e quatro escravos derramavam seu suor, nas lides econômicas e domésticas das fazendas”.

Neste universo de 24 escravos, cinco foram designados “gentio de Angola”, e dentre esses cinco, o autor descreve claramente uma família escrava e a finalidade reprodutiva das mulheres;



Figura 6: Manoelzinho do Navio e Maria Miquelina de Jesus, proprietários da fazenda Navio. Foto cedida por: Jesus de Rita de Miúdo

“Outra escrava negra, do gentio de Angola, por nome Maria, de idade, que representa ter, trinta anos, pouco mais ou menos, casada com o preto Antônio, pejada, e tem parido oito barrigas, sem moléstia”. (FILHO, 1983, pág. 158)

Antônio, marido de Maria, também foi descrito como gentio de Angola, e possivelmente, os escravos(as) jovens que constam do inventário podem ser filhos desta família escrava. Quanto aos outros escravos, em sua maioria são mais jovens e todos são descritos crioulos ou mulatos, sinalizando que nasceram em terras brasileiras.

Na contramão da historiografia oficial, fazemos um exercício de recompor uma história ainda não contada (WACHTEL, 1996). Neste sentido, percebemos o quanto a história e a etnografia podem ser utilizadas paralelamente e produzir ricos resultados de pesquisa: a oralidade é necessária para recompor o passado destas famílias, visto que a documentação é escassa e incompleta. No caso das famílias do Saco dos Pereira, pertencentes à linhagem do liberto Nicolau Mendes da Cruz, já se supõe a possibilidade de terem conquistado sua liberdade antes da chegada à região.

Conforme CUNHA (2012) afirma, havia dois caminhos para alcançar a alforria: a concessão por parte do Senhor e a alforria comprada. As alforrias por concessão eram aquelas dadas de maneira gratuita pelo senhor ao escravo, no entanto muitas vezes ocorria do senhor impor condições, como o cumprimento de anos de serviço, antes do escravo obter sua liberdade. A alforria comprada era quando o escravo, geralmente os que trabalhavam e recebiam alguma parte do serviço prestado, guardava seu dinheiro até conseguir comprar sua alforria. Como é o caso de Feliciano da Rocha, que trabalhou anos como vaqueiro para Antônio Paes de Bulhões, tendo direito as cabeças de gado como pagamento<sup>35</sup>, e conseguiu comprar sua alforria.

Ambas as formas de libertação (concessão e compra) podem suscitar reflexões importantes acerca da vida após a libertação. Se pensarmos no caso específico das liberdades por concessões, podemos pensar que esta liberdade era, na verdade, uma forma do senhor que tinha escravos receber um pecúlio, e, ao mesmo tempo, de manter o liberto em um contrato moral de fidelidade eterna:

“Nas cartas de alforria, esta é sempre apresentada como uma dádiva: nunca se deixa de insistir preliminarmente na generosidade ou na afeição pelo escravo demonstrada pelo senhor, assim como se faz referência aos bons serviços do escravo, à sua fidelidade, que o tornam elegível para a alforria. São fórmulas,

---

<sup>35</sup> Feliciano como vaqueiro ganhava as cabeças de gado, “tirando a sorte”, ou seja, a cada quatro reis que nascia sob os cuidados do vaqueiro uma era dele.

talvez, mas reveladoras das expectativas ideológicas.” (CUNHA, 2004, pág. 74)

O escravo, antes mercadoria, ganha assim por este ato do senhor, personalidade civil. A liberdade dá vida a este indivíduo que agora, por uma questão de fidelidade e gratidão passa a ser um agregado daquele senhor. Há o registro de doação de terras para libertos na tradição oral, mas não foram encontrados documentos que atestam estas doações. Os agregados ou moradores ficaram “nas vistas” de seus antigos donos, em troca de um pequeno lote de terras para plantio (apenas recebendo pequena parcela desta produção) e da proteção de seus senhores. Esta forma de alforria e de fixação próxima ao senhor reproduz o caso de Feliciano da Rocha (SILVA, 2012) e também na Boa Vista dos Negros (CAVIGNAC, 2007). No caso das famílias negras de Acari, em algumas narrativas orais coletadas, encontramos registros de um passado cativo, mas isso não é suficiente para que esta tenha sido a forma de fixação dessas famílias na localidade.

A história, recontada sob a ótica dos afrodescendentes, é o primeiro passo para que haja uma visibilidade destes em Acari. A existência dos afro-brasileiros na cidade suscita inúmeras perguntas sobre cada uma dessas famílias e sobre a invisibilidade histórica em que se encontram. Cada família perpetuou de maneira singular suas memórias. Podemos assim recompor árvores de memórias destas famílias, cujo registro é importante, para entender a formação do espaço seridoense.

## ANEXO CAPÍTULO I

## LISTA DE INTERLOCUTORES DA PESQUISA

	Nome	Tronco ou importância para pesquisa	Ocupação e idade	Local de Pertencimento	Local onde vive atualmente
1	Alice Brito	Antiga proprietária da Fazenda Navio	Aposentada	Navio, Acari	Natal/RN
2	Angelina Ana da Conceição	Trabalhou no algodão em diferentes fazendas e na Usina Nóbrega e Dantas	Comerciante	Gargalheiras, Acari	Natal/RN
3	Damiana Jacinta	Família Inácio	Artesã	Acari	Gargalheiras, Acari
4	Dária	Família Pereira	Professora, 87 anos	Saco dos Pereira	Acari/Centro Urbano
5	Francisca Tomé de Assis Medeiros vulgo “Tida”	Família Félix	Dona de casa, 52 anos	Acari	Acari / Centro Urbano
6	Francisco de Assis Higino	Família Higino	Trabalhou nas “emergências” no Gargalheiras e como agricultor, 66 anos	Acari	Acari / Centro Urbano
7	Francisco Onofre de Souza	Família Paula	Agricultor, 64 anos	Acari	Acari / Centro Urbano

8	Geralda Gilce	Família Nunes	Dona de casa, 76 anos	Saco dos Pereira	Acari / Centro Urbano
9	Hermes Medeiros Costa “Seu Hermes”	Antigo morador da fazenda Pinturas/rico acervo histórico	Agricultor, 82 anos	Acari	Natal/RN Acari
10	Hilda Francinete de Souza	Saco dos Pereira	Professora aposentada, 75 anos	Saco dos Pereira	Acari / Centro Urbano
11	Irene Maria	Família dos Inácio	Agricultora, benzedeira, artesã, 62 anos	Saco dos Pereira	Acari / Centro Urbano
12	Ivanildo Rodrigues Higino	Família Higino	Administrador, 62 anos	Barcelona/RN	Diadema, São Paulo
13	Ivoneide Dantas	Bisneta de Manoelzinho da Fazenda Navio	Dona de casa, 76 anos	Acari	Natal/RN
14	José Leão da Silva	Família Inácio	Aposentado	Acari	Acari/Centro Urbano
15	Josefa Maria da Conceição vulgo “ <b>Dudifa</b> ”	Família Paula	Dona de casa, 70 anos (falecida durante a pesquisa em 19/04/2014)	Acari	Acari / Centro Urbano
16	Maria Célia	Família Inácio	Costureira, 94 anos	Saco dos Pereira	Acari/Centro Urbano
17	Maria da Guia Pereira	Família Pereira	Agricultora	Saco dos Pereira	Saco dos Pereira
18	Maria da Salette Pereira de Medeiros	Família Belém	Lavadeira, 64 anos	Acari	Acari / Centro Urbano
19	Maria dos Santos Dantas vulgo “ <b>Lourdes</b> ”	Família Paula	Agricultora, artesã, 63 anos	Acari	Acari / Centro Urbano
20	Onessino Onésio da Silva	Família dos Pereira	Agricultor, 90 anos	Saco dos Pereira	Acari / Centro Urbano
21	Paulo Inácio da Silva	Família Nunes	Agricultor, 78 anos	Saco dos Pereira	Saco dos

					Pereira, Acari
22	Raimundo Nonato da Silva vulgo “ <b>Raimundo Caicó</b> ”	Antigo morador da Fazenda Talhado	Agricultor, 83 anos	Acari	Acari / Centro Urbano
23	Raimundo Nunes	Família Nunes	Agricultor, 81 anos	Saco dos Pereira	Saco dos Pereira, Acari
24	Rita Dantas de Oliveira	Família Belém	Dona de casa, 69 anos	Acari	Acari / Centro Urbano
25	Sebastiana Maria do Carmo “ <b>Bastinha</b> ”	Família Higino	Lavadeira, artesã, 92 anos	Acari	Natal/RN
26	Sergio Enilton	Família Belém	Funcionário da prefeitura, historiador	Acari	Acari / Centro Urbano
27	Sérgio Pereira da Silva	Família Belém	73 anos	Acari	Acari / Centro Urbano
28	Ubalдина Araújo da Silva (esposa de Onessino)	Família dos Pereira	Professora, 89 anos	Saco dos Pereira/Navio	Acari / Centro Urbano
29	Zélia Maria de Jesus vulgo “ <b>Zélia de Tum</b> ”	Família Pedro	Artesã, 65 anos	Acari	Acari / Centro Urbano

## CAPÍTULO II

### TECENDO ÁRVORES DE MEMÓRIAS

“Quem construiu a Tebas de sete portas?  
 Nos livros estão nomes de reis:  
 Arrastaram eles os blocos de pedra?  
 E a Babilônia várias vezes destruída  
 Quem a reconstruiu tantas vezes?  
 Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?  
 Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?  
 A grande Roma está cheia de arcos do triunfo:  
 Quem os ergueu?  
 Sobre quem triunfaram os Césares?  
 A decantada Bizâncio  
 Tinha somente palácios para os seus habitantes?  
 Mesmo na lendária Atlântida  
 Os que se afogavam  
 gritaram por seus escravos  
 Na noite em que o mar a tragou?  
 O jovem Alexandre conquistou a Índia.  
 Sozinho?  
 César bateu os gauleses.  
 Não levava sequer um cozinheiro?  
 Filipe da Espanha chorou,  
 quando sua Armada naufragou.  
 Ninguém mais chorou?  
 Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.  
 Quem venceu além dele?  
 Cada página uma vitória.  
 Quem cozinhou o banquete?  
 A cada dez anos um grande Homem.  
 Quem pagava a conta?  
 Tantas histórias.  
 Tantas questões.”

(Perguntas de um trabalhador que lê - Bertold Brecht)

## 2. TECENDO ÁRVORES DE MEMÓRIAS

Não só de memórias brancas vive o Seridó. Protagonistas e registros de troncos velhos e negros estão por todo lugar. Há também índios, ciganos, vaqueiros, ferreiros, cozinheiras etc. Pessoas comuns que deixaram sua marca na história através do seu trabalho. Conforme demonstramos no capítulo anterior, Acari teve escravos e libertos no período de sua fundação que não só desenvolveram a economia através da agricultura de subsistência e da pecuária, mas também foram empregados durante o período algodoeiro (MATTOS, 1985). Este capítulo apresenta inicialmente uma versão da história contada por famílias afrodescendentes ou mestiças, na qual participam mais ativamente da povoação da Ribeira do Acauã, os Nunes, os Inácio e os Pereira.

Descrevo detalhadamente três famílias que viviam no sítio Saco dos Pereira, fazenda pertencente a Nicolau Mendes da Cruz e posteriormente a Manuel Esteves de Andrade. Também descrevo quatro famílias (Pedros, Paulas, Higinos e Félix) unidas pelos laços de parentesco e viveram como agregados em fazendas do município de Acari; e têm em sua memória rastros de um passado cativo.

A reintegração das famílias Nunes, Inácio, Pereira, Pedros, Paulas, Higinos e Félix na história da cidade possibilitará uma reflexão sobre as atividades econômicas e sociais nos sítios, as relações de trabalho, o estatuto da propriedade da terra e os esbulhos ocorridos nos séculos XIX-XX. As memórias familiares dos afrodescendentes devem ser levadas em conta na elaboração dos discursos sobre o passado e das identidades diferenciadas.

As famílias retratadas sejam elas oriundas do Saco ou das famílias dos primos<sup>36</sup> (Pedros, Paulas, Higinos e Félix) possuem em comum uma memória familiar que remete a um passado cativo ou mestiço. A memória do grupo repassada de geração a geração, mesmo se existe silêncios e vazios, é compartilhada, fundada em experiências comparáveis. Entretanto, o fio que liga estas famílias é o trabalho na terra e os saberes adquiridos nas fazendas. Se entre as famílias do Saco verificamos esbulhos de terras e houve, em algum momento, uma mudança de escravo para a categoria de empregado ou agregado, nas outras famílias não é muito diferente, trabalhavam na condição de agregado desde sempre, nas fazendas e nas cozinhas destas.

---

<sup>36</sup> Adotei esta terminologia retomando a categoria utilizada pelos meus interlocutores.

O declínio do comércio do algodão e as condições climáticas do município de Acari levaram à falência as grandes fazendas da região e gerou uma migração maciça da zona rural (fazendas e sítios) para a cidade entre os anos 1960 a 1980. Interlocutores desta pesquisa, em sua maioria entre 50 a 100 anos de idade, nasceram e viveram toda a vida nessas fazendas e sítios.

Todavia, enquanto eu buscava as famílias e seus representantes, percebia que não se fixaram nas fazendas nas quais trabalharam, nem em um mesmo bairro do município: hoje, os membros destes grupos de parentesco vivem espalhados em vários bairros do centro urbano de Acari e em Natal. Esclareço este ponto para ficar claro que este não se configura em um estudo de comunidade, mas se trata de um estudo sobre as memórias das famílias. Ainda que os meus interlocutores tenham origem no mundo rural, eles vivem atualmente no centro urbano do município, muitos, saudosos da vida no campo.

A coleta das narrativas que ficaram guardadas em segredo revela o universo e as vivências das famílias pesquisadas. No período em que a pesquisa foi realizada várias famílias afrodescendentes surgiram, como os Belém<sup>37</sup>, os Luta e os Trajanos. Infelizmente, o tempo para a realização desta investigação não permitiu a inclusão de todas elas. No entanto, acredito que seja uma deixa para estudos futuros na busca pela reconstrução de um passado pouco conhecido.

As famílias contempladas neste trabalho foram às oriundas do Saco dos Pereira, leia-se os “Nunes, Inácio e Pereiras” e as dos “primos”, que são os “Pedro, Paulas, Félix e Higinos”, grupos familiares espalhados nas fazendas e sítios do município. Abaixo, há um mapa mostrando a atual localização dos entrevistados:

---

<sup>37</sup> Os Belém tem seu passado atrelado a fazenda de Maria da Puridade, citada por FILHO(1983) em seu trabalho. Os Luta, possivelmente também são primos dos Paulas, Félix, Pedros e Higinos, mas esta descoberta só foi feita tardiamente, não sendo possível entrevistar ninguém deste ramo familiar. Os Trajanos são conhecidos como de origem indígena na cidade, citadas inclusive em um estudo feito pelo Museu de Acari.



Figura 7: Mapa da localização das famílias pesquisadas no centro urbano de Acari.

Os que moram afastados do centro urbano de Acari, ou como é o caso de seu Raimundo e de Seu Paulo que ainda vivem no Saco dos Pereira, não estão sinalizados neste mapa. O mapa foi feito para se ter a noção de onde estas famílias encontram-se atualmente no município.

## 2.1 OS FIOS DAS MEMÓRIAS

Apresento as famílias e suas árvores, mostrando as ligações pelo parentesco, a transmissão dos nomes e as memórias destas famílias em relação à terra. A família é o elemento norteador na discussão da presença afro-brasileira em Acari. As relações de parentesco remetem a uma categoria central para a compreensão da trajetória histórica dos descendentes de escravos: a consanguinidade. Os parentes carnais são definidos pelo sangue e por relações que envolvem solidariedade. Por outro lado, estou tratando de famílias e, portanto, esta também é uma categoria a ser pensada. Segundo Woortmann (1987) é no seio familiar que se dá a maior parte das relações de parentesco, pois

“a família – conjunto mais importante de consanguíneos – opera com base em certos princípios que são os princípios organizadores da família doméstica. Esta última se organiza segundo princípios de solidariedade

conjugal, ou de casamento; de filiação, e de irmandades.”  
(WOORTMANN, 1987, p. 161)

Entretanto, há que ressaltar que na “família” há a seletividade do indivíduo em querer a proximidade com alguns parentes ou não. Woortmann (1987) traz em seu trabalho “A família das mulheres”, um caso presenciado em uma pequena Vila no Recôncavo Baiano no qual os indivíduos costumavam dizer que todos eram parentes. “Na verdade, eram todos consanguíneos, em maior ou menor grau.[...] embora soubessem que eram todos relacionados por parentesco, a relação exata, além de um certo limite, era desconhecida e, de fato, pouco se preocupavam com isto” (pág. 165). É este mesmo desconhecimento das relações exatas de parentesco que encontramos nas famílias de Acari. As relações de parentesco são colocadas pelos interlocutores das diferentes famílias. Ao serem questionados, no entanto, a resposta era sempre a mesma: “somos primos”. Há uma interlocutora que chega a dizer, “*ai já é outra família sendo na mesma num sabe?*”, justamente pelo fato da interligação destas famílias. A parentela, assim como no caso do Recôncavo Baiano, embora não esteja unificada em um mesmo espaço físico, em uma mesma comunidade ou bairro, tem de fato uma ligação consanguínea. Esses laços se revelam através das memórias de seus descendentes, quando lembram das suas relações de parentesco.

A seletividade demonstrada em cada indivíduo a partir de suas memórias revela não somente o plano singular daquele que relembra, mas também mostra o que a família a qual ele pertence escolheu para lembrar. Se nos remetemos a Halbwachs (1990), percebemos que existem dois planos para rememorar os laços genealógicos e suas memórias, o plano individual e o coletivo:

A memória social do grupo constitui-se num potencial que, na medida em que é acionado, substancializa-se em “matéria-prima” com a qual são construídas e atualizadas as práticas de parentesco. Essas últimas, por sua vez, são as responsáveis pela seletividade da memória: o que dela será acionado, tendo em vista as circunstâncias. (WOORTMANN, 1994, pág. 114).

As árvores apresentadas na pesquisa são fruto não só da memória de cada interlocutor, mas também dependem da variação da transmissão oral (GOODY, 2012) passada de geração em geração. As árvores refletem justamente a seletividade que cada geração opta por fazer; ao usarmos a metáfora da árvore com suas raízes, troncos, galhos, folhas e sementes como fez Woortmann (1992) percebemos – embora não

saibamos as raízes destas famílias - a necessidade de não avançarmos neste momento, além do oferecido pela oralidade, pelos frutos e galhos desta árvore podemos reconhecê-la e perceber que fincou raízes profundas em solo seridoense.

Essa genealogia ficou escondida nas margens da memória da cidade e está oculta até de seus próprios integrantes: podemos fazer um contraponto com a tradição das famílias abastadas; estas por sua vez, compuseram suas árvores e as utilizam para afirmarem um passado de opulência. É comum encontrarmos nas casas das famílias de linhagens conhecidas como os Bezerra, os Britos, Galvão, Medeiros, entre outras, a presença de livros genealógicos de suas famílias. Um dos clássicos da literatura relacionada ao Seridó, “Velhas Famílias do Seridó”, escrito por Olavo Medeiros Filho (1981) justamente é fundamentado nas genealogias dos grandes patriarcas do Seridó. Estas árvores como bem analisou Woortmann (1992) entre os colonos teuto-brasileiros no Sul do Brasil, não servem apenas para registrar uma memória de família, mas no caso dos fazendeiros, servem para engrandecer, elevar o ego de pertencimento a uma camada nobre. No caso de Acari, reforça sentimentos de pertença a um passado português, afastando o vínculo com raízes afrodescendentes ou indígenas. Estas genealogias encenam a saga de um patriarca desbravador das terras seridoenses, que aqui chegando, enfrentou os caboclos brabos, a seca e semeou prosperidade.

Realizo este contraponto ao descrever as genealogias das famílias afrodescendentes, para também salientar o poder da memória dominante no Seridó e na cidade de Acari. Ao nos voltarmos para as famílias do Saco e dos primos, verificamos que a sombra do passado cativo e as limitações econômicas não permitem heroicizar seus antepassados, não tendo um grande patriarca ou matriarca a quem possa enobrecer sua linhagem (WOORTMANN, 1992). No entanto, registrar a história destas famílias nos fornece elementos importantes sobre as gerações passadas e o futuro destes indivíduos (ZONABEND, 1991). Opto por apresentá-las na ordem que foram sendo contactadas na pesquisa. Em primeiro lugar, apresentarei as famílias do Saco dos Pereira e logo em seguida as famílias dos primos.

## 2.2 ‘O POVO DO SACO É QUE É IMPORTANTE’: memórias do Saco dos Pereira

*“As recentes transformações se apagam, o passado mais longínquo parece agora submergir o presente”.*  
Nathan Wachtel (1996, pág. 15)

Antes de avançarmos sobre a história das famílias do Saco, proponho um salto reflexivo para pensarmos na condição que os indivíduos afrodescendentes tinham após a abolição, pois este era o caso dos que ali chegaram. Manuel Esteves e seus sobrinhos, mais tarde seriam os donos do Saco, tinham um passado marcado pela escravidão. Como bem reflete Florestan Fernandes (2008) sobre a integração do negro na sociedade após a Abolição, as medidas abolicionistas não conseguiram incluí-lo na nova sociedade que se apresentava para ele. O escravo liberto, antes encarado como mercadoria, proveria seu próprio sustento e lidaria com uma sociedade que valorizava o status e a brancura.

“[...] a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideias de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo” (FERNANDES, 2008, pág. 35 e 36)

Diante deste quadro, somavam-se as articulações fortificantes do coronelismo. Os governadores eleitos, além de serem capazes de comandar, deveriam possuir certa riqueza. A caricatura do coronel, homem rico, de posses, e que ganhou nome na Guarda Nacional, ostentava não só riqueza, mas poder.

“O coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, não necessariamente, como se diz sempre, o fazendeiro que manda nos seus agregados, empregados ou dependentes. O vínculo não obedece a linhas tão simples, que se traduziriam no mero prolongamento do poder privado na ordem pública. Segundo esse esquema, o homem rico — o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra — exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal” (FAORO, 2001, pág. 737).

Ao verificar o caso seridoense, percebemos que as elites agrárias tomaram corpo e cresceram não só nos limites de suas propriedades. O poder dos coronéis do Seridó interferia na política estadual. Em 1914, por ocasião da eleição para governador do Estado, a família Maranhão tem seu candidato excluído pela força dos coronéis do

Seridó; neste período, já haviam adquirido um relativo poder econômico graças ao primeiro surto algodoeiro.

"Joaquim Ferreira Chaves é o nome indicado pelo Seridó. Os Maranhão recorrem ao Rio de Janeiro para consultar a cúpula federal; esta, no entanto, apóia o nome de Chaves. José da Penha denuncia fraudes no governo do Estado mas, os correligionários de Chaves, José Augusto e Juvenal Lamartine, reorganizam o sistema no Seridó, impedindo que José da Penha se articule no RN. Este é obrigado a sair do Estado, pois corre risco de vida." ( OLIVEIRA; PEREIRA; FILHO, 2013)

O coronelismo e as oligarquias do Seridó tiveram muita força no final do séc. XIX e início do séc. XX no estado, pois isto mostra não só a força política, mas o poder nas outras instâncias, como a municipal. Os coronéis de Acari utilizaram este poder para expandir suas propriedades e seu patrimônio familiar. A terra aparece como elemento central nesta busca pelo poder, pois como bem de raiz, era também um importante elemento no cenário algodoeiro e assim como para o criatório de gado. Estes seridoenses, como Juvenal Lamartine, também foram os responsáveis por escrever a história da região, uma versão elitizada das memórias do Seridó.

Voltando-nos para Acari e para o Saco, percebemos que para os pequenos agricultores das famílias Nunes, Pereira e Inácio, a terra tinha um valor além da exploração para o lucro, a terra era o meio de sobreviver. Muitos obstáculos surgiram no caminho até as famílias afrodescendentes de Acari-RN. No final de 2011, em minha última visita para a pesquisa da monografia encontrei com Dona Maria Celsa, proveniente do Saco; ela me deu pistas para refletir sobre o povoamento do Saco dos Pereira, e a partir dos relatos sobre seus parentes, pude perceber a interligação entre duas famílias: os Nunes e os Inácio. Também entrevistei em 2011 Seu Raimundo Nunes, morador do Saco; ele forneceu informações mais precisas sobre os Nunes e também sobre a relação com a terra.

Seu Raimundo me alertou sobre o fato de que, além dos Nunes e Inácio, haveria na região do Saco, outro tronco familiar forte, os Pereira. Com essas informações, volto a Acari em 2013 para dar início à pesquisa do mestrado. A configuração da política na cidade me leva a ter um cuidado maior no contato com os antigos interlocutores. A mudança política do chefe do executivo da cidade nas últimas eleições realizadas em 2012 destituiu do poder um grupo responsável pela administração da cidade há mais de 40 anos. Esta mudança provocou um clima de rivalidade, estendendo-se para todos os segmentos da sociedade acariense e afetando meus interlocutores. De um lado, os

representantes do Bicudo (nomação dada aos simpatizantes do partido PFL) e do outro, os que estão a favor dos Bacuraus (nomação dada aos simpatizantes do partido PMDB). A animosidade entre os dois campos provocou situaões conflituosas que se revelaram em diversos momentos da pesquisa.

Apesar destes confrontos políticos, reestabeci os contatos antigos, e deixei claro que não tinha e nem teria partido na querela política que aplacava a cidade. Os novos laços de interlocução me levaram a Dona Geralda Gilce: Geralda, 77 anos, nasceu no Saco assim como Maria Celsa, 92 anos e Raimundo, 81 anos. Todos são primos legítimos. Na primeira entrevista com Dona Geralda, muitas dúvidas me inquietavam quanto à posse de terra. Vivências do Saco ficaram esclarecidas e pouco a pouco, cheguei à conclusão de que era necessário contar a história dessas famílias. A frase que abre esta subparte do capítulo foi tirada de uma fala de Dona Geralda, divisora de águas desta pesquisa, pois logo no primeiro momento da entrevista Dona Geralda, disse estas palavras: “Você sabe né? O povo do Saco é que é importante”. Esta frase soa quase como um grito, embora tenha sido dita com muita doçura e alegria; é um grito do silêncio que é velado até os dias de hoje, mas que se rompe com a evocação das memórias destas famílias. Essa frase que também pode ser lida por um ângulo de dominação, já que aqueles que praticaram esbulho de terras e detém a posse do Saco, são os ditos “importantes” da cidade, os que têm força política e algumas posses. O Saco tanto é importante pela história dessas famílias, mas também para a grande maioria da população, porque é lá onde vivem alguns dos gestores da cidade.

O território<sup>38</sup> que compreende o Saco dos Pereira está na chã da Serra da Onça. As terras ficam em um terreno com várias serras ao redor, em formato circular. Originalmente, as famílias do Saco viviam da agricultura e da pecuária, embora estas atividades fossem constantemente afetadas pela seca severa que regularmente assola a região do Seridó. Segundo as narrativas dos moradores do lugar, o Saco começa na cabeceira da Serra da Onça localizada ao lado do Serrotinho, fazendo uma espécie de gargalo, e se estende até o pé das serras que rodeiam esta antiga fazenda, formando um círculo (saco). Nas narrativas, é mencionado um outro sítio de propriedade dos Inácios, o sítio das Lanchinhas, posicionado por trás da Serra do Serrotinho, os mais velhos chamam este sítio de anexo, ao sítio do Saco.

---

<sup>38</sup> O sentido do termo território é somente como maneira de delimitar a região do Saco, sendo esta uma categoria que não é nativa.

A terra do Saco provém de núcleos mestiços, segundo MACEDO (2013). Manuel Esteves comprou de seu primo Nicolau Mendes as terras do Saco, e este por sua vez vendeu aos seus sobrinhos dado que não consta que teve herdeiros. Os sobrinhos, Francisco Pereira e Antônio José Pereira, aparecem como donos das terras em 1802, em uma escritura lavrada para doação de terras a N. S. da Guia.

A figura 8 é o mapa desenhado por Damiana Jacinta, ela é neta de Vicência, a centenária da família Inácio. O mapa mostra como se encontra o Saco atualmente, as casas e seus moradores, assim como os limites com os nomes das Serras e com outras propriedades.



Figura 8: Mapa do Saco dos Pereira desenhado por Damiana Jacinta.

A origem do nome Saco dos Pereira ou dos Pereiro, lugar onde viviam e vivem estas famílias tem duas versões. A primeira versão narra que tinha esse nome por conta da árvore, “Pereiro” e a segunda versão defende a influência da família “Pereira” que se instalou no Saco, nos primeiros anos de seu povoamento.

**Família Pereira<sup>39</sup>****Antigo Morador da fazenda Pinturas  
vizinha do Saco**

*"No começo eram só eles, eram os Pereira do Saco, por isso que chamam Saco dos Pereira, porque ali era dos Pereira, ali não tinha dono não, os donos eram eles"*

*(Seu Onessino, entrevista em 19/04/2013)*

*"Foi o seguinte, quando colonizaram o Seridó, o município de Acari, no século de 1700, tinha muito Pereiro, Pereiro é uma árvore, nativa dos sertões, lá tinha muito Pereiro, agora que uns chamam Saco dos Pereiro e outros Saco dos Pereira, porque tinha uma família muito grande dos Pereira, foram os colonos daqui, daquela região do Saco."*

*(Seu Hermes, entrevista em 09/05/2013)*

As duas versões são possíveis e podem ter dado nome ao lugar. Muito embora, a versão sobre o nome da família é mais forte dada à extensa prole formada naquele lugar. Seu Hermes utiliza a palavra “colonos” para citar a família Pereira, enquanto Onessino faz questão de salientar que eles eram os únicos donos do Saco, confrontando com a versão dos Nunes na qual dizem ter adquirido terras ali.

Conforme já vimos, o Saco dos Pereira, denominação escolhida para designar a localidade, está ligado à “fundação” de Acari com a chegada de Manuel Esteves de Andrade; ele constrói a primeira capela da cidade e dá início a povoação de Acari.

Segundo a tese de MACEDO (2013), Manuel Esteves não teria vindo sozinho, com ele vieram alguns parentes, dentre eles cinco sobrinhos, localizados pelo historiador na documentação paroquial.

*"[...] é possível conjecturar que, no decurso do século XVIII e XIX, cinco irmãos e seus descendentes tenham morado na ribeira do rio São José, tributária da ribeira do Seridó: Francisco Pereira da Cruz, Antônio José Pereira, Gonçalo Pereira Homem, João Nunes da Paz (2º) e Paula Pereira de Jesus, filhos do casal João Nunes da Paz e Rosa Maria, já falecidos no ano de 1803." (MACEDO, 2013, pág. 236 e 237)*

A pesquisa do historiador corresponde com a recorrência dos nomes dos primeiros povoadores do Saco. A partir das árvores encontradas na tese de MACEDO

<sup>39</sup> Para melhor entendimento, coloquei a pertença às famílias de cada interlocutor e os depoimentos justapostos.

(2013), faço um exercício, utilizando o parentesco<sup>40</sup> como uma linguagem para entender o contexto de como se fixaram as famílias que dão origem aos troncos velhos do Saco: os Nunes, os Inácio, os Pereira (LÉVI-STRAUSS, 1975; WOORTMANN, 1995).

A partir das informações cartoriais encontradas por Macedo (2013), identificamos os primeiros donos de terra da Ribeira do Acauã, estabeleceram redes de parentesco, seja pelo casamento ou pelo compadrio. Fica claro ao observar as árvores das famílias e perceber que elas se entrelaçaram, formando praticamente uma grande família.

### 2.2.1 *O roubo das memórias*

As genealogias que reconstruímos são os únicos meios para reencontrar a história das famílias Pereira, Nunes e Inácio. Para Zonabend (1991) a genealogia é indissociável da memória, do parentesco e da identidade pessoal. As genealogias revelam a forma como o indivíduo lida com a sua família:

"[...] cada um desenterra narrativas totalmente ignoradas pela memória travando, de facto, uma luta contra a maré da memória, visto que a tarefa da memória consiste em apagar, safar, esquecer: esquecer as relações de parentesco para que novas alianças matrimoniais se possam contrair; esquecer uma aliança para renovar o parentesco." (ZONABEND, 1991, pág. 182)

Aqui, Zonabend (1991) mostra as relações entre à genealogia, à memória familiar e o parentesco. De fato, ao construir árvores genealógicas, é possível não só rememorar um passado, ou costumes evocados a cada nome lembrado, mas também verificar como se dava a organização social das famílias, quais eram as regras para o casamento etc. As genealogias revelam a proximidade ou a distância entre determinados parentes consanguíneos. As árvores fazem parte das identidades, revelam amnésias genealógicas<sup>41</sup>, ou seja, são também uma síntese da memória destas famílias que, ao rememorar sua genealogia, filtram fatos, promovem silêncios e revelam características de uma determinada época. A memória genealógica é assim uma ferramenta para entender essa metáfora de apreender o parentesco como uma linguagem. Ao perguntar sobre pais, avós, bisavós, adentrei na formação do Saco, elenquei e reconheci alguns

---

<sup>40</sup> “O parentesco é, pois, uma relação social; nunca coincide completamente com a consanguinidade, quer dizer, com o parentesco biológico” (AUGÉ, 1975, p.15).

<sup>41</sup> Termo utilizado por Zonabend (1991).

marcos do território e percebi as nuances políticas e históricas que levaram as famílias Nunes, Inácio e Pereira a perder suas terras.

As memórias dos que ainda resistem atualmente no Saco dos Pereira são essencialmente as do esbulho de terras. A palavra “roubo” é repetida ao longo dos depoimentos em que com recorrência é mencionada a perda das terras. O processo de aquisição indevida por vizinhos com um maior poder político e econômico é frequente na região. É o mesmo processo observado na comunidade da Boa Vista (CAVIGNAC, 2007): sem poder reclamar das invasões e sem títulos de terra, os moradores perderam, ao longo dos anos, seus territórios tradicionais. Entre os moradores do Saco, apenas alguns possuem o “documento do INCRA”<sup>42</sup>, que comprova a propriedade das terras. Apenas Raimundo Nunes possui este documento na família Nunes. Na família Pereira, até onde foi possível apurar, somente Manuel Vermelho<sup>43</sup> tem a certificação do título de propriedade. Entretanto, há outros moradores no Saco, pertencentes à família Nunes e Inácio, que vivem desde que nasceram na mesma casa e que não conseguiram junto ao cartório qualquer título de posse ou propriedade de terra.



**Figura 9: Serroteinho, uma das Serras do Saco dos Pereira Foto: Acervo pessoal da autora**

As questões envolvendo o acesso à terra no Saco dos Pereira são conflituosas e revelam não somente situações de esbulho, mas de abuso de poder, de violências físicas, de humilhações, conforme constatamos na fala dos interlocutores. Os coronéis que se encontravam ao redor dos limites da antiga fazenda do Saco adquirida por

Manuel Esteves de Andrade em 1725 e vendida aos seus sobrinhos Francisco Pereira e Antônio José Pereira, começaram, paulatinamente, a ocupar as terras que antes eram ocupadas por membros da família dos Nunes, Inácio e Pereiras.

<sup>42</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

<sup>43</sup> Manuel Vermelho é da família Pereira, primo de Onessino, mas não foi possível entrevistá-lo.

Conforme podemos constatar nos documentos, os três grandes troncos familiares habitantes tradicionalmente no Saco não tinham grandes posses: o maior bem era a terra. Estas famílias criavam cabras, porcos e mantinham um roçado. Pela deficiência financeira e pela falta de instrução, não conseguiram comprovar a propriedade da terra que lhes era de direito.



Figura 10: Paulo Nunes em sua casa no Saco. Foto: Acervo pessoal da autora



Figura 11: Raimundo Nunes recebendo alunos do Projeto Tronco, ramos e raízes! Foto: Rodrigo Sena.



Figura 12: Onessino Onésio em sua casa em Acari/RN. Foto: Acervo pessoal da autora

<b>Família Nunes com Inácio</b>	<b>Família Nunes</b>	<b>Família Pereira</b>
<p><b>“Paulo<sup>44</sup></b>: As casas velha aqui do Saco eu sei tem bem umas cinquenta, é, eu sei os cabras que morava...</p> <p><b>Tonheca<sup>45</sup></b>: Você sabe os cabras que moravam?</p> <p><b>Paulo</b>: tudinho eu sei...</p> <p><b>Danycelle</b>: Se você fosse dizer os limites do Saco, antigamente, você saberia?</p> <p><b>Paulo Velho</b>: Ah nêga velha, aí vai ser muita coisa, ia por acolá nas Pinturas, nas Imburanas, você diz o limite da terra né? Ia perto de Acari...era muita coisa...</p> <p><b>Danycelle</b>: Tinham algum documento? seus avós?</p> <p><b>Paulo</b>: Tinha, mas aí tomaram esses documentos, fizeram documentos falsos e demarcaram com cerca...e pronto...” (Entrevista com Paulo Inácio da Silva, em 13/08/2013)</p>	<p><b>“Danycelle</b>: E quantas famílias chegaram a ter aqui dos Nunes e dos Inácio?</p> <p><b>Raimundo Nunes</b>: Era pretinho de Negro, era muito...</p> <p><b>Danycelle</b>: E cadê esse povo?</p> <p><b>Raimundo Nunes</b>: Morreu...risos...tinha muito negro, era bom, tinha festa...um forró danado...</p> <p><b>Damiana<sup>46</sup></b>: Migraram pra cidade né Raimundo? muita casa caiu, minha mãe contava...</p> <p><b>Danycelle</b>: E aqui no Saco a terra era toda de vocês?</p> <p><b>Raimundo Nunes</b>: Era dos Nunes e dos Pereira</p> <p><b>Danycelle</b>: Os Inácio não tinham terra?</p> <p><b>Raimundo</b>: Tinha, tinha a Lanchinha...</p> <p><b>Danycelle</b>: A lanchinha fica aonde?</p> <p><b>Damiana</b>: Por trás desse Serrotinho...” (Entrevista com Raimundo Nunes, em 13/08/2013)</p>	<p><b>“Danycelle</b>: Sua avó contava como chegou no Saco?</p> <p><b>Onessino</b>: Minha avó não era daqui, minha vó era do município de Carnaúba, aí houve uma confusão com o irmão dela mais velho, aí então eles se desgostaram e vieram pr’aqui, e naquele tempo, isso tudo era município de Acari, aí compraram o sítio de Cacimba de Cabra, depois trocaram o sítio de Cacimba de Cabras pelo Saco...</p> <p><b>Danycelle</b>: O Senhor sabe de quem compraram Cacimba de Cabras?</p> <p><b>Onessino</b>: Sei não, era de uma mulher, mas não me lembro o nome, era de uma viúva...aí depois minha avó trocou com Zé Sancho Neto pela terra do Saco, é perto, bem pertinho...O sítio do Saco era dos Pereira do Saco, e era muita terra, eram três léguas de terra quadrada, naquele tempo além de moços eram ignorante, aí os sabidos tomaram tudo, aquilo ali foi tudo tomado, aquela terra que Seu Sátiro tem ali foi toda tomada...</p> <p><b>Danycelle</b>: E Os Nunes e os Inácio, compraram ou era posse?</p> <p><b>Onessino</b>: Eles adquiriram alguns pedaços de terra por ali...” (Onessino Onésio - Pereira, em 19/04/2013)</p>

<sup>44</sup> Irmão de Geralda Nunes, morador do Saco dos Pereira, 78 anos.

<sup>45</sup> Marido de Damiana, que é filha de Vicência dos Inácio, morou no Saco durante um ano.

<sup>46</sup> Filha de Vicência da família Inácio, herdou a casa da Avó no Saco dos Pereira.

Conforme apontam as falas dos interlocutores acima, o Saco teve muitas famílias, todas interligadas aos ramos Nunes, Inácio e Pereira. Assim, inicialmente constatamos que estes indivíduos estavam agrupados em núcleos familiares (composta por pai, mãe e filhos), no modelo do sítio camponês, eram envolvidos nas atividades agrícolas. Pelo grande número de filhos e parentes são também famílias extensas que, segundo WOLF (1976), são aquelas compostas por várias famílias nucleares. A terra é o bem mais precioso no contexto rural, isto é fundamental para entendermos o ranço entre as famílias (dentro do Saco e fora dele) e os conflitos do passado e do presente. Durante o tempo de pesquisa, não foi possível fazer um mapeamento preciso, nem foi possível enveredar nas pesquisas cartoriais que poderão revelar não somente os reais limites de posse dos moradores do Saco, mas também mostrar a evolução fundiária até ser destituída destes moradores.

Após a primeira entrevista com Dona Geralda, fui pouco a pouco fazendo contato com outros parentes das famílias. Como Geralda conhece mais pessoas entre os Nunes e os Inácio, tive dificuldades de fazer contato com interlocutores junto ao tronco dos Pereira, mas conversei com Seu Onessino Onésio. A partir destas entrevistas e dos dados apresentados na tese de Helder Macedo (2013), compus as primeiras árvores, e confrontava com as narrativas de cada membro que entrevistava, para perceber as recorrências e discrepâncias. Os Nunes e os Pereira tinham um vínculo de parentesco com Manuel Esteves de Andrade, isso nos remete ao pertencimento e à origem destas famílias no Saco.

Os Nunes possivelmente são descendentes de João Nunes da Paz, cujos filhos moravam na terra do Saco; tiveram uma grande prole com sobrenome “Nunes”. Alguns deles ainda podem ser encontrados até os dias atuais, como é o caso de Paulo, Geralda e Raimundo Nunes. De acordo com os dados da pesquisa junto aos interlocutores e o cruzamento com as informações cartoriais localizadas por MACEDO (2013), deduzimos que tanto Geralda como Raimundo e Paulo são descendentes de João Nunes da Paz (2º) com Arcangêla Micaela, que por sua vez tiveram como filho Manuel Nunes da Paz, bisavô de Geralda e de Raimundo.

## Gráfico de Manuel Esteves e parentela

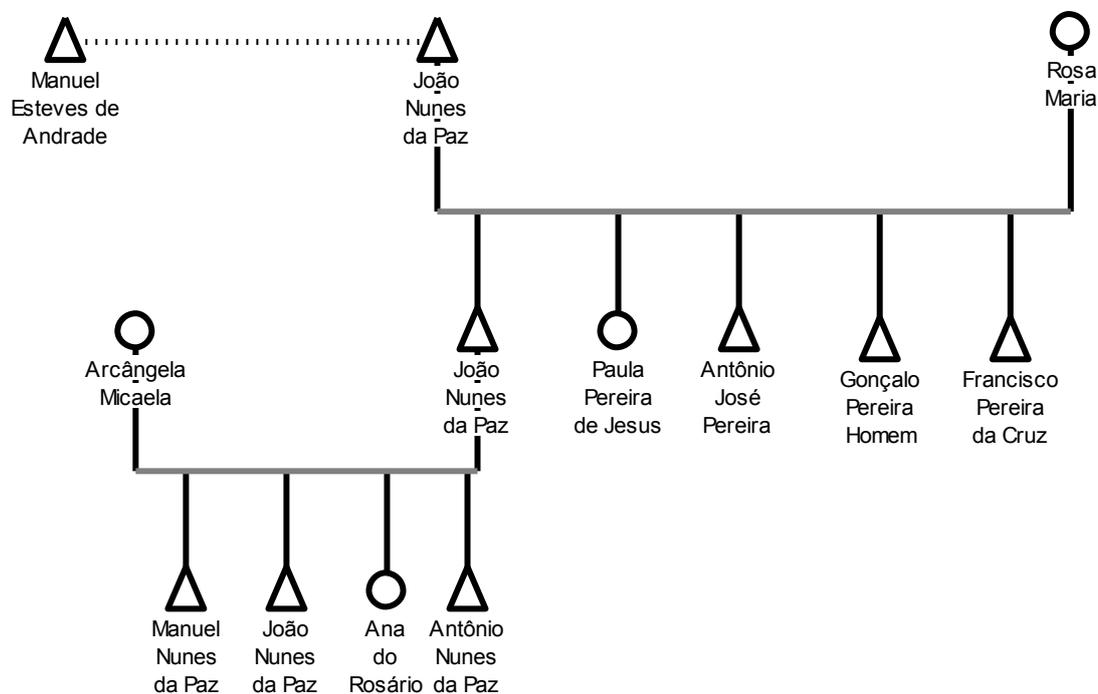


Figura 13: Gráfico de Manuel Esteves e parentela baseado em dados da tese de Helder Macedo (2013)

A família Pereira está também ligada aos sobrinhos de Manuel Esteves de Andrade, ainda não estando clara a linha que leva os interlocutores atuais a esta linhagem de maneira plena. Entretanto, esta família é citada pelo autor Jayme Santa Rosa (1974), acariense, que em 1970, fez uma busca in loco, verificando a pertença desta família aos fundadores da cidade.

"Manuel Esteves de Andrade não deixou descendentes. Mas seus parentes, que com ele viveram no Saco, deixaram. Uma pessoa da família do fundador muito conhecida foi Chiquinha Viúva, que faleceu por volta de 1947, com mais de 90 anos de idade." (SANTA ROSA, 1974, pág. 43)

Seu Onessino Onésio, 89 anos, é neto de Chiquinha Viúva e nos forneceu alguns elementos para pensarmos sobre o panorama da terra que tinham, e também sobre a ligação entre estas famílias. Ele relata que a avó Chiquinha sempre foi do Saco e que a mãe tinha parentesco com os "Rocha". O sobrenome "Rocha" ou "Feliciano da Rocha" vem da família do ex-escravo de Antônio Paes de Bulhões, o negro Feliciano José da

## FAMÍLIA NUNES

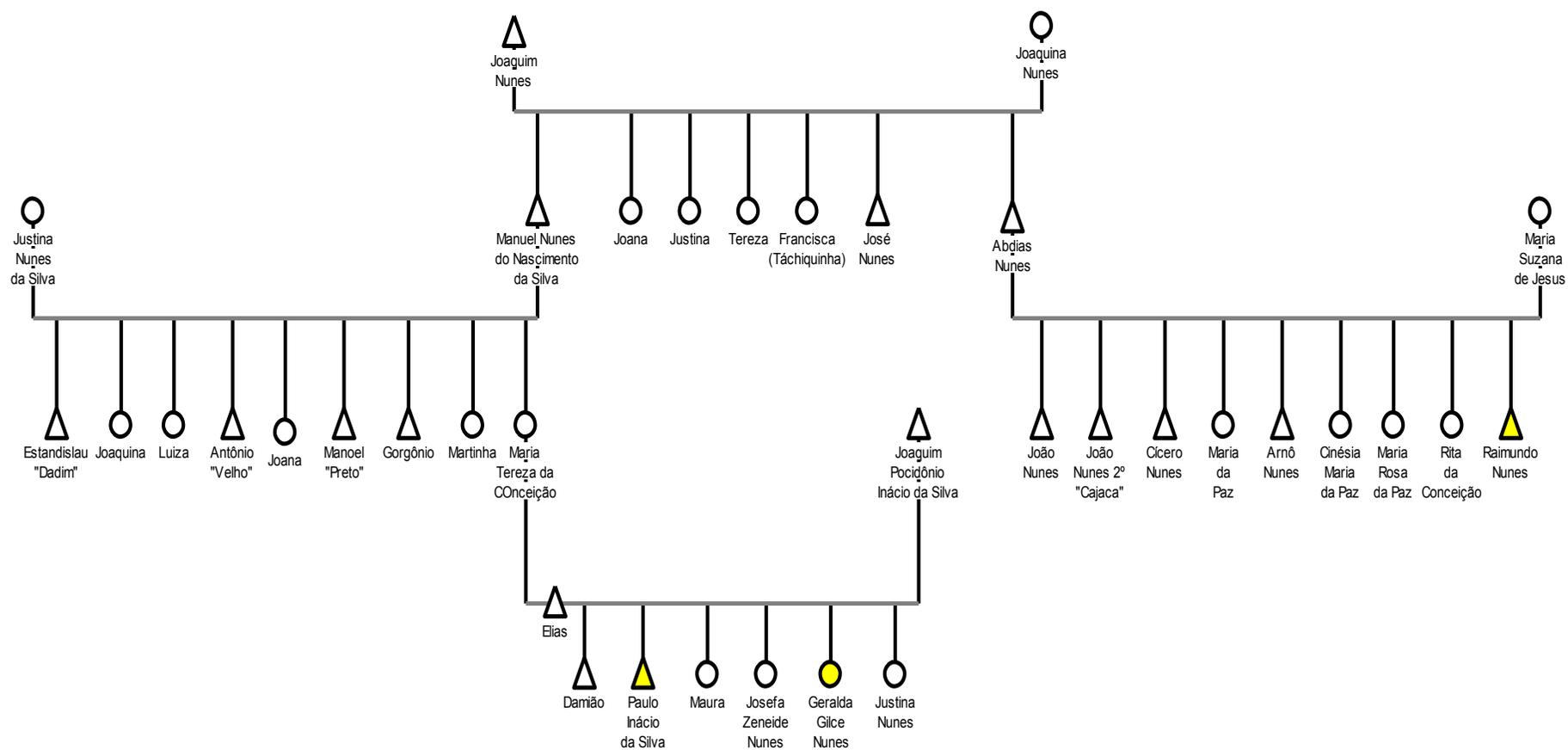


Figura 14 : Geneagrama da Família Nunes, em destaque os interlocutores da pesquisa.

Rocha já citado no início deste trabalho. Os parentes de Feliciano da Rocha moravam na fazenda Barrentas, vizinha da fazenda do Saco e estabeleceram relações de parentesco com o povo do Saco. Ainda que não tenha clara a árvore de seu Onessino, é relevante o fato da ligação que estas famílias construíram. A família Inácio ao que as evidências orais indicam não provém dos sobrinhos de Manuel Esteves de Andrade. Dona Maria Celsa e Vicência (101 anos), ambas da família Inácio, sempre se remetem a junção da família com os Nunes. “Somos Nunes com Inácio”, dizem elas. Durante as entrevistas, encontrei duas versões para a chegada de um Inácio ao Saco que teria dado nome a este ramo familiar. A primeira versão encontrada foi a de Hermes Medeiros. Inácio teria vindo de Pernambuco e se instalou na fazenda do Saco como empregado de Manuel Esteves. A segunda foi contada por José Leão, filho da centenária Vicência, da própria família Inácio.

Antigo morador da fazenda Pinturas vizinha do Saco	Família Inácio
<p><i>"Manuel Esteves de Andrade requereu umas terras, na região pra fazer uma propriedade, aí entra Inácio do Saco, Manuel Esteves requereu aquelas terras do Saco dos Pereiro por acolá, e montou uma fazenda e foi buscar Inácio do Saco, em Garanhuns, Pernambuco. Foi buscar pra vir ser o gerente dele aqui. [...] Inácio era branco. Inácio do Saco chegou solteiro, aí ele foi casou-se com a filha de um dos posseiros que já moravam por lá, e eram negros."</i> (Seu Hermes, entrevistado em 09/05/2013)</p>	<p><b>"Danycelle:</b> Quem era o seu bisavô?  <b>José Leão:</b> Inácio José da Silva, Tenente Inácio da Silva  <b>Danycelle:</b> Ele era militar?  <b>José Leão:</b> Não, ele era do tempo que o pessoal comprava a patente e a farda.  <b>Danycelle:</b> Ele era daqui de Acari?  <b>José Leão:</b> Não era de São José de Mipibu, ele era fazendeiro. Inácio José da Silva, era o pai de Joaquim Inácio, que era meu bisavô.  <b>Danycelle:</b> Como Tenente Inácio chegou no Saco?  <b>José Leão:</b> Ele veio de São José de Mipibu e comprou aquela fazenda ali, a Lanchinha, mas de dinheiro não sei quanto foi não...  <b>Danycelle:</b> E os Inácios foram casando com os Nunes?  <b>José Leão:</b> Foi...foram casando, foi muito Inácio e muito Nunes..."            (José Leão entrevista em 14/08/2013)</p>

Partindo da memória de Seu Hermes, podemos questionar o fato da recorrência da narrativa, principalmente de interlocutores como Seu Hermes, que está de fora das famílias aqui retratadas, de chamá-los pela expressão “posseiros”. O fato é que estes sobrinhos nunca requereram terras no Saco dos Pereira, mas compraram de seu tio, Manuel Esteves de Andrade.

## FAMÍLIA INÁCIO

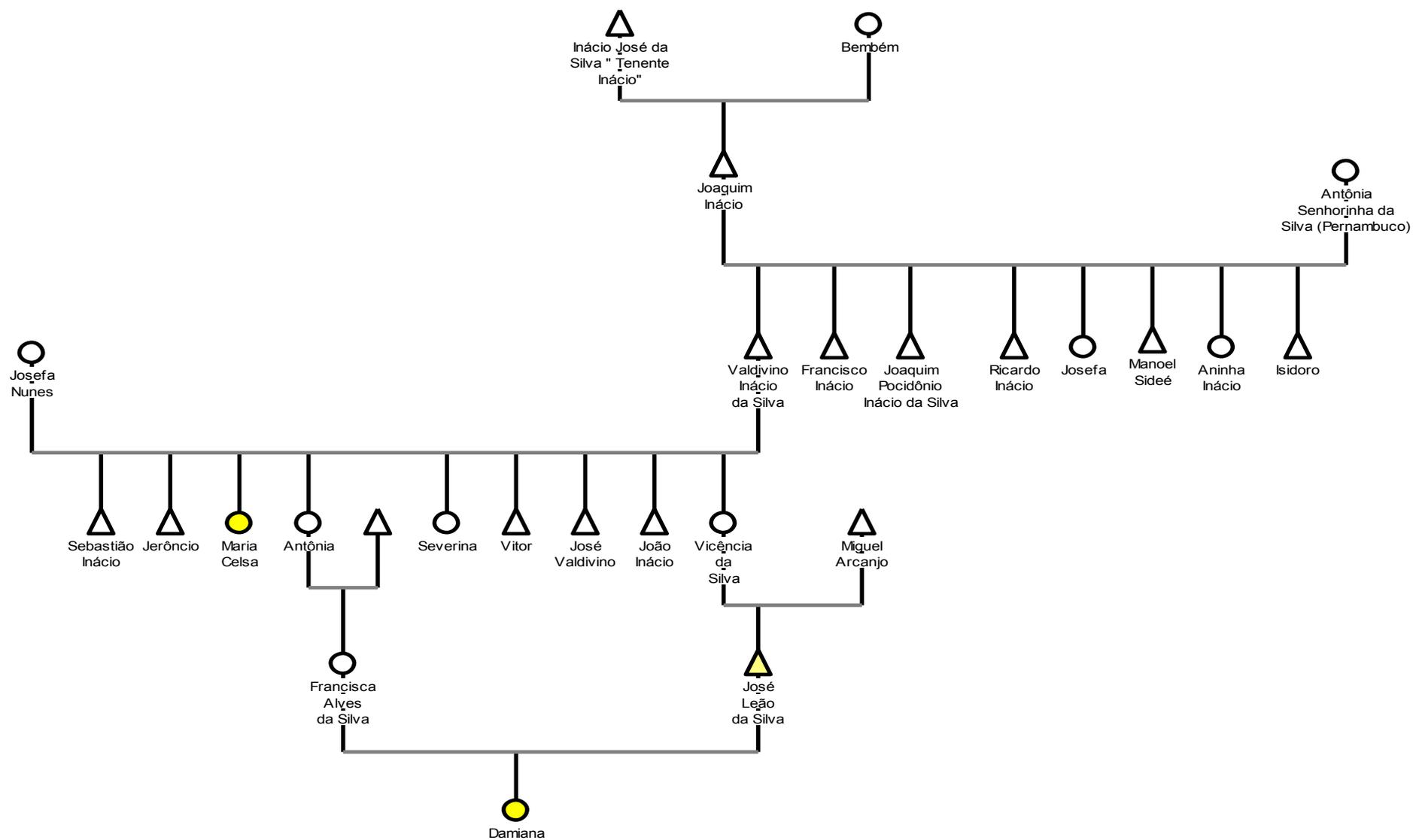


Figura 15: Geneograma da Família Inácio, em destaque os interlocutores da pesquisa.

## FAMÍLIA PEREIRA

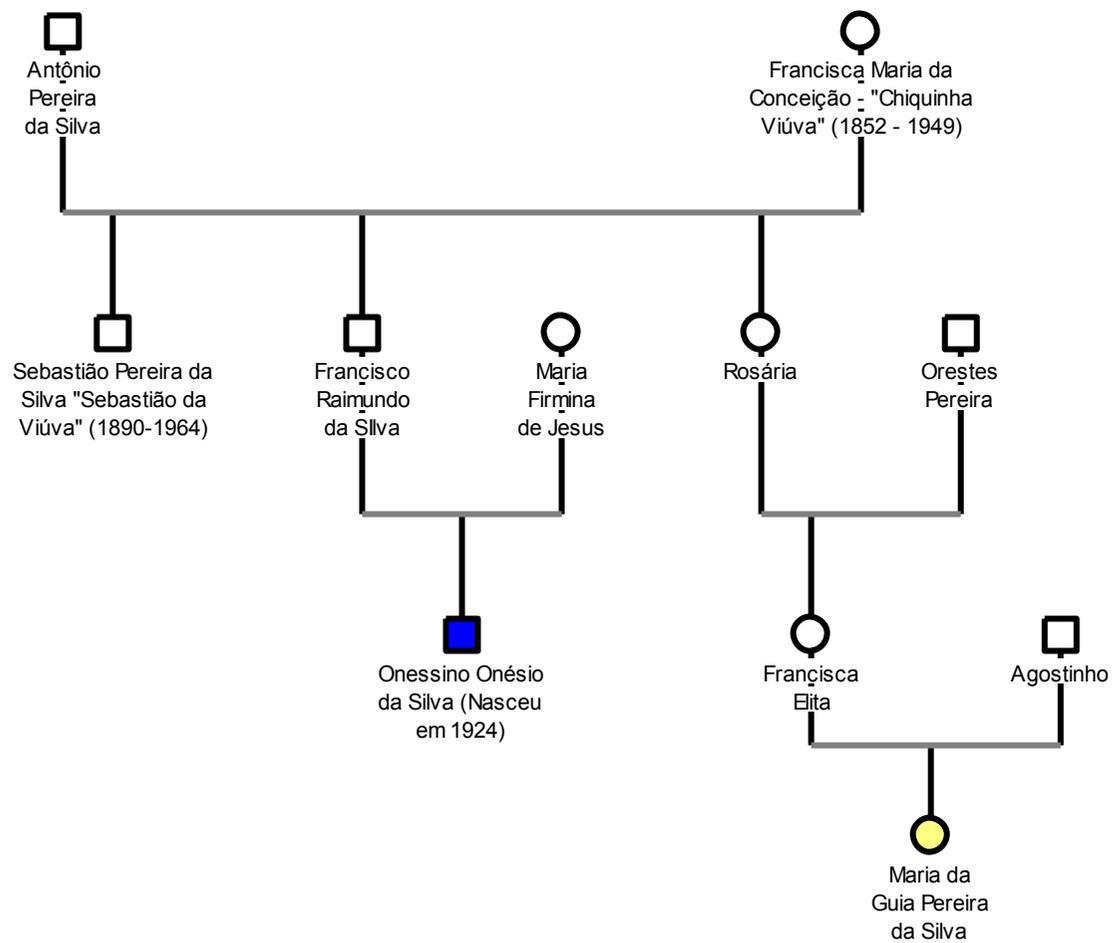


Figura 16: Geneograma da Família Pereira, em destaque os interlocutores da pesquisa.

“A escritura, lavrada na Vila ova do Príncipe em 16 de março de 1802, elucida que a terra onde os dois irmãos moravam, a fazenda do Saco, fora comprada ao tio, Manuel Esteves de Andrade” (MACEDO, 2013, pág. 213).

Estes dois irmãos ainda fizeram em 1802 uma doação de terras ao Patrimônio de Nossa Senhora da Guia, padroeira da cidade. Portanto, eles tinham posse da terra. Já a aquisição de terras pela família Inácio pode se justificar pela compra do Tenente Inácio do sítio Lanchinhas (vizinho à fazenda do Saco). Possivelmente, foi através da união de Inácio com alguém da família Nunes que gerou este tronco familiar que carrega no sobrenome o nome de seu genitor.

Apresentadas as famílias de maneira breve, opto por não mais separá-las ao refletir sobre suas memórias, pois estas estão ligadas não somente por laços de amizade, compadrio ou vizinhança, mas por laços de sangue e laços de memórias (WOORTMANN, 1987). Os Nunes, os Inácio e os Pereira nos apresentam os três tipos de relações familiares importantes para pensarmos como se organizam as relações de parentesco em torno da filiação e das alianças matrimoniais (LÉVI-STRAUSS, 1976). A organização social destas famílias, os casamentos, as heranças, os nomes, o pertencimento ao grupo, o acesso à terra e as formas de trabalho. “[...] o parentesco não é uma coisa em si mas uma linguagem, uma expressão de relações de propriedade, estas últimas duráveis no tempo.” (WOORTMANN, 1995, pág.79)

Conforme já colocado, os filhos de João Nunes da Paz compraram as terras de seus tios e, portanto, não são posseiros (MACEDO, 2013). Com base no inventário<sup>47</sup> de Francisco Pereira da Cruz, filho de João Nunes estabelecido no Saco, é possível perceber que não tinham grandes posses.

"O bem mais precioso era a propriedade, seguido de três escravos que totalizavam 106\$000 (dois homens, doentes, e uma crioula, "de parva estatura") e oito cabeças de gado cavalariço, avaliadas, no total, em 20\$400. O restante do arrolamento era composto de armas de fogo, tachos, foices e selas" (MACEDO, 2013, pág. 213 e 214).

Essas terras foram demarcadas em 1788 (MACEDO, 2013), e compreendiam as terras que banhavam todo o Riacho do Saco. Ao longo dos anos, as famílias do Saco dos Pereira que tinham uma origem humilde foram rodeadas por proprietários de terras pertencentes a famílias importantes da cidade e suas terras diminuídas. Detenho-me a terra como ponto central para compreender este panorama, pois além de ser importante

<sup>47</sup> Inventário de Francisco Pereira da Cruz, 1778, citado por MACEDO(2013, pág. 212) em sua tese.

para o homem do campo, ela gera um sentimento de pertencimento que se traduz nas memórias dos interlocutores.

### 2.2.2 As terras “engolidas”

Os relatos dos meus interlocutores revelam que as famílias negras presentes no Saco eram dominadas pelos fazendeiros poderosos que os mantinham sob seu poder e que usurpavam as terras. Estes fazendeiros são descendentes em linha direta dos primeiros colonos da Ribeira do Acauã, que assim como Manuel Esteves povoou o município de Acari.

Família Nunes	Família Inácio
<p><b>“Geralda</b> -...mamãe<sup>48</sup> alcançou indo buscar as vaquinhas, que eles criavam umas vaquinhas que o patrão dava, lá na beira do rio, era tudo solto. Aí foi se acabando, foi crescendo, crescendo, depois ficou pequeno, ficou pequeno o saco...</p> <p><b>Danycelle</b> - Porque foi tendo filhos e os herdeiros...e era pra todo mundo plantar né?</p> <p><b>Geralda</b> - Todo mundo plantar, no fim mamãe que era uma das herdeiras mais fortes<sup>49</sup>, mas aí por falta de experiência num sabe? Papai não plantava...</p> <p><b>Danycelle</b> - Aí vendeu?</p> <p><b>Geralda</b> - Não, tudo lá, nós não vendemos nada, os Bezerra foram lá, mamãe disse vendo nada, isso é nosso, de minha mãe e vai ser de meus filhos</p> <p><b>Danycelle</b> - A senhora é o que de seu Raimundo?</p> <p><b>Geralda</b> - Raimundo Nunes? Sou Prima, aquela negrada ali é tudo primo num sabe?</p> <p><b>Danycelle</b> - Mas aquela casa que seu Raimundo mora hoje é dele?</p> <p><b>Geralda</b> - É deles...tudo ali é Saco, tudo é do</p>	<p><b>“Onessino</b> - Minha avó tinha muita terra, eles chegaram ali depois, não são dali não, nem Os Inácio nem os Nunes, Os Nunes são de Piancó e os Inácio ali de São Vicente, naquele tempo chamava Luiza. O sítio do Saco era dos Pereira do Saco, e era muita terra, eram três léguas de terra quadrada mas naquele tempo além de moços eram ignorantes aí os sabidos tomaram tudo...Aquilo ali foi tudo tomado, aquela terra que Seu Sátiro tem ali foi toda tomada de meus parentes...</p> <p><b>Eu</b> - E os Nunes e os Inácio compraram ou se apossaram?</p> <p><b>Onessino</b> - Os Nunes e os Inácio compraram um pedacinho cada um... mas há quem diga que eles nunca compraram que aquilo foi uma posse...</p> <p><b>Onessino</b> - antigamente o povo tomava terra demais...</p> <p><b>Eu</b> - Como isso acontecia?</p> <p><b>Onessino</b> - Cercava a terra...Naquele tempo o povo era muito analfabeto, pobres, ignorantes, aí o pessoal mais</p>

<sup>48</sup> A mãe de Dona Geralda era Maria Tereza da Conceição casada com Joaquim Pocidônio Inácio da Silva, da família Inácio.

<sup>49</sup> A fala de Dona Geralda traz uma categoria encontrada em outros estudos que envolvem sitiantes, como o de Woortmann (1985). A mãe de Dona Geralda é colocada por ela como sitiante forte, pois provinha da união de duas famílias de primos (Nunes e Inácio), na qual dividiam o mesmo território e nunca saíram de seu lugar de origem, o Saco, para sobreviver. Os sitiantes fortes são categorizados por Woortmann (1985) como os que plantam, criam animais e tem um maior prestígio social, em detrimento aos sitiantes fracos, que geralmente, casaram seus filhos com pessoas "de fora" da família e nem todos os seus filhos fixaram morada no sítio.

<p><i>Saco, até mais ou menos, passando na casa de Paulo que é meu irmão que é uma casinha branca assim, tem a de Raimundo aqui a de Paulo é lá na frente...os Nunes graças a Deus eles não mexeram com nada, porque a terra de papai foi que foi bem engolidinha, aí nesse tempo ninguém podia abrir a boca, tinha o rico, ninguém podia abrir a boca.</i></p> <p><b>Danycelle</b> - Mas foi engolida por quem? pelos Bezerra?</p> <p><b>Geralda</b> - Hein? Não, pelos Bezerra não, foi por...peraí...foi por Sátiro, seu Sátiro...</p> <p><b>Danycelle</b> - Sátiro?</p> <p><b>Geralda</b> - ...e pelos Bezerra também tem um pouquinho, é que eu não gosto, mas juro que eles foram um dos que fizeram...diziam...vamos deixar pra gente botar os bezerro aqui, o tempo de inverno porque não dá pra os bichos se criar, aí papai besta, tolo, bote homi, deixe esses bichos aí quando é daqui a pouco então eles já cercavam ali sabe...</p> <p>(Geralda Gilce, entrevista 21/02/2013)</p>	<p><i>avultados, dessas famílias mais melhor, aí ia tomando, da minha avó mesmo tomaram muita, passava a cerca, reclamava mas não dava jeito, aí ficava por isso mesmo...” (Onessino Onésio, entrevista 19/04/2013)</i></p>
---	---

Geralda e Onessino trazem uma memória muito forte em relação à questão da terra. Geralda (dos Nunes) e Onessino (dos Pereira) aclaram não só como estas famílias foram perdendo suas terras, mas como a soberania daqueles mais abastados sufocou e silenciou estes conflitos. No Nordeste, o grande latifúndio, quase sempre controlado pelas famílias oriundas de uma classe mais abastada, ditou as regras desde as primeiras Vilas. Se antes, eles tomavam conta de seus próprios “reinos”, que compreendiam o limite de suas terras, após o século XVIII, estes proprietários ganham maior força política.

Os proprietários de terras citados por Onessino e Geralda são descendentes de famílias tradicionais no município, herdeiros dos colonizadores portugueses que passaram por Acari. Tanto Major Sátiro quanto a família Bezerra citados pelos interlocutores são descendentes da junção das famílias de Tomaz de Araújo com a família de Cipriano Lopes Galvão. O coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão tornou-se figura política em meados de 1868, já recebendo essa tarefa de seu tio o Coronel João Damasceno Pereira de Araújo (FILHO, 1981). Estes donos de terra detinham um poder político e econômico em Acari, sendo também os responsáveis por manter a ordem e ditar as regras no município.

Os Nunes e os Inácios não foram grandes criadores de gado, criavam “miunças”: bodes, cabras, ovelhas, galinhas. Portanto, não tinham como usar o gado para expandir

suas terras. A terra para estas famílias que moravam em sua maioria em casas de taipara era um bem precioso, era o patrimônio material que ficaria na família e poderia ser perpetuado.

" A terra é a morada da vida, tudo se acaba mas a terra não. Toda a riqueza sai da terra. [...] A terra luta, luta mas tem que estar em cima dela, ali a gente tira para comer, tira para vestir, então é da terra mesmo. Não pode haver fortuna sem haver terra." (HEREDIA, 1979, p. 150 e 151)

A terra possui assim valores diferentes para os coronéis e para estas famílias. A cultura do algodão, no caso seridoense, conferiu as principais famílias a ascensão econômica e política, intimidando os demais agricultores e pequenos proprietários como era o caso das famílias do Saco dos Pereira. Para além do cercamento indevido das terras, ocorreram fatos, que geraram conflitos que ultrapassaram as barreiras simbólicas das cercas.

#### ***Família Nunes com Inácio***

***Damiana:*** ô Paulo, você lembra da viúva que Major Sátiro jogou dentro do fogo?

***Paulo:*** da minha avó?

***Danycelle:*** Antônia Senhorinha?

***Paulo:*** Sim...foi problema demais, essa terra da gente vinha lá das Imburanas...

***Danycelle:*** Aquela casa grande era de vocês também?

***Paulo:*** Sim, do meu avô, aí depois que o pai dele morreu ficou pra ele...

***Danycelle:*** E como a casa grande passou pro dono atual?

***Paulo:*** roubando... A cerca já vinha tomando tudo, aqui já, vinham com a cerca ali na Lanchinha, aí minha avó disse ao meu avô, "mas Joaquim Inácio, vocês deixar com esse horror de homem, Ricardo, Pociônio, Valdivino, deixar tomar essa terra", aí meu avô disse, "não você tem que vê que eles têm dinheiro", ela disse "apois eu vou lá dá um jeito", chegou lá, naquele tempo era cerca de vara, a cerca dessa altura, aí ela chegou lá fez um pé na beira da cerca e danou fogo, quando foi no outro dia só amanheceu as cinzas, num sabe...aí eles disseram, nós vamos fazer de novo pra você vim queimar, aí ela disse tantas vezes faça como eu queimo....aí da derradeira vez eles fizeram, ela foi botou fogo, eles estavam pastorando lá e jogaram ela dentro do fogo...

***Danycelle:*** Ela morreu das queimaduras?

***Paulo:*** Não, morreu de velha, mas ela tinha coragem, ali era uma feme, feme mesmo..." (Entrevista com Paulo Inácio em 13/08/2013)

A ousadia daqueles que tentaram lutar por suas terras foi silenciada. Ao longo dos anos, a prática de cercar as terras ou desalojar famílias foi uma constante. Há uma outra memória também recorrente no Saco: a "troca" da terra por uma porca e um punhado de farinha. O solo seco pela escassez de chuvas e o cercamento progressivo das terras foram delineando o caminho da fome. Sem chuva estas famílias não podiam

plantar, e sem o roçado não havia o que comer. Os interlocutores lembram que comiam xique-xique e a batata da maniçoba, diluíam a rapadura em água para enganar a fome das crianças.

### ***Família Nunes com Inácio***

***Damiana:*** Paulo, você lembra se foi Tio Ricardo que trocou a terra dele por uma porca e um saco de farinha?

***Paulo:*** Isso foi em 1942, agora que eu não sei se foi papai que trocou rapaz...eu sei de papai que houve uma mudança daqui pra ir para a terra de Seu Sátiro, aí ele não tinha condição, aí o finado Silvino queria tomar o restinho da terra da gente aqui, aí ele fez uma arrumação pra papai, duas cuias de farinha, bem umas vinte rapadura e uma porca...aí eu sei que nós fumo pra lá e tomaram a terra...

***Damiana:*** Mas Paulo, tem certeza que não foi tio Ricardo?

***Paulo:*** Eu tenho, se eu comi da farinha..." (Entrevista com Paulo em 13/08/2013)

Além destes conflitos antigos, há relato de um conflito mais recente, na qual provocou a busca de um inventário, no nome de Tereza Maria da Conceição, mãe de Paulo e Geralda, que teria herdado de seus avós maternos (Nunes) algum pedaço de terra. Este inventário e as certificações de compra e venda das terras dos herdeiros podem nos sugerir um caminho percorrido pelas terras, muito embora, alguns nomes dos atuais detentores das terras já tenham sido mencionados pelos interlocutores.

Entretanto, não foi possível a consulta destes documentos, apesar de serem de domínio público, estão sob a responsabilidade do Fórum de Acari, que impõe certa burocracia para o acesso aos documentos.



**Figura 17:** Três gerações – da direita para esq. Vicência, Damiana, José Leão e Francisco. Foto: Acervo pessoal da autora.

O vínculo destas famílias com a terra não é apenas por ela ser seu chão de morada, mas porque é central para o sustento, para a perpetuação da prole, e para o estabelecimento de novas alianças. Também, é um dos meios de transmissão da memória da família, sendo um bem tangível (HALBWACHS, 1990). A memória destas famílias está intimamente ligada ao lugar de onde tiraram seu

sustento e estabeleceram relações de parentesco; a reciprocidade, segundo Mauss

(2003), se dá justamente nestas trocas que envolvem a terra, bem fundamental na organização social dos grupos camponeses (WOORTMANN, 1995).



**Figura 18: Geralda Nunes na sua casa em Acari - RN. Foto: Acervo pessoal da autora.**

A posse da terra é também uma maneira de falar sobre o parentesco entre essas famílias. Conforme foi possível constatar, havia casamentos entre primos principalmente entre os Nunes e os Inácio. Esses casamentos não só estreitavam os laços de parentesco, mas reforçavam as alianças entre os grupos familiares. O casamento unificava terras e impedia a divisão pela ocasião de heranças. Conforme

afirma WOORTMANN (1995), as solidariedades relacionadas ao parentesco (filiação, descendência, casamento) deixa aparecer às estratégias na preservação do patrimônio fundiário. Este pedaço de chão revela o patrimônio material (terra) e imaterial (nomes, ofícios) destas famílias.



**Figura 19: Casamento de Dona Geralda Nunes. Foto: Acervo pessoal de Geralda Nunes**

O casamento era sempre um acontecimento no sítio. Embora a cerimônia religiosa pudesse ser feita na igreja (centro urbano), era no sítio que as festividades aconteciam. Geralda conta que em seu casamento foram dezoito dias de festa. Após o casamento os filhos fixavam-se no Saco nas proximidades de seus pais. Outros saíam do Sítio dos pais para serem moradores em outras fazendas de Acari.

Os que ainda vivem no Saco protagonizam não só as lutas pela terra, mas compartilham de uma “prioridade” do uso da terra. Segundo WOORTMANN (1995), na lógica camponesa, aquele que deixa os pais e vai morar fora das terras

familiares “perde” o direito ao uso da terra. Podemos ver o caso dos casamentos endogâmicos (entre primos) em algumas gerações nas famílias do Saco. Há também

outro tipo de alianças, os casamentos com pessoas de fora destas famílias. Podemos exemplificar este tipo de casamento com indivíduos de fora do Saco, com o casamento de Paula Pereira de Jesus e Feliciano José da Rocha, e também com o casamento de seu filho Feliciano Pereira da Rocha<sup>50</sup> com Joana Maria da Conceição (ou Joana Pereira).

Além de estabelecer laços com famílias negras adjacentes, outros laços estratégicos foram se estabelecendo ao longo dos anos. Há registro de casamentos com famílias de outras localidades (Florânia, Caicó), com famílias brancas de Acari e até mesmo a união de pessoas do Saco com os ciganos que se fixaram na região, conforme constatamos durante o curso das entrevistas. O avanço nas memórias e na pesquisa revelaram outros núcleos familiares de origem afrodescendentes não situados no Saco, mas que de igual maneira estabeleceram laços de parentesco e perpetuaram saberes. A partir das famílias do Saco, segui no rastro das famílias Paulas, Pedros, Higinos e Félix.

### 2.3 “AQUI É TUDO PRIMO”: memórias d’os Pedro, Paulas, Felix e dos Higinos

Assim como as minhas vivências no Saco dos Pereira, a descoberta de outros núcleos familiares em Acari ocorreu pelo curso das entrevistas. O Saco dos Pereira havia revelado que tanto os libertos quanto os escravos de Acari formaram núcleos familiares, que tinham terra e mantinham laços de solidariedades em torno das relações de parentesco.

Apresento agora quatro famílias afrodescendentes cujas trajetórias servem de exemplo para mostrar não só a importância dos escravos e seus descendentes no sistema de produção e na economia da região, mas também a pensar sobre a invisibilidade da história desses importantes atores da sociedade colonial. Avanço na ideia que há uma importante presença destas famílias desde os tempos do cativo e apesar da invisibilidade secular, ainda há práticas ativas transmitidas desde a época colonial e existem memórias que serviram de alicerce para a construção de outra memória da cidade.

Na busca de encontrar as famílias negras e tradições com raízes afrodescendentes, deparei-me com a família de Zélia de Tum. Dona Zélia Maria de

---

<sup>50</sup> Sendo Joana Maria da Conceição filha de Francisco Pereira da Cruz e Cosma Rodrigues da Conceição. Francisco Pereira da Cruz era sobrinho de Manuel Esteves e que adquiriu do tio as terras do Saco. E Feliciano Pereira da Rocha era filho Feliciano José da Rocha e Paula Pereira de Jesus, antigos escravos que conquistaram terras nas proximidades do Saco e citados no capítulo anterior.

Jesus<sup>51</sup> era a figura mais indicada quando eu questionava meus interlocutores sobre a culinária de raiz. Foi a partir de meu contato com ela que foi possível realizar várias conexões de nomes de família que eu já tinha. Dona Zélia de Tum tem esse nome por causa de sua mãe, cujo apelido era “Tum”, assim como a filha, era uma exímia cozinheira. Ambas, fazem parte da história da extensa família dos Pedro.

Antes de me adentrar na colcha de retalhos que compõe a história desta família, faz-se necessário salientar porque a pessoa de Dona Zélia destoa no contexto dos interlocutores pesquisados. No primeiro semestre do ano de 2013 estava como estagiária docente acompanhando uma turma de graduação de ciências sociais em uma disciplina que tem como pré-requisito uma atividade em comunidade. Parte desta turma aceitou fazer sua incursão em Acari e foi assim, através de um grupo de alunos, Florizel e Cássia Helena, que descobri Dona Zélia. Tinha a indicação do nome dela, mas não a conhecia. Aos estudantes, ela leu um texto que convida a uma reflexão sobre a emergência étnica em uma cidade em que é forte o silêncio para os afrodescendentes e suas vivências.



Figura 20: Dona Zélia mostrando o molde de seus desenhos. Foto: Acervo pessoal da autora

*“Vou falar um pouco sobre de mim, pois faço parte de um grupo de descendentes de quilombola. Primeiro, preciso falar dos meus antepassados, pessoas, que vieram das regiões dos Bantos: que são originados da Angola, Moçambique e Congo. [...]”*

*Agora já posso falar de mim. Quero saudar o prefeito, as autoridades presentes. Senhoras e Senhores. Meu nome é Zélia Maria de Lima, nasci em 02/12/1948 no sítio Talhado*

<sup>51</sup> Zélia Maria de Jesus é artesã, doceira, cozinheira, tem 65 anos e vive na cidade de Acari-RN.

*município de Acari. Estudei no grupo escolar Thomaz de Araújo, na época fui discriminada com apelidos. Fiz curso de bordados a mão e também de corte e costura com certa dificuldade, ultrapassei todas as barreiras. Tenho o 1º grau que já terminei depois de adulta, gosto de trabalhar manualmente com crochê, fuxico, bordado, ponto vagonito, pinto pano de prato e acho que estou pronta para aprender mais alguma coisa nova, pois é só procurar.”*  
(Discurso<sup>52</sup> de Dona Zélia em solenidade pelo dia da Consciência Negra)

Este pequeno texto lido por Dona Zélia em uma solenidade na cidade, mostra a aparição de uma voz silenciada ao longo das décadas, em que ser afrodescendente era e ainda é em muitas ocasiões pejorativo em Acari. Destaco que neste texto, Dona Zélia se auto reivindica quilombola, ou seja, descendente de escravos. Discorre sobre os abusos da escravidão e termina falando sobre sua família. A opção de se identificar com uma história que não é a narrativa “dos vencedores” mostra que nem todas as raízes afrodescendentes deixadas pelos escravos que viveram em Acari foram apagadas.

Ao proferir este discurso, Dona Zélia começa a compor o que Spivak (1994) chama de uma história alternativa; identificar-se com a história da escravidão e assumir um vínculo com este passado é abrir as portas para um passado sombrio, de maus tratos, sofrimento, privações, mas também de recordações, de práticas, costumes e saberes. Optar por esta ligação com a escravidão nos mostra que começa a surgir espaços dentro do cenário local acariense para a emergência dessas narrativas e para assumir-se enquanto quilombolas.

Há dois movimentos observáveis na fala de Dona Zélia, o primeiro é a ruptura provocada com a historiografia oficial acariense; o segundo, é a criação de um espaço que faz emergir novas narrativas sobre Acari e sobre estes indivíduos. Quando Dona Zélia se reivindica como quilombola, ela está rompendo com os intelectuais acarienses que em suas escritas enfatizavam a escravidão branda ou a inexistência de afrodescendentes no Seridó. Goody (2008) afirma que as histórias oficiais são escritas de acordo com as hegemonias políticas e em alguns casos, pode-se “roubar” elementos, costumes de outros povos e naturalizá-los como sendo dos grupos mais abastados.

Isso corrobora com Spivak (2003) quando analisa a questão pós-colonial e a construção das histórias subalternas na Índia. As narrativas históricas são escritas de forma que não se tenha um autor, mas no ato da leitura, o que está escrito passa a ser partilhado e se torna parte da identificação do indivíduo ou grupo ao qual pertence.

---

<sup>52</sup> Texto publicado no livro “Tronco, ramos e raízes”, 2014.

No caso de Acari, os escritores envolvidos nas narrativas sobre a cidade eram provenientes dos grandes proprietários de terras, descendentes dos primeiros portugueses que se fixaram na região e, portanto, construíram a história da cidade favorecendo e enaltecendo estas famílias detentoras não só de riquezas, mas de poder. Estes escritos, como diria Goody (2008), etnocêntricos, levaram a um apagamento dos negros da história; Dona Zélia está abrindo um caminho em busca de um passado que não foi escrito, mas que ainda é perceptível. Assim, na contramão das narrativas oficiais, reúno as histórias de vida dos integrantes das famílias dos Pedro, Paulas, Félix e Higino, para, a partir de suas memórias, compor uma nova história, uma história na qual estes indivíduos e seus antepassados são protagonistas.

### 2.3.1 Famílias e laços

Na busca para compreender como estão construídas as relações e o passado destas famílias, realizei entrevistas com representantes das respectivas famílias: Pedro, Paula e Higino. A partir destas memórias montei um quebra-cabeça, permitindo-me montar as árvores destas famílias, assim como fazer o registro de acontecimentos envolvendo seus antepassados, sobre vivências e trabalho.

Além das entrevistas fiz uma breve incursão nos documentos cartoriais da Igreja de N. S. da Guia em Acari, esta busca me revelou alguns nomes e futuras possibilidades. Com o caminhar da pesquisa, procurei saber a interligação destas famílias já citadas. Percebi que não poderia localizá-las em uma única propriedade ou lugar. Não foi possível saber exatamente em que momento estas famílias chegaram a Acari ou se seus antepassados eram ex-escravos das propriedades da localidade. Conforme constataremos no desenrolar do capítulo, a única certeza que faz recorrência nas narrativas é a de pertencimento a um passado cativo.

Dona Zélia é da família dos Pedro. A origem desta família é associada à figura de José Pedro do Nascimento, ou Pai velho, como Zélia costuma chamar. José Pedro é seu bisavô paterno, originário da Paraíba. É por causa dele que Zélia atribui sua origem quilombola. A versão contada por Zélia é que José Pedro, enquanto escravo, foi dado ao Senhor José Brás, dono de várias terras na ribeira do Acauã. Seu José Brás recebeu José Pedro como um presente de um Senhor de Engenho da região de Bananeiras na Paraíba, Seu Amâncio. Segundo Zélia, José Pedro teria sido enviado para cuidar do início da

fazenda Talhado, onde nossa interlocutora nasceu e se criou. Embora a Fazenda Talhado tenha sido iniciada na década de 1920, seus proprietários são descendentes dos primeiros povoadores da data de terra do Acauã.

"A Fazenda Talhado, fazia parte da data de terra da Acauã. Pertencente a José Braz de Albuquerque Galvão, Ele fundou a Fazenda para criação de gado e plantio de algodão. Por volta de 1926, começa a instalação da Fazenda. Antes, era apenas um território para engorda de gado. Depois, passou a ser a Fazenda que hoje, tornou-se referência como patrimônio histórico cultural de Acari." (Sergio Enilton, entrevista em 22/09/2013)

José Pedro pode ter sido morador (e não escravo) dos Albuquerque Galvão, sendo enviado como homem de confiança para iniciar esta nova fazenda, que foi referência no plantio e beneficiamento de algodão. Não sabemos como José Pedro casou com Sebastiana Maria do Sacramento, também conhecida como "Mãe Gorda", mas de acordo com Dona Zélia eles tinham uma casa de taipa na fazenda Talhado e viveram nesta fazenda como moradores até o fim da vida.

Os Pedros compunham uma família extensa e se interligaram aos Paulas, Higinos e Félix. De posse de uma pequena genealogia baseada nas entrevistas, busquei representantes das famílias que poderiam esclarecer a ligação e revelar mais dados sobre estes indivíduos e sobre a época em que viveram. Conheci posteriormente Maria dos Santos Dantas<sup>53</sup>, mais conhecida como Lourdes, dos Paulas e Seu Francisco Higino. Estes trouxeram novas informações sobre suas famílias e as famílias de seus primos. Estas entrevistas trazem uma nova luz de como estas famílias se interligaram e sobre o passado de seus ancestrais como cativos.

Lourdes esclareceu a ligação entre José Pedro e "Chico Paulo" (seu avô paterno, Francisco de Paula do Nascimento). Lourdes contou que o filho de José Pedro, chamado João Pedro era seu padrinho e era primo de seu pai, Francisco Matias de Paula. Cruzando os dados, trabalho na hipótese que José Pedro do Nascimento, bisavô de Dona Zélia, é irmão de Francisco de Paula do Nascimento, avô de Dona Lourdes. Conforme a narrativa de Lourdes, João Pedro (filho de José Pedro) é sobrinho de Francisco Paulo (avô), desta forma José Pedro e Francisco Paulo são irmãos, sendo observado que ambos possuem o mesmo sobrenome "Nascimento". Após a entrevista com Lourdes, conheci Dudifa<sup>54</sup>, filha de Emília Paula e neta de Francisco de Paula do Nascimento. Ela também fala sobre a ligação entre a família dos Pedros e dos Paula, confirmando que

<sup>53</sup> Maria dos Santos Dantas, 63 anos, agricultora aposentada, moradora do Acari novo, Acari-RN.

<sup>54</sup> Josefa Maria da Conceição, agricultora, 70 anos, faleceu durante a pesquisa em 19/04/2014.

Francisco de Paula e José Pedro eram irmãos e acrescenta a memória sobre o passado cativo de ambos os parentes.

### Família Paula

**Dudifa:** [...] agora o que eu acho interessante, porque eles foram escravos, né? o véio Zé Pedro, ainda foi escravo, ele veio fugido da Paraíba, que na Paraíba teve muito escravo né?, aqui no nosso Rio Grande do Norte não teve escravo né? Aí na Paraíba teve, aí ele era de um senhor de engenho da Paraíba e sumiu de lá pra cá...

**Danycelle:** E o seu avô?

**Dudifa:** O meu avô não chegou a ser escravo, tinha uma história do ventre livre né? é engraçado porque eu não conheci esse povo é claro, né? mas uma mulher que tinha aqui que conheceu muito meu avô, disse que meu avô era um homão massa bruta de negro, num sabe? e já o véio Zé Pedro era bem pequenininho, um farelinho de gente, bem maguinho, o véio Zé Pedro eu conheci demais, mas meu avô não.

(Entrevista com Dudifa em 06/05/2014)



Figura 21: Sebastiana Maria do Sacramento e José Pedro do Nascimento. Foto: Acervo pessoal de Zélia Maria

A narrativa de Dudifa esclarece a ligação entre estas duas famílias, assim como faz menção ao passado escravo. Ainda que não se saiba como estas famílias se constituíram, revela-se aqui a formação de núcleos familiares que tem em suas raízes envolvimento com um passado cativo. A ênfase dada à inexistência de escravos no estado do Rio Grande do Norte mostra a força do discurso construído da harmonia racial e vivência igualitária. A figura 21 mostra Dona Sebastiana e José

Pedro, da família Pedro. Esta foto, que mais parece uma pintura, foi uma

montagem feita pela bisneta Zélia Maria para unir seus bisavós em uma única recordação. A foto mostra o biotipo de José Pedro descrito por Dudifa em sua narrativa, revela também que estas famílias eram compostas em sua maioria por homens ligados a agricultura. Conforme podemos verificar, José Pedro traz um “bisaco” muito utilizado

nas épocas da colheita do algodão. Seguindo as informações, procuramos identificar a junção com as outras famílias Higino e Félix. Inicialmente, o entrelaçamento da família Higino com os Pedros e Paulas era incerto, pois não conseguia encontrar nenhum representante da família na cidade. O caso da família Higino é excepcional, pois esta é a única família que aparece em âmbito público como remanescente de quilombo. O LACED<sup>55</sup> mantém em sua página na internet, uma comunidade em Acari nomeada como “Barra dos filhos de Higino”, e mostra como fonte o INCRA/RN, também há uma referência em um texto de ASSUNÇÃO (2006) disponível na Revista Galante, na qual coloca os Higinos como remanescente de Quilombo.

Quando comecei minha busca pelas famílias, achei que os Higinos, por estarem registrados junto a instituições do Estado e de pesquisa, seriam os mais fáceis em localizar, entretanto, inicialmente, não conseguia encontrar representantes em Acari.

---

<sup>55</sup> LACED - Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, cultura e desenvolvimento.  
[http://laced.etc.br/site/sistema\\_quilombo/comunidade.php?idQuilombo=1625](http://laced.etc.br/site/sistema_quilombo/comunidade.php?idQuilombo=1625)

## FAMÍLIA PEDRO

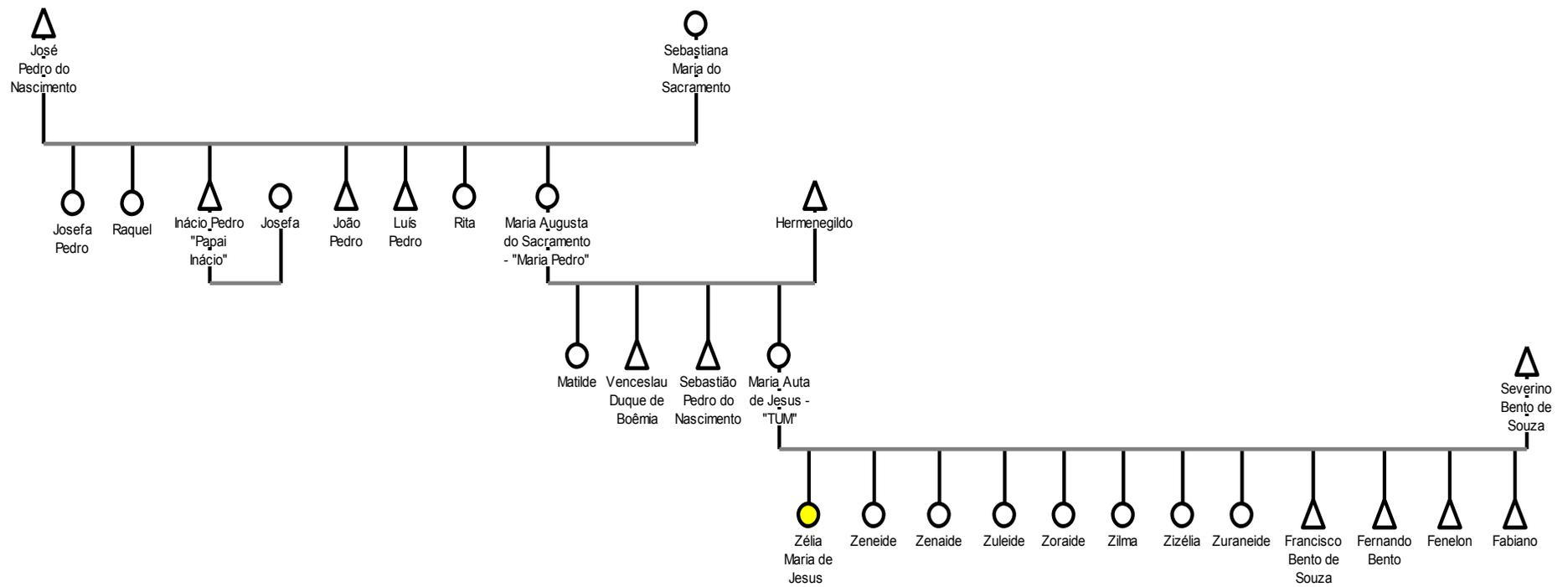


Figura 22: Geneograma da família Pedro, em destaque os interlocutores da pesquisa.

Após algum tempo de procura e com o desenrolar da pesquisa, conheci seu Francisco Higino<sup>56</sup> e via internet, Ivanildo Higino<sup>57</sup>, ambos primos de Dudifa das Paulas e de Dona Zélia dos Pedros. Estes interlocutores aclaram a ligação entre as famílias e também fazem referência a um passado cativo.

Família Higino	Família Higino
<p><i>“Tem uma história que ouvi algumas vezes que a vó da vovó, tinha sido trazida acorrentada de Angola para o Brasil, calculo que possa ter acontecido ainda nos séculos XVIII ou XIX, baseando-se pela a idade da vovó e o nascimento do seu primeiro filho.[...] Meu pai contava em poucas palavras não sei se também não conhecia muito, que nasceu em Acari, o sítio é Navio, que o seu nascimento ocorreu em 27 de agosto de 1913, se batizou em Acari; [...] alguns primos, que meu pai tinha muitos, os Paulo, os Felix e por fim todo e qualquer negro que tinha na cidade fazia parte da família.”</i> (Ivanildo Higino, 62 anos, e-mail de 24/01/2014).</p>	<p><b>Chico Higino:</b> <i>Você conheceu as Paulas, Sérgio Enilton? Elas tinham um jumentinho e levavam as feiras de quem não tinha como carregar longas distancias.</i>  <b>Danycelle:</b> <i>As Paulas eram da sua família?</i>  <b>Chico Higino:</b> <i>Eram parentes de meu pai, as Paulas...agora eu não sei como, sei que eram da família, eram primas...</i>  <b>Danycelle:</b> <i>O Senhor não sabe se era da parte de seu avô ou avó?</i>  <b>Chico Higino:</b> <i>Sei não...olhe, não tem aqueles negros chamados Félix, do outro lado do Rio? Parentes meus também, parentes de meu pai...</i>  <b>Danycelle:</b> <i>Então são todos primos...</i>  <b>Chico Higino:</b> <i>É, eu conheci eles todos como primos, e hoje eles me chamam de Primo, ainda tem outros aqui que é dos Pedro, daquela família de Tum, é primo também, da família de meu pai...</i>  <b>Danycelle:</b> <i>Eu conversei com Dona Zélia de Tum, ela morou no Talhado...</i>  <b>Chico:</b> <i>É a família dela morou no Talhado, meu pai morou lá quando era novo, morava com eles mesmo, aí depois que foi pro Cardeiro e casou, ele tinha ligação com esse pessoal dos Paulas, dos Pedros...”</i>  <i>(Chico Higino, entrevista em 04/11/2013)</i></p>

<sup>56</sup> Francisco de Assis Higinos, 66 anos, aposentado, morador do Alto da Usina em Acari-RN.

<sup>57</sup> Ivanildo Higino, administrador, 62 anos.

## FAMÍLIA PAULA

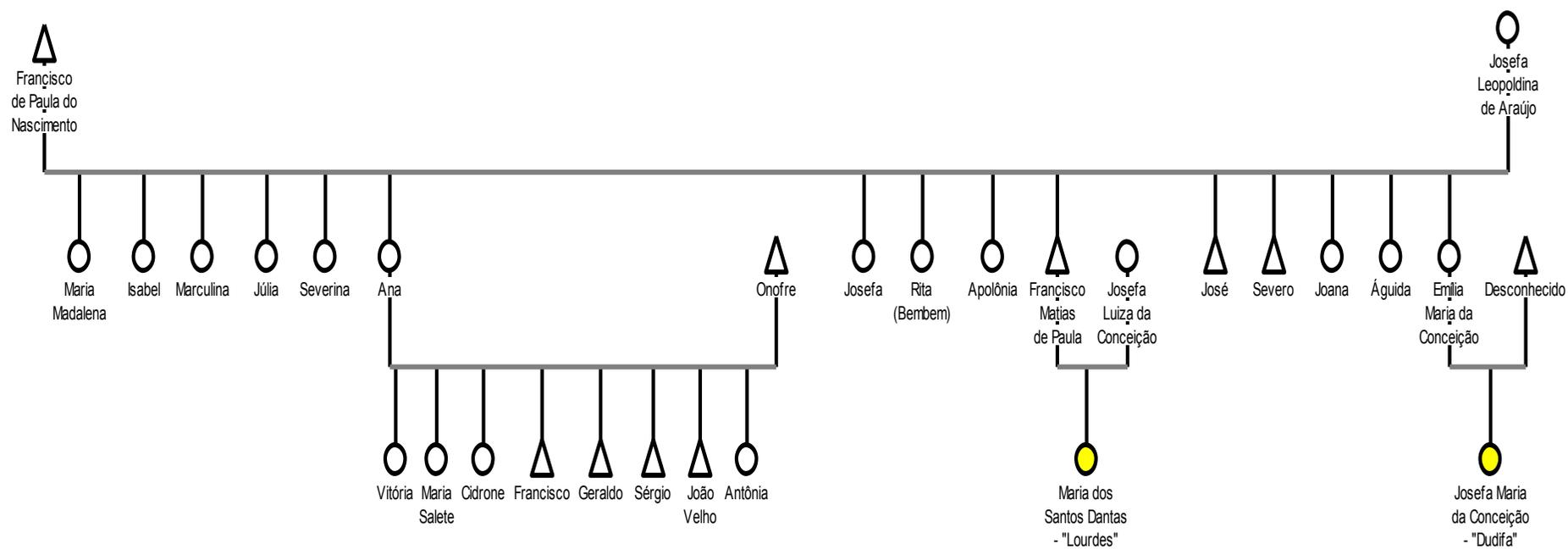


Figura 23: Geneograma da família Paula, em destaque os interlocutores da pesquisa.

## FAMÍLIA HIGINO

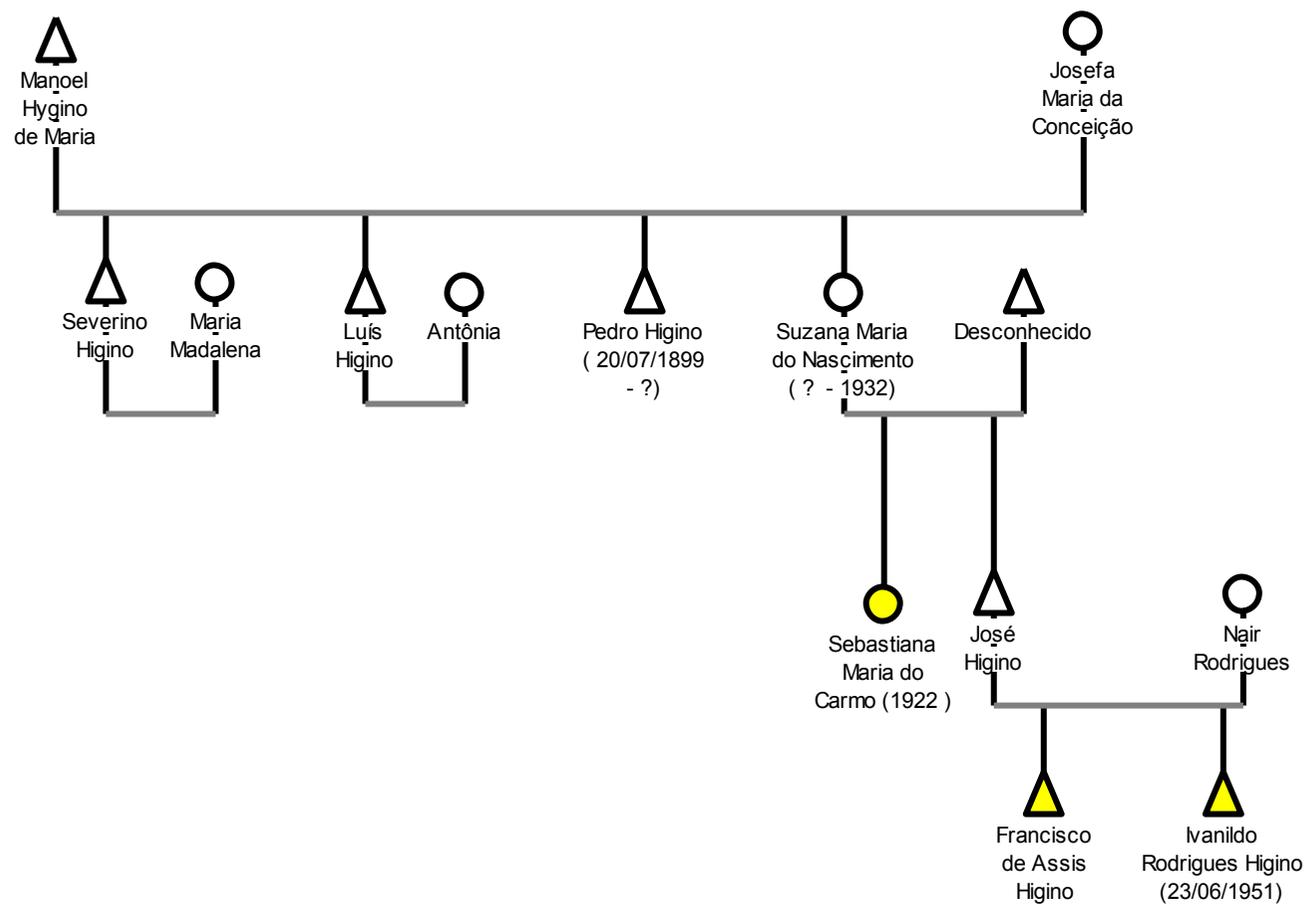
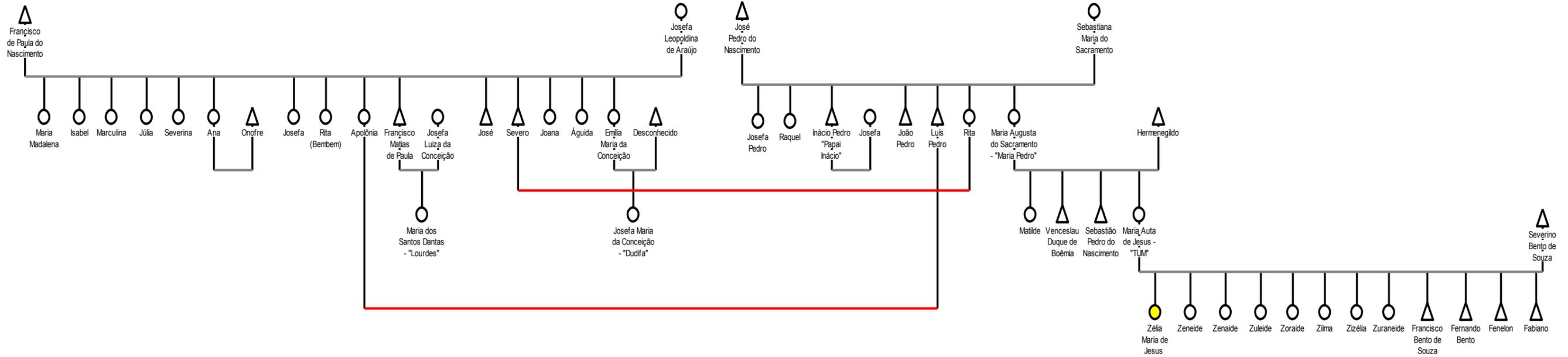


Figura 24: Geneagrama da família Higino, em destaque os interlocutores da pesquisa.

CASAMENTOS

FAMÍLIA PAULA

FAMÍLIA PEDRO



CASAMENTOS

FAMÍLIA PAULA

FAMÍLIA FÉLIX

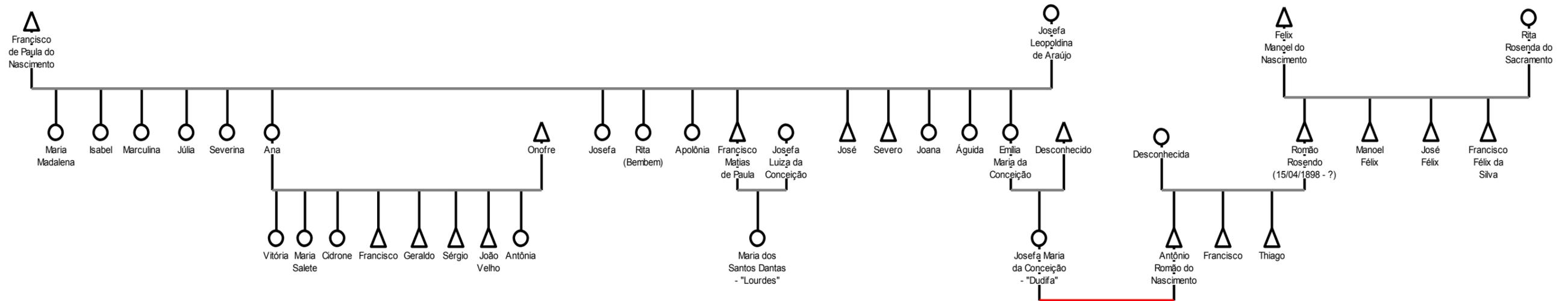


Figura 25: Geneogramas que mostram uniões entre as famílias.

As linhas vermelhas sinalizam as uniões pelo casamento entre as famílias



Figura 26: Sebastiana Maria do Carmo “Bastinha” em sua casa em Parnamirim/ RN Foto: Acervo pessoal da autora.

Deduzimos que a avó de Chico e Ivanildo Higino, Suzana Higino, tinha uma ligação com as famílias citadas pelo interlocutor; após trocas de e-mails com Ivanildo Higino, ele constatou em seu registro de nascimento que o nome de sua avó não era Higino, mas Suzana Maria do Nascimento, surgindo novamente o sobrenome “Nascimento”, trazendo a possibilidade de Suzana ser irmão ou parente próxima dos irmãos Zé Pedro e Francisco Paulo. Aparece também na fala de Seu Chico Higino a referência de uma família antes mencionada pelos outros interlocutores, mas que não fiz contato diretamente com nenhum representante, os Félix. Entretanto, em uma das entrevistas

feitas com Dudifa, da família Paula, percebi que seu esposo, Antônio Rumão era da família Félix, sendo um casamento entre primos.

### Família Paula

**Dudifa:** Ói, o meu sogro que era meu tio também, ele se chamava Rumão Félix, aí já é outra família sendo na mesma num sabe?...

**Danycelle:** Como assim?

**Dudifa:** Ele era primo legítimo de mamãe, primo em primeiro grau, ele era sobrinho de meu avô (Francisco Paulo), aí tinha meu sogro Rumão Félix, tinha Manoel Félix que foi meu pai adotivo, e tinha José Félix, e outro que morreu muito jovem parece que era Francisco.

**Danycelle:** Entendi...

**Dudifa:** Como eu tava falando pra você, esse negócio dos nomes era uma confusão, eles tudo se assinavam como Félix, mas o sobrenome do meu sogro era Rosendo..." (Dudifa, entrevista em 25/02/2014)

Haveria com a inclusão da ligação destas duas famílias, tanto os Higinos quanto os Félix uma incógnita a ser encontrada, pois ambos tinham claramente uma ligação pelo parentesco, já que esses indivíduos se reconheciam primos; durante a busca cartorial, tive a

grata surpresa de encontrar o registro de nascimento de Rumão, que corrobora com a narrativa de Dudifa.

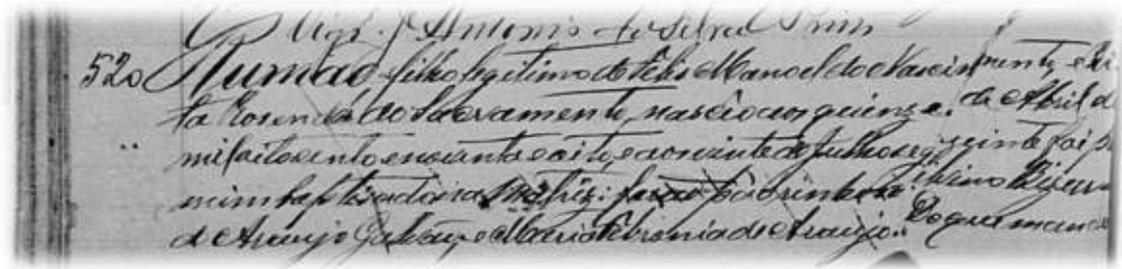


Figura 27: Fragmento do Livro de Batismo da Paróquia de N. S. da Guia, ano de 1897 a 1899, pág. 47.

O fragmento retirado do registro de batismo de Rumão mostra seus pais sendo Felis Manoel do Nascimento e Rita Rosenda do Sacramento. Portanto, aparece novamente aqui um possível novo irmão para José Pedro do Nascimento e Francisco de Paula do Nascimento. Observamos também que a esposa Rita, carrega o mesmo sobrenome da esposa de José Pedro, chamada Sebastiana Maria do Sacramento.

## FAMÍLIA FÉLIX

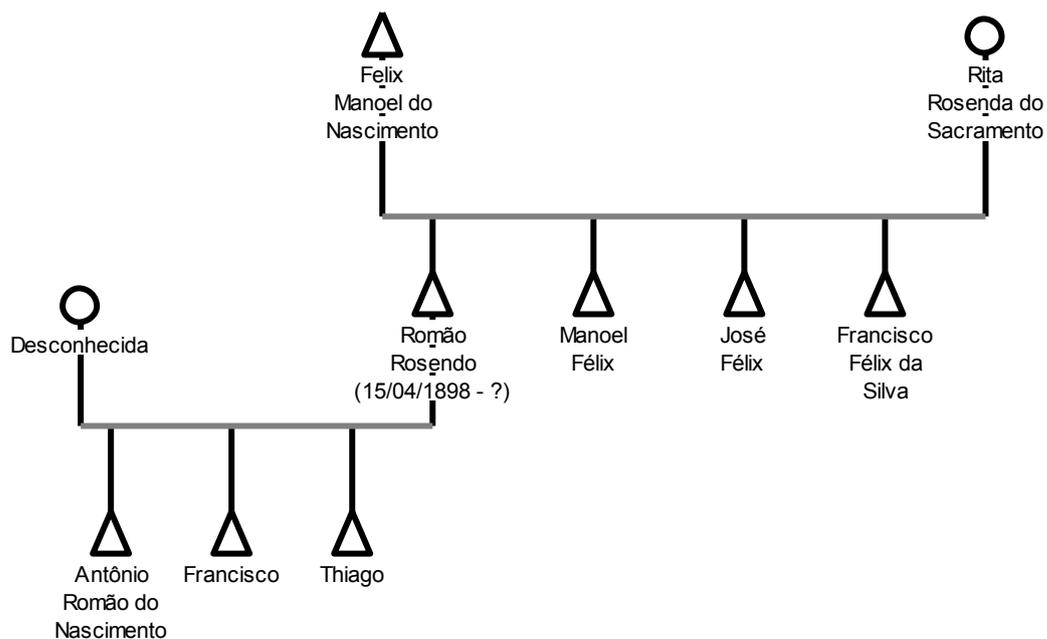


Figura 28: Geneograma da família Félix

Através dos dados das entrevistas montei árvores preliminares que revelam a possível ligação destas famílias. Montei a árvore dos Pedros, tendo como data de referência Dona Zélia nascida em 1948. Também as árvores dos Paulas e dos Higinos, e os cruzamentos encontrados através do casamento entre Pedros, Paulas, Felix. Ao tomar a metáfora proposta de utilizar o parentesco como uma linguagem (LÉVI-STRAUUS, 1975; WOORTMANN, 1985), podemos compreender alguns aspectos destas famílias e como estão organizadas as pessoas em questão. O parentesco e a construção das árvores, mesmo não tendo dados precisos (como datas) revelam uma herança nominal. Tanto no Saco dos Pereira, quanto nas famílias dos primos, podemos perceber a recorrência dos nomes e como isso se traduz em uma herança imaterial para estes indivíduos.

#### 2.4 A TRANSMISSÃO DOS NOMES

As genealogias são compostas por nomes. O nome não somente compõe a identidade do indivíduo, mas também pode expressar hierarquia e classificações sociais de um grupo.

Muitos autores na antropologia e na história social usam a nomenclatura como fio condutor de suas pesquisas como WEIMER (2013). Em Acari, não foi possível avançar na maneira como se dava a nomenclatura entre estas famílias. Como as genealogias são baseadas essencialmente na oralidade,



não podemos deduzir uma herança pelos nomes oficiais. **Figura 29: Josefa mais conhecida como "Dudifa", Acari -RN, 2013.**

Entretanto, à margem dos nomes oficiais estão os tecnonímicos. Assim como esclarece Weimer (2013), os tecnonímicos eram comumente usados pelos cativos e seus descendentes nas situações do cotidiano, paralelamente ao uso dos nomes oficiais, que só eram acionados quando o indivíduo estava diante de situações oficiais.

Na sua pesquisa junto aos sitiantes de Lagoa da Mata em Sergipe, Woortmann (1995) encontra situações de nomeação que mostram não só a herança nominal, assim como os tecnonímicos. A autora distingue o nome do tecnonímico; o nome é dado em um ritual sagrado, que pode ou não ser escolhido pelos pais do indivíduo, já que em algumas situações os padrinhos são encarregados dessa responsabilidade. O nome neste sentido pode ou não unir as famílias através da nomeação, pois pode haver dois irmãos com sobrenomes diferentes.

No caso de Acari, nas famílias dos primos, os irmãos encontrados como os elos destas famílias carregam nomes compostos e um sobrenome em comum. José Pedro do Nascimento, Francisco de Paula do Nascimento, Suzana Maria do Nascimento e Felix Manoel do Nascimento formam os galhos da árvore a que estou tratando. Quanto aos tecnonímicos, esta forma de nomeação não tem caráter oficial, mas expressa proximidade com a família ou se remete ao patriarca. “A tecnonímia e a relação filial remetem a um microtempo e a uma memória restrita à família” (WOORTMANN, 1995, pág. 304).

Quando nos reportamos às famílias em questão, é interessante pensar que foram os tecnonímicos que possibilitaram o encontro destas famílias na cidade. Ao perguntar aos locais por famílias afrodescendentes apareceram os tecnonímicos como referência e até soando como sobrenomes oficiais. Após localizá-las e durante a construção das árvores, é pertinente perceber as incertezas com relação aos sobrenomes oficiais utilizados por seus próprios irmãos, sabiam apenas do tecnonímico que os identifica: “Pedros”, “Paulas”, “Higinos” e “Felix”. Faz-se necessário notar também nesses prenomes a modificação cometida nas desinências plurais ou pela mudança de gênero (Paulo para Paula) e se tornaram marco de identificação destas famílias na cidade (WEIMER, 2013, pág. 334). Estas famílias também não tinham a prática de registrar oficialmente seus filhos, e mesmo no caso do batismo, sabe-se da recorrência entre os párocos de não registrar todos os batismos realizados, dificultando o aprofundamento das questões de nomeação.

Temos assim pistas que anunciam um único grande tronco familiar, ou a existência de alianças entre estas famílias. Importante destacar as alianças feitas através do casamento, mas também não podemos desconsiderar os laços de solidariedade provenientes do trabalho e da vizinhança nas fazendas. Como podemos perceber nas árvores genealógicas há a união entre primos, como no caso de Dudifa, interlocutora dos Paulas casada com Antônio, da família Félix. O casamento, em alguns casos, serve como estratégia para manter a posse de um território e também pode ser útil quando não há uma terra em questão; nas famílias dos primos, o casamento possibilita alianças feitas com pessoas “de fora” do grande tronco familiar, assim como sinaliza em alguns casos a saída na busca de trabalho em outras

fazendas, como moradores ou a migração para outros municípios e até Estados. Após o casamento, os filhos<sup>58</sup> procuram seu próprio “chão de morada” (HEREDIA, 1979), poderia ser na mesma fazenda, junto aos pais, mas também em outras fazendas das circunvizinhanças.

Nas famílias do Saco, também podemos encontrar a herança nominal. Muito recorrente, os nomes foram o que restou de herança para aqueles provenientes do Saco repassarem as suas futuras gerações, já que sofreram com o esbulho de suas terras.

Há uma memória de família, recorrente nas entrevistas no Saco, com relação à um de seus descendentes. Sempre que questionei sobre os negros do Saco, os meus interlocutores diziam, “*Você sabe que Lula é do Saco né?*” O sobrenome Inácio que carrega o ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio da Silva, seria de seu ancestral Inácio do Saco. Encontrei dois relatos diferentes: o primeiro testemunho da família Nunes dá conta que Lula é descendente de Isidoro, filho de Antônia Senhorinha da Silva (avó paterna de D. Geralda Nunes), na qual teria vindo de Pernambuco e era casada com Joaquim Inácio. Isidoro era irmão do pai de Geralda e foi embora do Saco sem jamais ter voltado.

Família Inácio	Antigo morador da fazenda Pinturas vizinha do Saco
<p><i>“José Leão: Os irmãos de Valdivino Inácio? quer saber? o primeiro se chama Isidoro</i>  <i>Damiana: O pai do presidente Lula?</i>  <i>José Leão: Sim, esse não viveu nem aqui...</i>  <i>Danycelle: Ele saiu daqui em que ano?</i>  <i>José Leão: e eu sei, ele saiu daqui foi pra Natal passar um certo tempo, e aí lá nas Docas, tinha um navio norte-americano, que tava precisando de ajudante de cozinheiro, e ele chegou, ajeitou-se por lá, foi embora e não veio mais.”</i>  <i>(José Leão, entrevista em 14/08/2013)</i></p>	<p><i>“Lá nas quantas, uma das filhas de Inácio do Saco desmantelou-se, e ele queria matar a filha porque a filha tava buchuda, ela foi e fugiu, eu não sei o nome dela, ela fugiu daí pra Serra do Teixeira, aí lá na serra do Teixeira se juntou com uma pessoa e foi embora pra Garanhuns, e lá construiu família e nasceu Luís Inácio da Silva...(risos) o presidente da República é Saco...”</i>  <i>(Seu Hermes, entrevista em 09/05/2013)</i></p>

A outra versão, contada por Seu Hermes, remete-se à uma filha de Inácio do Saco que engravidou e fugiu. A memória viva do parentesco com o antigo presidente da República foi transmitida entre várias gerações da família Nunes e Inácio.

<sup>58</sup> Notamos também muitas mulheres não casaram; ficaram solteiras até o fim de suas vidas, ocupando a antiga casa de seus pais.

Família Nunes	Famílias Nunes
<p><b>Cristina</b><sup>59</sup>: Não, eu vou lhe explicar, Lula ainda é primo de mamãe, o irmão de vovô, do pai de mamãe, é o avô de Lula, foi ele que foi para Pernambuco, lá ele fez a família com 17 anos, Isidoro o nome dele, ele é o avô, não é o pai de Lula, ninguém sabe como é o nome do pai...mas aí, esse senhor, no caso o meu tio-avô, abandonou a família lá em Pernambuco, abandonou os filhos que eram os pais de Lula, e a família, os filhos cresceram sem contato com a família do pai... (Cristina, entrevista em 13/08/2013)</p>	<p><b>Geralda</b>: Eu só sei disso porque papai dizia... <b>Danycelle</b>: Então ele migrou por causa da seca? <b>Geralda</b>: Não, ele foi mais porque ele tinha família lá, ele procurou a família da minha avó, porque minha avó já era lá de Pernambuco, Antônia Senhorinha... (Geralda Gilce, entrevista em 13/08/2013)</p>

De fato, o presidente carrega no segundo nome “Inácio” herdado do pai, Aristides Inácio da Silva. Não foi possível neste momento da pesquisa confrontar estas memórias com os dados cartoriais, mas a história é recorrente e evoca uma prática de nomeação comum entre as famílias do Saco, a de repetir o nome de seus ancestrais. Conforme coloca Weimer (2013), no caso específico da transmissão de nomes pelos afrodescendentes é preciso estar atento à marginalização causada por esse nome. Um nome é parte da identidade de um indivíduo, assim como o identifica socialmente.

“O nome próprio, e mais genericamente toda a nomeação do indivíduo ou de um conjunto de indivíduos, é uma forma de controle social da alteridade ontológica do sujeito ou da alteridade representada de um grupo” (CANDAUI, 2011, pág. 67)

O pertencimento a uma família afrodescendente poderia ser pejorativo para a maioria, porque reconhecer o pertencimento a uma família negra, é também afirmar o pertencimento a um passado escravo. WEIMER (2013) em sua pesquisa mostra que a nomeação entre as famílias negras se dava através do segundo nome. Esta impressão de um tecnicismo que remetesse à família não foi uma característica de origem africana e sim portuguesa. Entretanto, o autor mostra que mesmo com uma origem lusa, essa prática foi melhor empregada no Brasil entre os afrodescendentes; como estratégia de resistência ao silenciamento de suas práticas culturais e idioma, os escravos perpetuaram os nomes de seus ancestrais.

<sup>59</sup> Filha de Dona Geralda viveu no Saco com a mãe durante alguns anos.

“A densidade histórica evidencia que através do nome, africanos e descendentes procuraram conferir sentido ao mundo, a uma comunidade, e fazer de sua história uma narrativa significativa, para além da desordem, da obscuridade, do caos, da infelicidade e do indizível representados pelo escravismo.” (WEIMER, 2013, pág.17)

No caso das famílias do Saco, pode-se perceber a repetição dos nomes dos primeiros moradores a chegarem ao território de Acari; entre os homens predominam: João, José, Antônio, Manuel e Francisco. Entre as mulheres verificamos a repetição dos nomes Ana, Cosma, Josefa, Rosa e Joana. Esses nomes aparecem com recorrência entre as gerações, ressaltando que a nomenclatura feminina sempre é composta de nomes próprios. É importante destacar que quando perguntadas sobre seu sobrenome, as mulheres logo se identificam com o sobrenome de suas famílias “Nunes”, “Inácio” ou “Pereira”. Ainda que não tenham esse sobrenome oficialmente, elas acionam este pertencimento a família através do nome. Segundo WOORTMANN(1995) a nomenclatura das mulheres é composta apenas de nomes próprios, faz com que a herança da terra passe pela linha masculina, impedindo em alguns casos as mulheres herdarem a terra.

Homens, geralmente, incorporam os nomes e sobrenomes dos seus ancestrais, fazendo com que o nome paterno esteja atrelado ao nome do filho. No Saco dos Pereira, salientamos os conflitos e a divisão entre as famílias a partir de seus sobrenomes. Mesmo casando entre si e tendo uma linhagem comum, há no discurso de alguns interlocutores a resistência em assumir um pertencimento às famílias do Saco. Outro fato pertinente, e somente veio à tona nas últimas entrevistas, é que quase ninguém do Saco possui em seus documentos de identidade os sobrenomes “Nunes” e “Inácio”. Essa informação dos nomes sempre gerava certa dúvida nas entrevistas, e deixava inquietações. Só quando passei a perguntar os nomes que deveria colocar oficialmente para cada um, percebi que todos tinham como sobrenome apenas o “Silva”. Tanto no caso dos Inácio, como na maioria dos Nunes. Muito tardiamente, algumas destas pessoas aprendiam a ler, e os documentos de identidade dos mais velhos, só foram ser feitos quando já estavam com mais de 50 anos.

#### **Família Nunes**

**Danycelle:** *Vamos começar pelo nome...*

**Paulo:** *Paulo Silva...*

**Danycelle:** *...Dona Geralda me disse que seu nome era Paulo Inácio da Silva...*

**Paulo:** *É porque eu assinava muito ruim, aí Dr. Bezerra disse, “só bote Silva pra encurtar”, mas é Paulo Inácio da Silva...”*

*(Entrevista com Paulo Inácio em 14/08/2013)*

Tanto os interlocutores da família Nunes como dos Inácio reconhecem um nome que não figura oficialmente em seus documentos de identificação, nos permitindo perceber o desejo de pertencimento ou de perpetuar estes nomes quase como uma herança. O fato de não terem em seus documentos os nomes de seus troncos familiares dificulta provar um pertencimento àquela família e também o direito à terra e a herança.

A herança dos nomes é exemplar para perpetuar o patrimônio imaterial dessas famílias, pois como coloca ZONABEND (1991) a transmissão familiar dos nomes também passa pelo filtro da memória. Os nomes funcionam como uma marca familiar, uma forma de agregação, um pertencimento ao seio familiar, assim como percebemos na transmissão dos nomes destas famílias.

Assim como os nomes, o trabalho é uma das coisas mais recorrentes tanto das famílias do Saco quanto na família dos primos. São as memórias relacionadas ao trabalho que nos remetem a vivência nas fazendas, a seca, as migrações e aos tempos áureos do algodão. As memórias dos tempos difíceis e dos tempos de fartura estão todas atreladas à luta pela sobrevivência.

### CAPÍTULO III

## MEMÓRIAS SOBRE TRABALHO, CONFLITOS E TRADIÇÕES

"Tal como as plantas, que na estação da seca se imobilizam e brotam nas primeiras chuvas, certas lembranças se renovam e em certos períodos dão uma quantidade inesperada de folhas novas. Como planta que se fortalece com a enxertia – outros ramos se nutrem de suas raízes e frutificam com vigor renovado, chamando para si a seiva dos galhos originais – a enxertia social não deixa que as lembranças se atrofiem".

(BOSI, 1994, pág. 426)

### 3.1 MEMÓRIAS SOBRE TRABALHO E CONFLITOS

O trabalho permeia as vivências destas famílias no passado quando trabalhavam nas fazendas e dos interlocutores no presente através das artes de fazer como a culinária. Ao adentrar em suas histórias de vida, o trabalho é uma constante, seja na resistência à seca ou no saudosismo dos bons tempos em que as fazendas moviam o município de Acari. Ainda nos séculos XVIII e XIX, com a expansão e a ocupação dos sertões eram as fazendas que concentravam as atividades cotidianas e também os festejos. Ao refletir sobre o trabalho desenvolvido nas fazendas de Acari e suas diversas formas no sertão, não podemos excluir a presença negra, como nos induz a bibliografia local. Faz-se necessário analisar o papel desenvolvido por estas famílias afrodescendentes e quais as condições de trabalho a que estavam expostas.

A região do Seridó teve como força motriz a produção algodoeira, sobretudo durante o fim do séc. XIX até os anos de 1980, e embora tenha recebido muitos migrantes de outras regiões, também utilizou mão-de-obra escrava nesta atividade. Faço o exercício de voltar ao passado mais uma vez, pois há elementos históricos que deixaram suas marcas e que reverberam no presente. Enfatizo o caminho do “trabalho cativo” que perdurou muito tempo depois da Abolição e suas possibilidades no Seridó, pois é uma ferramenta importante para compreender o destino das famílias das quais estamos tratando.

Inicialmente, repensaremos qual era o papel dos escravos e as relações com os senhores. Conforme afirma CUNHA (2012) o escravo era tido como uma coisa, que só “nascia” socialmente após o seu senhor lhe conferir liberdade. Nesse processo a autora chama a atenção para as formas que eram concedidas estas alforrias e a maneira como estes escravos encaravam a liberdade. MARTINS (2004) expressa também uma face interessante deste processo escravocrata, pois afirma que o escravo no período Imperial<sup>60</sup> era uma moeda, em alguns casos valia mais que a terra; ele tanto produzia riquezas quanto era um bem. Os escravos eram utilizados na monocultura dos grandes latifúndios, mas também em atividades domésticas, ou eram alugados para ocupações diversas como jornaleiros e sapateiros.

Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz proíbe o tráfico de escravos; neste mesmo ano, é instituída a Lei 601 ou a Lei de Terras, que obriga a oficialização das terras no Brasil. Essas duas leis associadas provocaram mudanças significativas no cenário econômico e social brasileiro. A Lei de proibição do tráfico gerou o aumento do preço do escravo, este era a

---

<sup>60</sup> O Período Imperial vai do ano de 1822 até 1889, quando é proclamada a República.

moeda mais valiosa para o fazendeiro na época (MARTINS, 2004). O preço alto na compra de escravos e a falta de braços para aumentar a produção, culminaram em outra Lei também instituída no mesmo ano, “que previa o desenvolvimento de uma política de imigração para colonos estrangeiros, sobretudo europeus, que produzisse uma oferta de trabalhadores livres” (MARTINS, pág. 29, 2004).

Essas leis, todas promulgadas em 1850, mostram não somente a dificuldade em manter o trabalho cativo, mas também de assegurar que os trabalhadores livres não tivessem acesso à terra, pois a Lei de terras ditava que a terra não poderia ser ocupada sem o título de compra. Em 1888, declarada a Abolição da escravatura, fica clara a inversão de papéis nas fazendas brasileiras, se antes o escravo era a moeda mais forte, agora esta moeda passa a ser a terra. “[...] num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 2004, pág. 32). Ainda que no sertão acariense a mão-de-obra estrangeira não tenha sido identificada, é interessante destacar como ocorriam as relações de trabalho entre libertos e os seus antigos senhores.

Neste sentido, destaco a pesquisa desenvolvida por Mattos (1985) sobre a pobreza tomando como base a Vila do Príncipe<sup>61</sup>, que não se restringe somente a esta comarca, mas engloba as localidades vizinhas, abarcando dados importantes sobre a presença afrodescendentes e as relações de trabalho. Mattos (1985) deixa claro que é improcedente a afirmativa de que a escravidão não se adequava aos sertões e o trabalho na pecuária, e mostra qualitativa e quantitativamente a presença escrava no Seridó com foco na Vila do Príncipe. Ao fazer uma análise entre 1850 e 1888, Mattos (1985) sinaliza um percentual de 51,4% de mulheres em idade produtiva em relação aos homens, assim como traz dados revelando as principais profissões dos escravos no sertão seridoense, baseados no censo de 1872, sendo estes em sua maioria lavradores, criadores, costureiras e empregados domésticos.

Estes escravos, após a Abolição, tornaram-se trabalhadores livres e mantiveram vínculos com os fazendeiros. No tempo do açoite, o negro no Seridó já vivia um status diferente do negro do eito, pois era contemplado com o que Schwartz (2001) define como brecha camponesa. A brecha camponesa caracterizou-se pelo tempo livre dado aos escravos em determinadas localidades para a produção de seus próprios insumos; ao terminar de produzir a quota estabelecida para o senhor, esses cativos estavam livres para cultivar farinha, fazer uma horta e produzir seu artesanato para vender, caso fossem artesãos. Essa brecha dava

---

<sup>61</sup> Vila que deu origem a cidade de Caicó, localizada na região do Seridó.

margem ao escravo de conseguir uma melhor alimentação, de economizar dinheiro para comprar sua alforria.

Dentro deste contexto do “trabalho cativo” é preciso destacar duas situações presentes na pesquisa, pois os dois troncos familiares que se formaram – as famílias do Saco e as famílias dos primos – tiveram caminhos diferentes na relação com o trabalho e com a terra. No caso das famílias do Saco, tendo mestiços como primeiros fundadores, estes adquiriram terras e passaram pelo esbulho levando a muitos de seus descendentes a categoria de morador das fazendas circunvizinhas.

Entre as famílias do Saco não predominava o que se observava nas grandes propriedades vizinhas que era a presença do gado e do algodão. O algodão ganhou espaço na economia acariense em meados de 1935, nesta época o Rio Grande do Norte vivia seu segundo surto<sup>62</sup> algodoeiro. Neste período chegam às primeiras indústrias têxteis a zona urbana de Acari que se destinavam a produção de lã e de óleos a partir do beneficiamento do algodão.

Assim, é importante falar da cultura do algodão, pois no final do séc. XIX ela transforma o universo do trabalho nas fazendas e sítios do município. As grandes fazendas que antes da chegada do plantio em larga escala do algodão eram movidas pela criação de gado, passam a contratar um número considerável de moradores para o plantio, a limpa e a colheita da malvácea. O algodão figura como uma nova estratégia econômica para estas famílias. Se no modelo tradicional camponês a mulher fica restrita às tarefas domésticas e o homem trabalha no roçado, no período algodoeiro, as mulheres e as crianças auxiliavam o pai da família.

Ao tratar das famílias do Saco dos Pereira, percebemos que o roçado era vital para a subsistência destas famílias. A plantação dos alimentos consumidos pela família, era responsabilidade comum entre todos. As principais plantações destinadas à subsistência eram feijão e milho, mas nem sempre era suficiente para dar sustento às famílias numerosas, pois até para plantar tinham problemas. É o caso da família de Dona Geralda; além dela tinha mais seis irmãos.

### **Família Nunes com Inácio**

*“Papai plantava aquele roçado, mais Paulo meu irmão, então depois dele plantar, depois que chegava o algodão, a gente ia apanhar, nós mulher, as filhas num sabe?,*

<sup>62</sup> Sobre a plantio de algodão ver TAKEYA(1985) e CLEMENTINO ( 1987).

*Antes era o feijão, você sabe que tem a colheita do feijão, muito pouco que não dava pra gente manter o ano todo, não se vendia não, que era pequeno os pedacinhos, que foram cercando as terras dos negros do Saco né, a gente né, foi ficando com aquele punhadinho, aí depois foi tempo que me casei”*  
*(Geralda Gilce, entrevista em 21/02/2013)*

Conforme Dona Geralda sinaliza na fala acima, havia produção em pequenos pedaços de terra no Saco, possibilitando um sustento precário para estas famílias, entretanto pode-se perceber que muitos foram vender sua força de trabalho fora da esfera familiar, já que a terra estava reduzida e também que não havia dinheiro para investir no plantio de algodão.

### **Família Nunes com Inácio**

*“Geralda: Agora a gente apanhava algodão...*

*Danycelle: Apanhava em seu Silvino Bezerra?*

*Geralda: Não, era para Love Gildo que era morador de Silvino né? Então a gente ganhava aquele dinheiro na semana, no sábado recebia, e vinha pra rua comprar um vestidinho, comprar um chinelinho, comprar essas coisas e a semana que entra ainda tem, o roçado era grande lá, os da gente não, era pouquinho, pedacinho, a gente só podia fazer o que podia né? Para plantar também precisa dinheiro, nós não tinha, a gente plantava pra escapar né? Aí a gente continuava, então quando eles tinham muito feijão, muita lavoura, muita coisa assim pra colher, aí chamava a gente e a gente ia, pra quebrar milho, virar milho, chama virar mas é quebrar...”*

*(Geralda Gilce, entrevista em 21/02/2013)*

Apesar de possuírem terra, pela falta de recursos, as famílias Nunes, Inácio e Pereira, terminaram por vender sua força de trabalho, para adquirir o sustento. Essa situação se assemelha as famílias dos primos, na qual sempre venderam sua força de trabalho já que não tinha histórico de terras como no Saco.

Entre as famílias pesquisadas em Acari, não sabemos claramente a história ou a quais fazendas tiveram ancestrais escravizados, mas sabemos que todas têm uma origem cativa e trabalharam em fazendas em que havia a presença do trabalho escravo. Nesse período de pesquisa, apenas na Fazenda Navio de Manoelzinho do Navio foi mencionado claramente à presença de escravos. A mão-de-obra escrava era uma maneira de constituir um capital de reserva nos sertões do Seridó, e, portanto, moeda de valor em períodos de Seca (MACEDO, 2007; CAVIGNAC, 2014).

As recorrências das memórias dos interlocutores destas famílias conduziu o foco da pesquisa para a fazenda Navio, propriedade pertencente à Manoelzinho do Navio e Maria Miquelina de Jesus. Manuel Maria do Nascimento Silva, ou Manoelzinho do Navio, como era conhecido foi o dono da fazenda Navio, que ainda hoje pertence a seus descendentes. Manoelzinho do Navio faz parte da linhagem de Caetano Dantas Correa, este último, importante figura no povoamento da Ribeira do Acauã no séc. XVIII.

A fazenda Navio tinha uma grande extensão, havia na estrutura da propriedade uma casa grande nos padrões sertanejos, um engenho de rapadura, casa de farinha, senzala, contando com um rio que cortava a propriedade. Dona Ivoneide, bisneta de Manoelzinho, recorda da presença dos negros na fazenda do Navio.

#### Descendentes de Manoelzinho do Navio

*“Eu só sei que entre eles tinha a escrava Baia, que devia ser uma negra bonita, pois ela recebia gorjeta dos que passavam por lá e inclusive encontraram na casa do Navio, uma botija, que diziam que era a botija de Baia, que a alma de Baia estava ali, Aí tem o povo de seu Joaquim Belém, que os pais dele foram escravos de vovô Manoelzinho, no Navio. Joaquim Belém morava numa casinha, no começo da parede do Açude, que tinha um açude muito grande no Navio que levava dois anos de Seca sem secar. Quando se vendeu o sítio, seu Joaquim ficou no mesmo canto, mas ele teve milhões de filhos. Mais na frente, tinha seu Manoel Vicente, e acima na represa do açude, tinha Chico Paulo, que era o negro que também tinha muitos filhos...”*  
(Dona Ivoneide, 75 anos, entrevista em 30/03/2013)

*“Disse que vovô era muito bom para os escravos. Porque tinha dono ruim, você sabe a Maria Lopes Galvão, disse que ela botava as mãos das escravas na parede e danava ferro, disse que ela maltrata demais os escravos. Eu sei que os lá de casa, tinha Izabel, Rita, moravam lá nas terras, mas eles plantavam, tinha o jumentinho deles, mas a terra não era deles...”* (Alice Brito, entrevista em 06/04/2013)

É interessante verificar que aparece aqui outro ramo familiar importante, os Belém<sup>63</sup>, que além de viverem na fazenda Belém, vizinha ao Navio também estavam no Navio e podem ter ligação com os Paulas. Para Mattos (1985) essa “brecha camponesa” no Seridó teve características de um protocampesinato, em razão dos escravos receberem um pedaço de terra

<sup>63</sup> Infelizmente, não houve tempo hábil para abordar a família Belém com maior profundidade, sendo objeto de futuras produções.

para prover seu sustento e desta terra também conseguir algo excedente que pudesse negociar sua alforria. Ainda que o fazendeiro também usasse esta concessão de terra para fixar o escravo e evitar fugas, esta ação foi de fundamental importância no processo de transição de escravo para trabalhador livre.

Todas as famílias, os Pedros, Paulas, Higinos e Felix tinham práticas camponesas<sup>64</sup>, produziam uma parte dos alimentos que consumiam. Essa transição de escravo para trabalhador livre implicava uma nova forma de trabalho e muitas vezes a renovação de um vínculo com seu antigo senhor. Enquanto trabalhador livre, estes forros passaram a outra categoria dentro da fazenda, a de morador. O morador recebe do fazendeiro ou empregador, o lugar de morada e a possibilidade de poder ter seu próprio roçado, fora a oferta de emprego (LANNA, 1995). No caso das famílias pesquisadas, os patriarcas destas famílias trabalhavam como moradores de condição, ou seja, ao ganhar a oferta de morada, deveriam trabalhar alguns dias da semana sem qualquer remuneração para o proprietário em retribuição a morada e ao espaço para o pequeno roçado (LANNA, 1995).

No caso de Acari, a recorrência nas memórias dos interlocutores mostra que a oferta da morada estava atrelada ao plantio do algodão. O algodão moveu a economia acariense durante o fim do século XIX e início do século XX. Ao ser admitido nas fazendas da região, estes moradores passavam a trabalhar nas fazendas cultivando nas terras do patrão, mas também tendo seus próprios roçados da malvácea e de outros gêneros alimentícios que muitas vezes eram vendidos fora da fazenda. No caso do algodão, a produção do morador, deveria ser vendida obrigatoriamente ao dono da fazenda, que muitas vezes pagava um preço menor do que o valor de mercado.

Antigo Morador do Talhado	Família Paula
<p><i>"O trabalho era a meia, o véio fornecia ao morador, fornecia o inverno todinho pra ele tratar do roçado e quando começava abrir o algodão, pro caba apanhar o algodão também ele tinha que fornecer, que o caba não tinha como comprar, comer até findar de apanhar o algodão, e quando vendia o algodão, quando tirava um saldinho tudo bem, e quando não tirava?"</i> (Raimundo Caicó, entrevista em 18/04/2013)</p>	<p><i>"A nossa casa era no centro do roçado, papai era morador de Seu Zé Brás, aí morava lá, plantava aí colhia aquilo ali, aí tinha um dia dele ir ajuntar os moradores tudinho, pra ir limpar os campos do patrão, eles tinham uns campos de algodão também, ou que fosse de lavoura, aí os moradores tinham que tirar dois dias na semana pra ir fazer limpeza do patrão."</i> (Lourdes, entrevista em 06/11/13)</p>

<sup>64</sup> Ao utilizar esta expressão "práticas camponesas" quis deixar claro que estes indivíduos se enquadravam na categoria "camponês" que segundo LANNA(1995) é aquele que não concebe seu trabalho na terra e seus produtos como mercadoria.

O que aparece claramente nas memórias aqui retratadas é o fato de mesmo que a cidade vivesse uma grande expansão econômica, os moradores não eram os que mais lucravam com isso, pois o “saldo” vendido ao patrão muitas vezes inexistia, ficando a dívida para o ano seguinte. Há outros elementos interessantes a serem analisados no contexto das fazendas de Acari, tendo em vista que é preciso diferenciar o trabalho dos homens na lida da terra e o papel significativo das mulheres, na qual posteriormente abordarei. Em ambos os casos, há uma relação de trabalho que perpassa um mito quanto ao vínculo estabelecido com o patrão. LANNA (1995) afirma que ainda que se propague a ideia que o sertão abrigou relações mais democráticas entre morador e fazendeiro, é preciso ter cautela ao analisar tal situação. No sertão, as relações podem ser menos acirradas do que nas zonas de engenho ou de grandes produções, mas não deixam de ter em seu seio elementos de dominação e poder.

Nas relações em Acari de morador e fazendeiro, percebemos um jogo de hierarquia e gratidão. As relações entre morador e empregado não eram horizontalizadas somente por comerem da mesma comida, elas tinham marcadamente distinções, embora houvesse a troca de dádivas (MAUSS, 2003; LANNA, 1995). Era costume em algumas fazendas de Acari trabalhadores do roçado comerem as principais refeições na casa grande. Entretanto, esses trabalhadores não se sentavam à mesa com seus patrões, nem necessariamente comiam a mesma comida servida aos seus patrões. Ao pensarmos ao estilo de Mauss (2003) na troca de dádivas, percebemos que ainda que o trabalho fosse à moeda de troca para a aquisição de comida, roupas, remédios, o fato do adiantamento dado pelo patrão para a plantação, o chão cedido para a construção da casa era visto como uma dádiva, um sinal de gratidão.

Como participante nesse jogo de trocas, o morador não dá somente as frutas plantadas na vazante, o feijão verde novinho, uma galinha, mas “dá” também um filho para ser



**Figura 31:** Raimundo Caicó e sua esposa Maria em sua casa em Acari/RN



**Figura 30:** Antiga máquina de beneficiamento do Algodão da fazenda Talhado, Acari-RN

apadrinhado pelo patrão ou alguém da casa grande. Essas trocas de dádivas não significam ausência de poder mas permeiam vários aspectos imbricados nestas relações. “A finalidade é antes de tudo moral, seu objeto é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas, e, se a operação não tivesse esse efeito, faltaria tudo...” (MAUSS, pág. 211, 2003). As dádivas oferecidas pelo patrão compensavam ou estabeleciam com os moradores uma certa “democracia virtual”, parafraseando Martins (2004) de que havia uma igualdade na vivência entre ambos.

A alimentação é um bom meio de pensarmos essa falsa democracia. A maioria das fazendas tinha seu próprio barracão que vendia aos moradores os artigos de primeira necessidade.

Família Paula	Sítio Angicos
<p><b>Danycelle:</b> <i>Tinha barracão nessa época?</i></p> <p><b>Lourdes:</b> <i>Tinha, dentro da fazenda, ele trabalhava aqueles dias de serviço, que ele trabalhava pro patrão era tirado em mercadoria, feira...</i></p> <p><b>Danycelle:</b> <i>Não recebia dinheiro?</i></p> <p><b>Lourdes:</b> <i>Tinha o fornecimento de dinheiro mas só no final da safra do algodão, quando a gente apanhava o algodão, que era no final do ano em dezembro, aí ensacava o algodão, pesava, e descontava...o tanto que desse em dinheiro daquele algodão, era descontado pela feira, pelo dinheiro o patrão fornecia, se sobrasse alguma coisa o patrão entregava ao morador...</i></p> <p><b>Danycelle:</b> <i>E sempre sobrava?</i></p> <p><b>Lourdes:</b> <i>Tinha morador que sobrava, e outros que não, pois a família era grande e o dinheiro só dava pra comer” (Lourdes, entrevista em 06/11/2013)</i></p>	<p><b>Ubaldina:</b> <i>Lá em casa, papai tinha como um barracão num sabe? vendia muita coisa</i></p> <p><b>Danycelle:</b> <i>Pros moradores?</i></p> <p><b>Ubaldina:</b> <i>Para os moradores e o pessoal vizinho, às vezes iam comprar lá, farinha, feijão e até bolacha, eu lembro que mamãe tinha uma latona daqueles de biscoito...eu gostava demais.” (Ubaldina<sup>65</sup>, 26/02/2014)</i></p>

Podemos observar nas falas de Lourdes e de Ubaldina a memória com relação ao barracão; não foram só elas que rememoram este lugar, mas outros interlocutores. O barracão também é um lugar onde fica clara a dependência do morador para com o patrão, pois ao se dedicar ao trabalho no algodão, não tinham tempo de plantar outras roças que serviriam de

<sup>65</sup> Ubaldina Araújo da Silva, 89 anos, é professora aposentada, mora em Acari e é esposa de Seu Onessino Onésio do Saco dos Pereira. Seus pais eram donos do sítio Angicos, anexo a Fazenda Navio, onde moraram a família dos Paulas.

base para seu sustento. Ainda que os filhos mais velhos o fizessem, sempre recorriam à dívida junto ao patrão. Os pais de Ubaldina viviam na fazenda Angicos, vizinha da propriedade do Navio e também do Saco dos Pereira. Ela contou que mesmo aqueles que não eram moradores da fazenda vinham comprar no barracão do pai, em virtude da inviabilidade das plantações; os moradores do Saco frequentavam o barracão e pagavam com o saldo do algodão ou trocando pelas louças de barro que produziam. Outra vez me reporto a MATTOS (1985) para mostrar que essas famílias de morador (ou no caso de Saco de proprietários) viviam em extrema limitação, afirmando isso, não só pelo fato de constatar nas memórias dos interlocutores, mas também ao compararmos o poder aquisitivo das chamadas famílias mais abastadas.

Essas famílias tinham um diferencial no trabalho que estava depositado nas mãos das mulheres. Enquanto os homens, em sua grande maioria, estavam atrelados às atividades da agricultura e pecuária nas fazendas nas quais eram moradores, as mulheres desenvolviam atividades diferentes, que complementavam a renda familiar, mas também estabeleciam solidariedades entre esses núcleos familiares.

### 3.2 MEMÓRIAS DE TRADIÇÕES: Louceiras, Lavadeiras, vaqueiros e artesãos!

“A tradição, dizia Ortega y Gasset, é uma colaboração que pedimos ao nosso passado para resolver nossos problemas atuais” (ZUMTHOR, pág. 13, 1997)

A tradição e o esquecimento são faces de uma mesma moeda: a memória retém e esquece. A tradição luta para transmitir, perpetuar, enquanto o esquecimento seleciona e silencia partes das vivências e saberes. A memória é um fio condutor de vários processos sociais das quais participamos e construímos diariamente, ela é fruto das nossas interações e, portanto, guarda não só lembranças, ou elementos imateriais, mas também está guardada nos lugares de memória (BOSI, 1994).

É através da memória que ocorre a transmissão das tradições e saberes. Legar algo, não significa apenas repassar a técnica, pois há saberes marcados tanto no corpo quanto



**Figura 32:** Jarra de cerâmica feita pelos Nunes do Saco.  
**Foto:** Acervo pessoal da autora.

na alma de quem o executa. Zonabend (1991) coloca como fundamental para entender a transmissão dos ofícios este ver-fazer. Corresponde à transmissão protomemorial, para usar uma categoria de Candau (2011), aquela inscrita no corpo, é involuntária e começa desde a primeira infância.

As famílias negras de Acari desenvolveram sua própria forma de resistir, e aqui em dois sentidos desta palavra: resistir às dificuldades econômicas e resistir ao término de costumes tradicionais. Cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, vaqueiros, artesãos deixaram suas marcas e através das artes de fazer, perpetuaram em suas famílias práticas persistentes até hoje.

As famílias Nunes e Inácio eram conhecidas pela arte de fazer a louça de cerâmica. Também se destacaram pelo fazer das vestes de couro e atividades ligadas à culinária, como o preparo do queijo e demais comidas que ajudavam a suprir não só os meses sem trabalho no roçado, mas em anos de muita seca.

### **Família Nunes**

*“[...] é quando não tinha o algodão nós tinha que se virar na louça né, quando dizia assim: “minha fia essa semana nós não tem o que comer, eu vou fazer louça, vocês vão buscar lenha para o terreiro, que é pra nós queimar”, queimar as vasilhas num sabe, “que é pra vocês saírem vendendo, trocando...” ai era louça, chegava nas casas (palmas): “ô de casa”, aí o pessoal dizia, “é as meninas de Tereza”, já conhecia nós né? Aí, “minha fia o que é?” aí eu respondia, “É que mamãe mandou trocar, se a senhora quiser uma vasilha dessa, trocada num punhado de farinha, um punhado de feijão”, nesses canto que esse povo tinha muito roçado sabe? Muita planta...Aí o pessoal respondia: “ô beleza eu tô precisando de um alquidar, tô precisando de um torrador de café, num sabe?” Aí a gente ficava contente, ficava ali em pé, e eles iam buscar um quilo de feijão, um de milho, farinha, por duas ou três vasilhinhas...”*  
(Geralda Gilce, entrevista em 21/02/2013)

As mulheres da família Nunes e da família Inácio queimavam as louças e distribuía para suas filhas e filhos ainda pequenos irem vender nas casas dos fazendeiros com os quais tinham conflito. Eram nas propriedades destes coronéis, em que muitos da família vendiam sua força de trabalho em virtude de não poder trabalhar no pouco espaço de chão que lhes restava. Além das louças alguns homens curtiavam couro e desenvolveram as atividades de vaqueiro.

Família Nunes	Família Pereira
<p><i>"Nesse lugar aí, disse que era um curtume de couro, era de Manoel Nunes, era curtidor de couro, fazia peças de couro, chinelos e as vestes do vaqueiro"</i> (Raimundo Nunes, entrevista em 13/08/2013)</p>	<p><i>"Danycelle: E sua avó só criava só boi? Onessino: Ela tinha um rebanho muito grande de bode e ovelha, eu escutava os mais velhos dizer que o maior rebanho de ovelha que teve aqui no Seridó era da minha avó, 2.000 mil cabeças..."</i> (Onessino Onésio, entrevista em 19/04/2013)</p>

A carne de bode e de cabras, além de servirem para o consumo da família Pereira e demais moradores do Saco, eram vendidas para o Brejo Paraibano, através dos tropeiros, que também são recorrentes nas memórias dos interlocutores. Pelas vendas e trocas de mercadoria, os comerciantes ambulantes contribuía para a realidade econômica do Saco. Os tropeiros foram personagens importantes para a economia do Nordeste. Era conferida a eles a responsabilidade do fluxo de mercadorias nos sertões e nas áreas mais distantes do país.

Em verdade, o tropeiro aparece como a própria personificação dessas condições objetivas: sua atividade firmou-se por ser indispensável a um momento das operações comerciais, que dependiam, contudo, de um deslocamento no espaço com o equipamento tecnológico conservado da fase em que a produção tendia para o nível de subsistência. (FRANCO, 1974, p. 62).

Outro produto que era levado pelos tropeiros de Acari para as regiões circunvizinhas era o queijo. A produção de queijo de manteiga e coalho nos currais destas famílias era uma tradição. Para ser levado, o queijo era engomado<sup>66</sup>, suportando os muitos dias de viagem até seu destino.



Figura 33: Raspa de queijo quente de manteiga, feita na fazenda Imburanas, Acari- RN. Foto: Acervo pessoal da autora.

Segundo CAVIGNAC (1994, p. 237-241), os tropeiros transportavam produtos como manteiga da terra, queijo manteiga, carne de sol e couro, do sertão para o litoral; na volta traziam rapadura, mandioca, fumo, aguardente,

<sup>66</sup> O queijo manteiga era alisado para ser vendido. A expressão de "engomar o queijo" é justificada, pois para alisar o queijo era preciso um ferro, similar ao de passar roupas, que era esquentado e passado sobre o queijo a fim de criar uma crosta mais grossa em sua parte externa. Após esse processo de engomar, muitos marcavam sua produção com outro ferro que identificava a origem da fazenda produtora.

farinha, goma e nos períodos de seca levavam até o que normalmente era produzido no sertão como milho e feijão.

Em Acari, e na região do Saco, há memórias sobre um negro, tropeiro, Feliciano da Rocha, já citado anteriormente. Há registros nas narrativas orais e escritas que ele fazia viagens regulares e levava sua produção de queijo para ser comercializada em outras regiões.

### Família Pereira

**Danycelle:** Teve época de passar tropeiro por aqui?

**Onessino:** Naquela época passava muito, vinham da Paraíba, muito muito, 50 a 60 jumentos, eles levavam sempre a carne de carneiro e de bode daqui para o Brejo, e de lá eles vinham com farinha e rapadura....

**Danycelle:** Então tinha muita gente no comboio?

**Onessino:** Ia cada tropeiro tinha sua tropa...

**Danycelle:** O senhor ouviu falar de Feliciano José da Rocha?

**Onessino:** Demais, ele era um homem moreno, mas segundo o livro de Jayme Santa Rosa era também um homem de responsabilidade aqui do Acari, nada se fazia aqui no Acari sem Feliciano...ele era moreno...

**Danycelle:** Lé...moreno né...E ele casou com quem o Senhor sabe?

**Onessino:** Não sei não, mas eles tinham uma propriedade na Vaca Braba, muito grande...eles ficaram por aqui...

**Danycelle:** Tem um pessoal aqui em Acari que é parente dele né? Horácio buchão...

**Onessino:** É...minha mãe também era descendente dele, de uma parte era branco, outra parte era negra, tinha parte com ele...

**Danycelle:** Qual o nome de sua mãe?

**Onessino:** Maria Firmina de Jesus...

**Danycelle:** E ele como tropeiro viajava pra onde?

**Onessino:** Viajava pro Brejo porque era a terra dele..."

(Onessino Onésio dos Pereira, entrevista em 19/04/2013)

### Família Nunes

**Danycelle -** Me disseram que aqui passava muito tropeiro, a senhora sabe disso?

**Geralda -** Vige, eu me lembro deu pequena, aquele povo com muita carga, que dizia vai pro Brejo, não sei pra onde, vai buscar rapadura, ia buscar farinha num sabe,

**Danycelle -** Pro Brejo?

**Geralda:** Sim, dizia assim, aquilo é os brejeiros, que vai pro Brejo, eles se arranchavam no corredor do Saco num sabe, aonde tinha o Rio, aqui era o corredor, tinha aqueles peção de oiticica, aí eu dizia, mamãe os tropeiros já chegaram, deixe eu ir levar um pote d'agua, que era pra eles dá alguma coisa a gente num sabe, aí os pobre tinham muita carne de carneiro, de bode, muito boa... aí a gente passava, dizia "bom dia", tudo desconfiado sentindo aquele cheiro daquela carne tão boa, risos.... Bom dia, onde é que vão ver água? ali, num pocinho que tem, porque a gente tá aqui arranchado porque chegou a hora da gente fazer a refeição e pode pegar...pode claro, e a gente ia perdendo a vergonha, os braços cruzados, pegue, "quer um pedacinho de carne?" a gente respondia, "quer se o senhor quiser dar a gente quer...", eles perguntava, "você tem irmão?", aí eu dizia, "tenho, lá em casa era bem sete, mas só estão em casa cinco", aí eles davam aqueles pedaços de carne, e dava a gente, botava farinha num negócio e botava aqueles pedaços de carne dentro, e nós chegava e dizia mamãe nós traz é carne, que a gente chamava os tropeiros, os tropeiros deu a nós,

*minha fia eu não acredito, ah era bom demais...a gente passava fome mas também...”*

*(Geralda Gilce, entrevista em 21/02/2013)*

As lembranças sobre os tropeiros trazem não só a presença de Feliciano José da Rocha, que aparece no livro do cronista seridoense Manoel Dantas, como negro forro que alcançou certa independência financeira, mas também a fome, e as trocas estabelecidas com as cidades vizinhas. Também podemos observar, a partir das memórias de Seu Onessino, uma ligação entre as famílias do Saco e a família de Feliciano da Rocha, enfatizando as relações de parentesco entre esses núcleos familiares. Nestes relatos sobre as dificuldades para sobreviver no Saco, em um cenário onde as secas eram constantes, o roçado, conforme já observado nem sempre era suficiente para suprir as famílias. Os ofícios em que estas famílias estavam envolvidas se transformaram em estratégia para conseguir aplacar a fome, sendo ensinado no decorrer das gerações. Esses ofícios se caracterizavam como um saber, uma herança imaterial deixada de pai para filho, e marcam os Nunes, os Inácio e os Pereira.

Observamos a transmissão dos saberes no Saco, não como uma intenção em transmitir por parte dos mais velhos aos mais jovens um saber, mas como uma necessidade de ser aprendido. Aprender a viver em um meio hostil inclui aprender os ofícios desde pequeno para poder sobreviver. Essa transmissão profusa da memória do ver-fazer faz com que as práticas consigam ultrapassar as gerações e sobreviver. Assim como coloca Candau (2011) a tradição confere ao passado autoridade diante do presente. Mas, como pensar em uma tradição de ofícios, se não há reivindicação por estas memórias, por esses saberes.

“Na ausência dessa legitimação, a tradição não é mais do que uma forma vazia de todo conteúdo compartilhado pelo grupo. Em razão dessa perda de sentido, ela se torna uma “memória historicamente consciente dela mesma”, uma herança objetivada, um “traço cultural sem aplicação para o presente”, um simples objeto de nostalgia ou uma confusa consciência de si” (CANDAU, pág. 122, 2011)

As memórias apresentadas abaixo trazem não só registros dos ofícios do Saco, mas uma nostalgia dessa tradição que se transformou apenas em memória, pois no processo de transmissão, há que considerar o emitir e o receber, ambos foram afetados quando nos referimos ao Saco; seja porque os mais velhos, detentores e mestres desses saberes morreram, seja porque aqueles que ainda estão vivos e sabem os ofícios não encontraram ninguém com interesse em perpetuar esse saber já que o tecido social foi destruído e as atividades agrícolas

são muito reduzidas. Ao aceitarem compartilhar uma tradição protomemorial do ver-fazer louça, estariam aprendendo não só algo desvalorizado nos dias de hoje, mas que evoca no corpo e na alma, estigmas que se quer esquecer.

Cada uma dessas famílias negras do Saco foi referenciada com um ofício, seja ele de vaqueiro, como no caso do afamado vaqueiro “Sebastião da Viúva”, filho de Chiquinha viúva, da família Pereira; seja da tradição de parteiras e rezadeiras, como é o caso das mulheres da família Inácio; seja de louceiras, como bem constatamos no caso dos Nunes.

“Há quem diga, não é nada de oficial que eu nunca pesquisei a fundo, que os negros do Saco, a tradição de louceiro deles de arte é mais antiga que a arte de Caruaru (...) E fazendeiros e suas mulheres encomendavam as jarras, os potes, os enormes alguidares<sup>67</sup>, tudo aos negros do Saco” (Sergio Enilton).

Dona Geralda lembra como esse ofício foi aprendido muito cedo, ensinado por sua mãe Tereza Nunes.

### Família Nunes

*“Eu aprendi, é a coisa melhor do mundo, com sete anos eu já escapava da fome fazendo prato de barro, porque de primeiro, ninguém tinha condição de comprar um prato de louça, aí fazia aqueles prato de barro, muita que o povo trabalhava assim na empeleitada de seca, aí encomendava aqueles pratos a gente. Eu passava a semana todinha fazendo os pratos, quando era na sexta, queimava, no sábado entregava, aí recebia o meu tutu. Nós que era nova com sete, oito anos fazia isso, e mamãe fazia louça num sabe, louça grande, assim, panela, tigela, alguidar, como é aquele negócio que tem asa? Umas tigelinhas de asa, ela quem fazia...” (Geralda entrevista em 21/02/2013)*

Há uma memória frequente quanto à feitura de louças na família Nunes. Essas louças que eram feitas constantemente sustentavam a família. A troca dessas louças por alimentos ou qualquer tipo de mantimentos para a família denotava as dificuldades financeiras que estes indivíduos enfrentavam. Por causa das secas que assolavam a região, havia uma dificuldade de plantar para sobreviver. Quando não havia algodão, nem milho, nem feijão, a louça era a única forma de conseguir o alimento.

Outra atividade utilizada pelo povo do Saco estava ligada a fazenda: eram queijeiros. Na verdade, este ofício estava ligado à maioria das famílias negras, já que era um afazer que geralmente os moradores faziam e aprendiam desde pequenos.

<sup>67</sup> Vaso de barro ou metal, de uso doméstico, em forma de cone truncado invertido.

### Família Nunes

*“No Saco sim, até eu já fui queijeira, queijo de manteiga, era porque esse tal de Gildo, morava lá no Saco né? aí ele só tinha uma filha que trabalhava, era Terezinha, aí eu era muito amiga dela e Terezinha era muito amiga minha também, aí ele me disse, “ô Geralda quando você não estiver trabalhando, dia de queijo você quer vir ajudar Terezinha?” eu digo, acho é bom tio Gildo, acho é bom, porque eu só lembrava do leite passado pra fazer num sabe, e eles gostavam muito de dar, eram umas pessoas que reconheciam o aperreio da gente”(Geralda, entrevista 21/02/2013)*

A referência ao queijo não é só feita por Dona Geralda, mas também por Dona Hilda Francinete de Souza, conhecida como Quindon, antiga moradora do Saco que se recorda que sua mãe “engomava o queijo” para que este pudesse ser transportado. Segundo ANDRADE (1986), a produção do queijo relatada pelas interlocutoras é uma prática comum no sertão. O queijo assim como a louça era o complemento para a renda familiar das famílias do Saco. Muitas mulheres, como a mãe de Seu Raimundo, foram parteiras e rezadeiras. As mulheres dos Inácio sabiam fazer lambedores e curas conforme conta Irene Silva, da família Inácio.

### Família Inácio

*“Eu nunca fiz louça não, trabalhava em roçado plantando vazante, e hoje vivo fazendo lambedor direto, não dá pra quem quer. Eu aprendi a fazer com minha avó Beliza. Eu rezo também pra quem está com o pé desmentido ou o braço e aprendi com minha tia que ela rezava” (Irene, entrevista em 18/04/2013)*

Além das rezas, também houve relatos que no Saco, até os anos 90, tinham mesas de “macumba<sup>68</sup>” frequentadas não só pelas pessoas do Saco, mas também por pessoas da cidade. Da junção destas ricas tradições restaram muito pouco para os mais jovens. Segundo Hobsbawn (2002), as tradições são repassadas e reinventadas ao longo do tempo. No caso da tradição da louça, os filhos não quiseram perpetuar a arte dos pais e já não há moradores do Saco que façam a cerâmica utilitária; o mesmo ocorre com a produção do queijo. Com as condições climáticas desfavoráveis dos últimos tempos, as últimas gerações adotaram outras atividades para tirar seu sustento. O ofício que ainda persiste é o de vaqueiro<sup>69</sup>, este não caracteriza só as famílias do Saco, mas do sertão como um todo. Os vaqueiros ainda fazem suas cavalgadas anualmente e vivenciam diariamente as agruras e valentias desta ocupação.

<sup>68</sup> O silêncio por parte dos antigos praticantes das religiões afro sinaliza que essa prática religiosa não era bem vista e ainda é carregada de estigma na cidade.

<sup>69</sup> O primeiro pátio de apartação de Acari foi de propriedade de Chiquinha Viúva.

O despovoamento do Saco é prova de que a maioria dos que ali nasceram, resolveram migrar para a cidade diante das dificuldades de se manter na terra e do término do ciclo do algodão. Essa dificuldade de perpetuar as artes ligadas à vida na fazenda também fica evidente quando nos voltamos para as famílias dos primos. Nestas famílias, as mulheres



**Figura 34: Tear e fuso em exposição no Museu do Vaqueiro, Acari-RN. Foto: Acervo pessoal da autora.**

desenharam seu protagonismo junto aos ofícios que complementavam a renda. Cozinheiras, lavadeiras, passadeiras e artesãs deixaram sua marca através das artes de fazer e essas práticas perpetuaram em suas famílias até os dias de hoje.

Ao adentrar no universo desse trabalho feminino, deparamo-nos com as artes de fazer,

usando um termo de Certeau (1996). São práticas ou ofícios imersos no cotidiano daqueles que as realizam. Ainda que persista dentro destas práticas uma relação de troca com os padrões, há nelas algo que vai além da sobrevivência. Essas artes de fazer presentes nas mulheres deste grande tronco familiar dos primos revelam uma continuidade da memória pelos gestos, pela repetição do fazer. Se a memória não permite contar longas histórias sobre nomes, datas e acontecimentos, ela vai mostrar claramente as práticas e a maneira como essas famílias delegavam seus saberes.

Ao analisar a teoria de Bourdieu, Michel de Certeau (1996) usa o termo "aquisição" para enfatizar como há de maneira inconsciente a interiorização de gestos, técnicas, combinações; assim como há a exteriorização através do habitus, do saber adquirido. Fica claro no caso destas mulheres, que se trata de "um saber não sabido", usando mais uma vez uma expressão de Certeau. Ao perguntar se havia algum ofício na família, todas negavam. Entretanto, no desenrolar do tempo, aparecia à arte de tecer rede, fazer linha, cozinhar em grandes eventos, lavar ou passar roupa para fora. Todas essas atividades, desempenhadas de maneira singular, deram não só status de exímias fazedoras destas artes, mas também complementaram a renda familiar e perpetuaram saberes.

“Cada mulher pode criar para si um estilo próprio, imprimir um toque especial, acentuando um determinado elemento de uma prática, aplicando-se a um outro, inventando uma maneira pessoal de caminhar através do recebido, do admitido e do já feito. Deste modo, apropriando-se do saber-fazer comum, cada “fada do lar” adquire finalmente um modo próprio de fazer intervir, uma sobre as outras, as

sequencias cronológicas e de compor, sobre temas obrigatórios, ne varietur, uma música de variações jamais fixas numa forma estável.” (CERTAU, 1996, pág. 218)

As mulheres de cada família, de fato, imprimiram suas habilidades ao longo de suas gerações: no caso das Paulas há aquelas com habilidade em costura ou como passadeiras de roupas. Lourdes conta como sua mãe, durante as privações, procurava trabalho nos roçados de algodão e a ensinou a fiar.

### Família Paula

*"A gente era vivo pra trabalhar, mamãe botava a gente na frente, ela ficava em casa com os oitos filhos, aí surgia uma apanha de algodão, uma apanha de feijão e ela pipocava no meio do mundo, aí chegava lá nos roçados botava os mais pequenos nos pés de pau numa sombra e os mais velhos ia trabalhar, no fim do dia, ia na casa do dono do roçado, recebia o dinheiro e vinha pra casa, ali comprava uma roupa pra dois, na outra semana aparecia outra coisa, comprava pra mais dois e assim ia... [...] A gente só fazia de algodão, fiava num sabe? pra fazer rede, nós fiáva e mandava tecer a rede num tear fora, aí tem uns fusos lá no museu que era da minha mãe"*  
(Entrevista com Lourdes em 06/11/13)

Dona Zélia e Dudifa, também tem lembranças quanto ao trabalho de fiar, atividade comum pois a cidade viveu intensamente a produção do algodão.

### Família Pedro

*"Dona Zélia: Tinha Sinhá Biluca, era a mãe de Seu Zé Bráz, era um anjo de pessoa, ela fiava, eu achava tanta graça, eu pequena, aí ela dizia venha fazer "fifi" pra mim. Fifi era desmanchar a pasta, a pasta era batida, aí quando era na hora de fazer fifi, ela me chamava, pra arrumar o algodão pra fiar. [...] Eu fiei menina, aí quando foi pra casar, minha sogra disse, dizem que você fia muito bem, mas eu quero que você fie o fio e fie a lã, que eu quero mandar tecer uma rede pra vocês, aí eu respondi, tem algodão bom? que já quero começar a trabalhar, deixar pelo menos metade aqui passado no moinho, porque a gente tira o caroço no moinho, aí tirei o caroço, aí cobri com uma toalha dentro de um balaio assim, muito algodão só tirado o caroço, quando foi na outra semana tem que tirar a lã morta todinha, se não tora onde tá morta quando você tá fiando..."*

### Família Paula

*"Minhas tias Júlia, Izabel e Severina eram boas costureiras, fiavam, faziam renda de almofada, o que elas queriam fazer elas faziam, elas eram muito cavilosas, muito inteligentes, mesmo sem saber ler nada...Tia Joana, que morreu muito jovem, ela foi a única que aprendeu a ler mas foi sozinha igual a mim, aprendi a ler sozinha..."* (Dudifa, entrevista em 06/05/2014)

**Danycelle:** E tem isso é?

**Zélia:** Tem...olhe, você pode se especializar em qualquer coisa, mas existem as manhas que você tem que aprender...

**Danycelle:** A senhora aprendeu a fiar com quem?

**Dona Zélia:** Com minha avó, ela fiava de dia e de noite, toda hora que ela tinha tempo, ela tava lá com um balainho com o fuso, e cada pé de fuso que ela fazia, ela já enovelava... eu nasci e me criei dormindo em rede tecida em tear, se fiava o fio e se mandava pro tear..."

(Entrevista Zélia em 24/02/2014)

Além das costureiras, as famílias contavam com lavadeiras e passadeiras. Estas atividades nem sempre dignificadas, exigem técnicas e cuidados. A roupa lavada no rio e passada a goma com ferro de carvão, exige não só um esforço físico mais habilidade.

#### Família Paula

"Quando vovô morreu, ficaram cinco moças velhas no Navio, as que não casaram, o vovô plantava e elas ficaram cuidando do roçado, em 1958<sup>70</sup>, vieram pra rua, na rua vieram lavar roupa e engomar, eram as lavadeiras faladas de Acari eram elas, ninguém lavava e engomava melhor que elas não. Eu já fui criada bem dizer na beira desse açude botando água para as mulheres lavar roupa" (Dudifa, entrevista em 06/05/14)

#### Família Higino

"Minha mãe era lavadeira de roupa, a gente ia pro rio lavar roupa, levava uma burrinha com os caçoá pra trazer as roupas, eu era menina, me lembro que mamãe ensaboava aqueles lenços, aquelas roupas, tudo de fora, mas ela morreu cedo com a maleita" (Sebastiana Higino, entrevista em 05/02/2014)

O trabalho de lavar e passar, assim como as outras artes de fazer foram aprendidas por estas interlocutoras desde a infância, ver suas mães, tias e avós na cotidiana repetição de gestos, projetou nessas mulheres um saber inconsciente, um habitus. Atualmente, essas práticas de lavar e passar à moda antiga, não são executadas por ninguém das famílias pesquisadas, pois como coloca Certau (1996), muitos costumes ou práticas vão se reinventando com o tempo, com o avanço e as facilidades da vida moderna. Quanto às costuras, algumas dessas mulheres ainda bordam, fazem suas redes, costumam seus pertences por hobby.

<sup>70</sup> Nesse período já começava o declínio do algodão.

Há entre as mulheres dessas famílias, principalmente entre as minhas interlocutoras, aquelas que foram professoras rurais. A alfabetização nas fazendas sertanejas é algo interessante de ser abordado. Geralmente, os filhos dos moradores não eram vistos estudando, pois desde a infância, eles acompanhavam seus pais nas atividades desenvolvidas, seja no roçado ou em outros afazeres. A ida ao centro urbano para alfabetizar-se seria perda de tempo e trabalho para o patrão, assim como para alguns chefes de família.

### Antigo morador da fazenda Talhado

**"Raimundo:** No sítio não tinha escola, e o morador que vivia no sítio e botasse seus filhos pra estudar aqui, ave maria, era o fim do mundo, o dono da terra dava uns esporros muito grande...

**Danycelle:** É mesmo? E por que?

**Raimundo:** Porque diminuía né? Porque trabalhava de meia com ele, fornecendo, e ainda mais na época do algodão, vixe, até a véia plantava algodão"

(Raimundo Caicó, entrevista em 18/04/2013)



Figura 35: Carteira de trabalho de Zélia Maria, antiga regente de ensino da Prefeitura de Acari-RN. Foto: Acervo Pessoal da autora.

Em Acari, pude visitar apenas uma escola rural na fazenda Talhado, entretanto, não podemos desconsiderar que não havia meios de educação, de transmissão de saber.

LIBÂNEO (2008) destaca que “Em sentido amplo, a educação compreende o conjunto dos processos formativos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não-intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não” (pág. 81, 2008). Conforme coloca o autor, não é preciso uma instituição para existir educação. Neste sentido, o papel de “desarnar menino”, ou seja, de ensiná-lo as primeiras letras, também tem um papel fundamental.

Dona Zélia conta que sua bisavó, mãe gorda, “desarnava menino” e como ela ensinou várias crianças por onde passou.

Antigo morador da fazenda Talhado	Família Pedro
<p>"A véia dele, de José Pedro, Sebastiana, foi professora, muita gente aprendeu com ela no sítio, numa casa assim sem ser escola num sabe? ela sabia ler né, aí ensinou..." (Raimundo Caicó, entrevista em 18/04/2013)</p>	<p>"Seu Benedito Norte, um senhor que tinha aqui, me disse que mãe gorda, foi a primeira professora de uma comunidade bem pertinho de Caicó, ela foi a primeira professora a desarnar criança pra ter conhecimento na escola" (Dona Zélia, entrevista em 24/02/2014)</p>

Essa expressão “desarnar” mostra que havia uma educação formal utilizada por Sebastiana, bisavó de Dona Zélia, assim como por outras mulheres, para ensinar seus próprios filhos as primeiras letras. Trato essa educação como formal, usando as categorias propostas por Libâneo (2008), pois para ele onde haja ensino, seja ele no âmbito institucional ou não, há uma educação formal. Assim, como sua bisavó, Dona Zélia e outras mulheres, se tornaram professoras da zona rural de Acari, propagando saberes e vivências.

Família Pedro	Família Paula	Família Pereira
<p><b>"Danycelle:</b> Como você começou a ser professora? <b>Dona Zélia:</b> Aqui, o município não tinha escola na zona rural, aí doutor Bezerra<sup>71</sup> quando foi prefeito, ele foi e ofereceu um concurso pra quem quisesse ir ensinar na zona rural, aí eu fiz esse concurso e passei, ganhei minha primeira escola lá no Jatobá. <b>Danycelle:</b> E você ensinava que série? <b>Dona Zélia:</b> Eu ensinava primeiro, segundo e terceiro ano, porque lá tinha menino que vieram de outros locais que já vieram no terceiro ano, mas como eu nunca fiz magistério, nunca terminei, nós recebemos um material pra estudar e dar apoio, também quem</p>	<p>"No navio teve uma escola, que Ubaldina era a professora, os mais novos muitos aprendeu, os pais não queriam que aprendesse a ler não, principalmente as mulheres, depois os sítios começaram a evoluir, tinha escola, aparecia uma filha de Deus que sabia ler, só bastava saber pra ensinar né? Não é como hoje que tem que ter formatura, eu mesma, quando tinha 16 anos, tinha uma escola na Palma, onde meu sogro morava e me convidaram pra ser professora, eu ensinei quatro meses mas quase endoideço, não dava certo... <b>Danycelle:</b> Foi mesmo... eles pegavam o pessoal que sabia ler e colocava pra ensinar então... <b>Dudifa:</b> Era, se você tinha</p>	<p><b>Danycelle:</b> Como foi que a senhora começou a dar aula? <b>Ubaldina:</b> Em 1941, a minha cunhada que era professora aqui no Tomaz de Araújo, arranjou uma escola no sítio, ganhava 50 cruzeiros, tinha aluno que fazia gosto. <b>Danycelle:</b> Os filhos dos moradores podiam assistir aula? <b>Ubaldina:</b> Podiam, eu dava aula a eles de noite, pois eles trabalhavam, aí eu saía com um farolzinho, porque a aula não era na casa do meu irmão não, num sabe? porque a aula era numa casinha perto, que tinha uma sala grande... <b>Danycelle:</b> Tinha muita gente? <b>Ubaldina:</b> Tinha, teve uma época, que teve quarenta</p>

<sup>71</sup> Silvino Bezerra Filho, com mandato de 1976-1980.

<p>quisesse vinha na sexta feira na secretaria, pra tirar dúvida...Umas com outras pois tinha gente, que vinha que não tinha a escola da prefeitura, mas que as mulheres mesmas fundaram, pra poder desarnar os próprios filhos, sobrinhos, sabe? Umas que já tinham até o ginásio, e que já tavam preparadas pra ser professoras, elas mesmas faziam pesquisas e davam aulas por conta própria, no início... (Dona Zélia, entrevista em 24/02/2014)</p>	<p>a terceira série ou quarta série já podia ser professor, naquelas comunidades, não tinha ninguém, muita criança, criança demais antigamente, era difícil uma casa que tinha pouco menino, nas casa eram dez, quinze, o povo só se ocupava de ter filho, não sabiam de nada, eram criado só trabalhando, não tinha isso de escola...” (Dudifa, entrevista em 25/02/2014)</p>	<p>e tantos alunos, casados e tudo, porque muitos trabalhavam né? (Ubalдина, entrevista em 26/02/2014)</p>
--	--	--

O papel dessas professoras negras vai muito além do ato de trabalhar para a sobrevivência, pois essa transmissão de conhecimento era também uma resistência, uma esperança de alcançar uma situação econômica e social melhor no futuro. Incluí esta arte dentre o trabalho das mulheres, pois acredito que através desta ação educadora, compartilha-se o conhecimento que vai além do aprendizado das primeiras letras, mas também princípios, costumes, valores, ideias, que fazem parte da singularidade de cada indivíduo. O conceito latino de educar, *educare* - significa “alimentar, cuidar, criar, referido tanto às plantas, aos animais, como às crianças” (LIBÂNEO, pág. 72, 2008); neste conceito, aparece outra forma de educar, o do alimentar, gesto que traduz identidade e sociabilidade.

### 3.2.1 As cozinheiras

A alimentação nos revela um matiz da cultura das famílias pesquisadas. A região do Seridó norte-rio-grandense tem como marca alimentar o queijo manteiga, queijo coalho, a carne de sol, o cuscuz com coco, o filhós, o chouriço e os doces de frutas. Faço outra vez o exercício de me afastar do objeto local e pensar sobre o legado e a influência da cozinha africana no Brasil e no Seridó.

Cascudo (2004), em seu livro a História da Alimentação do Brasil, relata a dieta africana e o legado incorporado dessa alimentação no contexto brasileiro. O autor vai destacar o uso feito pelos africanos da farinha de sorgo, na maior parte de suas comidas, do amendoim,

da carne de caça, do mel, da farinha cozida com carne, do *Kuz-Kuz*, que com o tráfico negreiro, seria feito em nossas terras com farinha de milho, e chamado por algumas etnias como os negros de Angola de “fubá”.

As comidas de sua pátria foram reinventadas no contexto do cativo. Cascudo (2004) afirma que dependendo da região que o escravo fosse alocado, haveria um tipo específico de alimentação. Nas fazendas da região sertaneja, como é o caso do Seridó, o escravo usufruía de maior acesso a determinados víveres, como a farinha de mandioca e de milho, carne de caça, mel e rapadura para adoçar a boca.

“O almoço dos escravos nessas propriedades do agreste norte-rio-grandense era feijão, farinha de mandioca, carne cozinhada, seca ou fresca, de bode, às vezes de gado bovino. No Jantar, o mesmo menu, juntando-se jerimum(abóbora), caboclo ou de leite. Não havia ceia mas o negro sempre aparecia mastigando. Não se sabe o quê.” (CASCUDO, 2004, pág. 213)

Cascudo descreve os costumes alimentares dos escravos no Rio Grande do Norte, mostrando a restrita dieta a que estavam submetidos. Há alguns elementos reinventados pelos negros e que Cascudo (2004) destaca, como o leite de coco, o Cuscuz e o mel. O autor vai afirmar a preferência dos escravos pela comida cozida e o uso constante da farinha seja ela de mandioca ou de milho. O cuscuz de milho com leite de coco foi uma reinvenção brasileira (CASCUDO, 2004), tornou-se popular entre os escravos e era tido como comida das famílias mais pobres.

“Julgava-se comida de negro, trazida pelos escravos porque provinha do trabalho obscuro da gente negra, distribuído à venda nos tabuleiros, apregoado pelos mestiços, filhos e netos das cuscuzeiras anônimas.” (CASCUDO, 2004, pág. 190)

Também é importante destacar o papel das comidas usadas pelos escravos para “adoçar à boca”, que como relata CASCUDO (2004), eram consumidos o caldo de cana, bolo-preto, o pé-de-moleque, rapadura, doce seco, arroz doce e o doce de coco com açúcar bruto. Ao fazermos o movimento de pensar esse legado africano no contexto da



Figura 36: Comidas afro-brasileira durante feira da consciência negra em Acari-RN. Foto: Museu do Vaqueiro

pesquisa, tomando a comida como algo que revela não só o cotidiano, mas também tradições, podemos analisar esses traços de raízes africanas presentes na culinária seridoense e nas receitas das famílias envolvidas na pesquisa.

Para DIEZ (2009) "o ato de comer é algo transmissível e, por isso, se o grupo ou os indivíduos migram, também este pode ser facilmente transportado" (pág. 11).

A autora analisa o caso de migrantes, que fora de seu país mantém ou reinventam as comidas da pátria mãe. A comida não se configura apenas um ato de socialização, de trocas, mas de memória, de lembranças no caso de estar longe de sua pátria. Ela pode "atenuar o estranhamento num país estrangeiro através do sentimento de segurança e hábito e construir uma ligação mental com o país deixado e com o passado" (DIEZ, pág. 16, 2009).

Mesmo estando sob um jugo senhorial, em uma dieta restrita, a comida preparada pelos escravos e pelos descendentes passa pelas lembranças africanas. Nas famílias pesquisadas, as comidas de milho são indicadas como as comidas tradicionais ou comumente preparadas na família.



**Figura 37: Dona Zélia preparando a massa do filhós. Foto: Acervo pessoal da autora.**

Entretanto, não só a tradição da utilização dos alimentos se

perpetuou, mas acompanhado a isto está o ato de cozinhar, a repetição dos gestos durante o preparo ou a ciência na escolha certa dos alimentos.

"Em suma, nós comemos o que nossa mãe nos ensinou a comer - ou o que a mãe de nossa mulher lhe ensinou a comer" (Certau, pág. 249, 1996). Essa transmissão de memórias, sabores, gestos, receitas foram repassadas dentro das famílias pesquisadas e ao serem questionadas sobre como aprenderam recebemos a mesma acertiva proposta por Certau (1996), cozinha-se porque foi aprendido com avós, mães, tias, primas.

Durante a pesquisa, eu sempre perguntava sobre a alimentação dos entrevistados, iniciei essa prática, pois a família de Dona Zélia era conhecida pela culinária. Ao me remeter à memória dos interlocutores sobre a alimentação, constatei que ela pode revelar muito mais do que os costumes culinários, mas também a limitação econômica. Os patrões ou sitiantes donos de gados ou de terras com produção expressiva de algodão, tinham maior acesso ao leite, à carne seca e ao queijo de manteiga tão apreciado na região seridoense. Também

podiam comprar ou fazer doces e biscoitos, entretanto, isso não significava grande fartura, pois havia a economia constante mediante a seca. Se a dieta alimentar era quase restrita entre os mais abastados, entre as famílias de moradores, esse quadro era crítico. As famílias se alimentavam do que plantavam em seus pequenos roçados, hortas e dos insumos vendidos no barracão. As comidas de milho, a carne de caça (como o peba, mocó, preá), o chouriço<sup>72</sup> e a rapadura apareceram como uma constante na alimentação destas famílias. Nas memórias citadas abaixo, ambos os interlocutores recordam de comidas apreciadas por estas famílias, a rapadura e o chouriço, iguarias doces que estavam sempre presentes em momentos festivos.

### Antigo morador do Talhado

**Raimundo Caicó:** *Você conheceu o canto do vapor no Talhado?*

**Danycelle:** *Sim*

**Raimundo:** *Pois bem, você tando desse lado de cá dela, era onde tinha as formas, fazia rapadura, fazia mel de engenho, o véi enchia as latas de mel pra vender os morador*

**Danycelle:** *E quem fazia?*

**Raimundo:** *Quem tomava conta era os negros de lá mesmo, pra cortar a cana, trazer pro engenho e cozinhar, aí vendia aos morador e o resto era pra casa grande” (Raimundo Caicó, entrevista em 18/04/2013)*

As mulheres tinham um papel fundamental no seio dessas famílias. Elas estavam ligadas as suas patroas, seja na cozinha, nos tachos de queijo, ou nos teares, sem deixar de lado a labuta diária, a resistência.

Dentre as famílias, duas estão mais ligadas à culinária: as mulheres dos Paulas e dos Pedros. Sebastiana Maria do Sacramento, bisavó de Dona Zélia, trabalhava na cozinha da casa grande da fazenda do Talhado, junto com outras moradoras e lá aprendeu uma grande variedade de comidas, assim como ensinou pratos tradicionais de raiz. Dona Zélia conta como a batata doce era preparada para o café da manhã da sua família.

### Família Pedro

*"A batata doce é assim, cava um buraco e faz um fogo dentro, fogo mesmo pra desmanchar a brasa, aí depois tira o fogo e toda a brasa, aí dá uma forrada com palha de bananeira, aí coloca as batatas, cobre com mais folha de banana, fecha o buraco, no outro dia pode ir buscar, tá toda assada, bem molinha chega é fofa, uma delícia, minha bisavó fazia pra comer de manhã com café." (Dona Zélia, entrevista em*

<sup>72</sup> "Chouriço é um doce feito de sangue, fabricado e consumido em todo o Seridó potiguar". [...] O chouriço é "feito com sangue e banha de porco, rapadura, farinha de mandioca, leite de coco, castanha de caju, água e especiarias - cravo, canela, gengibre, erva-doce e pimenta-do-reino." (DANTAS, pág. 15 e 17, 2008)

24/02/2014)

A maneira de preparar certos alimentos envolve um aprendizado que começa na infância, um aprendizado inconsciente, visto pela repetição de gestos, de sabores, mas que fica grafado na memória. Assim pelo convívio com a mãe, conhecida na cidade como “Tum”, ela aprendeu a fazer doces que atualmente, complementam sua renda.

### Família Pedro

**"Danycelle:** *E como foi que começou a cozinhar?*

**Zélia:** *Cozinhar, é como diz o ditado, a gente ia com mamãe pra todo canto que ela ia, eu era muito menina, tinha 13 pra 14 anos, aí mamãe fazia aqueles doce de tacho...*

**Danycelle:** *Como sua mãe aprendeu a cozinhar?*

**Zélia:** *Minha mãe eu não sei como descobriu fazer tanta coisa...*

**Danycelle:** *E porque esse apelido "Tum"?*

**Zélia:** *Minha mãe tinha esse apelido de Tum por conta de um peixe pretinho que tinha aqui no rio Seridó, que chamavam de atum e quando ela nasceu ela era bem pretinha, aí colocaram o apelido de Tum." (Dona Zélia, entrevista em 24/02/2014)*

Como Certau (1996) coloca, esses gestos são transmitidos desde a primeira infância, onde a criança observa sua mãe a preparar a massa, a usar os “truques” e segredos em determinadas receitas, a habilidade de cortar determinados alimentos, vai vendo e aprendendo como fazer determinadas tarefas no ambiente da cozinha. Essas mulheres tiveram suas vidas atreladas as cozinhas das casas grandes por onde passaram, no caso dos Pedros, a fazenda do Talhado. Nesta fazenda tanto a bisavó de Dona Zélia como a avó e a mãe trabalharam como cozinheiras, um legado que não ficou apenas em Dona Zélia, mas que está sendo repassado as suas filhas e neta. Na parte dos Paulas, também havia cozinheiras, Dudifa lembra de cinco tias, irmãs de sua mãe Emília Paula, que não casaram e vieram para a “rua” após o falecimento de seus avós. Para sobreviver na cidade, essas mulheres não só lavavam e passavam roupas, mas cozinham.

### Família Paula

*“Minha tia Izabel era fabricante de chouriço finíssima mesmo, e era assim um povo sabido em termo de comida, elas cozinham muito bem, naquele tempo, tinha as festas de casamento, elas eram chamadas pra torrar, cozinhar nas festas...”*

*(Dudifa, entrevista em 06/05/14)”*



**Figura 38: Forrumbá, doce preparado por Dona Zélia. Foto: Acervo pessoal da autora.**

As mulheres negras tiveram papel importante nas grandes festas da cidade e nas festas das fazendas. Deixaram sua marca através da maneira singular com que preparavam os alimentos. Para além da transmissão dos saberes, do ofício de cozinhar, fica um legado nestas famílias de comidas com raízes afro-brasileiras, comidas que através da memória coletiva (HABWACHS, 1990) foram repassadas, compartilhadas, ensinadas no fogão a

lenha e nos trabalhos nas casas de família.

A culinária com influência afrodescendente também é uma forma de acessar as memórias destas famílias. Segundo Woortmann (2013) a alimentação, assim como o parentesco, pode nos revelar a memória familiar do indivíduo ou grupo. Ela expressa *habitus* alimentares que mostram não só a preferência por um sabor, mas a condição social e as origens daquele grupo. A comida faz parte da identidade de cada indivíduo e, portanto, das memórias sensoriais ou para usar um termo utilizado por Woortmann (2013), das "memórias gastronômicas". Os ingredientes e o modo de preparo fazem parte desta linguagem que fala sobre a família ou grupo. Muitas vezes os mesmos ingredientes podem resultar em preparos distintos, que por sua vez são fruto de tradições diferentes. "A comida também pode 'falar' de identidades perdidas, tradições e práticas que permaneceram ao passo que sua memória foi obscurecida" (WOORTMANN, 2013, pág. 12). No caso das famílias de Acari, percebemos que mesmo que a memória tenha "esquecido" os nomes, os marcos temporais, os lugares de memória, se manteve a "memória gastronômica", revelando as origens. O fazer culinário mostra um *habitus* antigo que sobreviveu à escravidão, e foi modificado com os anos, mas que carrega uma identidade e uma simbologia reveladora.

Percebi a importância da culinária para esta pesquisa através das conversas no Museu do Vaqueiro. Uma das antigas gestoras mostrou fotos de um evento onde havia sido promovido pratos de culinária afro-brasileira. A maioria dos pratos feitos nesta ocasião era à base de milho: cuscuz, xerém, munguzá. Havia os doces de frutas da época e o forrumbá. O forrumbá é um doce feito de mel de rapadura preta com bagaço de coco. Este doce, feito por Dona Zélia, era por mim desconhecido e tinha um nome incomum. O forrumbá é de origem

afro-brasileira, como indica Diegues Jr. (pág. 315, 2006), "Currumbá ou Sabongo, doce de coco ralado e mel de furo, que pode ser feito com mamão em lugar de coco; " também Gilberto Freyre (1997) dá notícia desse doce em seu livro sobre a sociologia do doce. Ainda que tenha sido um pouco modificada sua nomenclatura no Seridó, o doce parece ter os mesmos ingredientes e preparos utilizados pelos antigos escravos no Brasil.

Para além do preparo deste doce tradicional, saliento que o Seridó é conhecido pelo queijo de manteiga, mas também pela culinária do sertanejo, cozinha esta que abriga traços da culinária afro-brasileira. Se antes o cuscuz, a rapadura e os doces eram comida relegada aos negros, pobres, atualmente, essas comidas foram reinventadas e são consumidas não só pelos antigos moradores, mas também pelos turistas e pessoas da capital.

O trabalho destas mulheres na culinária exibe uma resistência e uma ligação com sua origem; movimentos aprendidos e ensinados, inconscientes ou não, levam adiante um dos poucos traços a herança afro-brasileira em Acari. A memória genealógica de pouco alcance e os roçados abandonados ficaram confinados a memória dos mais velhos, mas a comida, esta, vai sendo perpetuada pelo tempo e por mãos que insistem em não esquecer velhas e deliciosas tradições.

## VELHAS FAMÍLIAS NEGRAS ACARIENSES

*"La vida no es la que uno vivió, sino la que uno recuerda, y cómo la recuerda para contarla". (Gabriel Garcia Marquez)*

A ocupação do Seridó e os rastros deixados pelos portugueses são um legado que as elites seridoenses querem preservar a qualquer custo. Na ocupação do sertão seridoense esses primeiros colonos abastados não vieram sozinhos, ou melhor, não encontraram a terra desocupada. Antes da fixação dos primeiros colonizadores, travou-se uma luta com os indígenas encontrados nesta terra. Com a exterminação dos povos indígenas, que teve seu auge durante a Guerra dos Bárbaros, iniciou-se o processo de povoação do sertão. As primeiras datas de terra começaram a ser solicitadas em 1670 (MACEDO, 2005), e trouxeram os primeiros portugueses para a região. Junto com eles vieram libertos, mestiços, vaqueiros. Indivíduos que ajudaram a construir o que atualmente conhecemos por Seridó.

Àqueles que deram origem as grandes árvores genealógicas brancas do Seridó, trouxeram com eles braços que trabalharam nos currais de gado, serviram as mesas dos coronéis e encheram sacas e fardos de algodão. Ao parafrasear estas considerações finais com o título de um trabalho singular como o de Olavo Medeiros Filho (1981) mostro outra possibilidade de rememorar o Seridó. Não trago como base essencialmente documentos históricos, como fez FILHO (1981), mas documentos orais, memórias.

A memória conduziu este trabalho, ela é a essência desta pesquisa. As memórias de família podem se transformar em um conjunto de narrativas transmitidas ao longo das gerações e que revelam identidades, modos de vida, práticas (ZONABEND, 1991). Inicialmente a dúvida que me inquietava estava na confirmação de um passado afrodescendente e nos silêncios das narrativas oficiais sobre o passado escravo. Durante o curso desta pesquisa, os próprios interlocutores e porque não afirmar que as situações de interlocução foram respondendo a estes questionamentos iniciais. Estes interlocutores que estão nas margens do poder, construíram histórias que agora ressurgem.

O algodão, inicialmente um assunto estratégico de aproximação durante a pesquisa, deu lugar à inquietação por saber cada vez mais do passado destas famílias afrodescendentes. Estas famílias, que fizeram funcionar a máquina algodoeira e estão ocultadas atrás de grandes donos de terras, deram sua contribuição através da força de trabalho destes indivíduos.

As famílias pesquisadas mostraram que não só havia memórias que reafirmassem um passado ligado à escravidão, mas que haviam materializado memórias através de suas práticas e ofícios. Segredos ou narrativas que estavam no seio privado de cada família, foram alçados ao âmbito público, permitindo que as memórias de cada família, formassem uma única memória, de um grande tronco familiar.

A historiografia oficial sempre esteve a serviço das elites e governantes. O silêncio de Acari está associado a uma negação do pertencimento de ser “negro”, como algo discriminatório, estigmatizante. Por isso, ao longo deste trabalho, quis demonstrar que é possível ver a história seridoense por outros ângulos, mas em especial, a história de Acari. O primeiro capítulo questiona a historiografia presente e ao mesmo tempo mostrar evidências de outra história. Os poucos registros cartoriais que encontrei demonstram uma presença considerável para o cenário sertanejo da presença escrava em Acari; a arquitetura<sup>73</sup> das casas de fazenda visitadas, mas que não abordei profundamente, também demonstra isso com as “senzalas”; mas, o mais importante entre essas evidências são as narrativas orais coletadas ao longo da pesquisa.



**Figura 39: Zenaide Maria, irmã de Dona Zélia, na feirinha cultural da Reunião Brasileira de Antropologia/2014, representando o Grupo Pérola Negra de Acari-RN. Foto: Acervo Pessoal da autora.**

Foi através da memória dos interlocutores que identifiquei estas famílias, mostrando seus laços de parentesco e suas práticas. Inicialmente no Saco dos Pereira com as famílias Nunes, Inácio e Pereira e posteriormente, com as famílias dos primos, os Pedros, Paulas, Higinos e Félix. Apresento as memórias destas famílias no segundo capítulo, mostrando

que o silêncio e a invisibilidade podem ser justificados pelos conflitos, esbulhos de terras e até pelas relações de trabalho estabelecidas com os fazendeiros circunvizinhos de quem estes indivíduos dependiam para trabalhar e sobreviver. As genealogias destas famílias e a maneira

<sup>73</sup> Sobre as casas de Fazenda e sua arquitetura ver DINIZ, 2008.

como se fixaram nas fazendas da região revelam um processo de dependência com os grandes fazendeiros, mas também são um registro de uma história até então invisível. A transmissão dos nomes de família, marca que me permitiu identificar esses núcleos no início da pesquisa, são também uma forma de resistência às memórias dominantes.

Acredito que a transmissão dos saberes de geração a geração foi uma maneira de resistir, de perpetuar a memória dos antepassados. A memória das famílias está materializada nas artes de fazer abordada na terceira parte deste trabalho. O trabalho no roçado de algodão, a condição de morador e as relações de trabalho, ilustram a dificuldade de sobrevivência destas famílias negras. As artes de fazer, protagonizadas de maneira especial pelas mãos das mulheres, também evocaram as lembranças de família. As artesãs, lavadeiras, passadeiras e cozinheiras mostraram que os saberes sobreviveram silenciosos ao longo dos anos. Os costumes alimentares, os doces, e as preferências pelas comidas de milho sinalizam traços de um legado afro-brasileiro. A alimentação mostrou também a força simbólica e identitária que pode representar.



**Figura 40: Gabrielly Souza, da família Paula, recebendo o título de Rosa de Maio de 2014. Foto: Blog de Davi Neto**

A história das famílias negras que antes pareciam pedaços de tecidos descontraídos está sendo construída através dos vários fios de memórias de cada história de vida. O que antes era invisível está encontrando espaços e novos contextos para se fazer visível. Isso pode ser constatado na formação do grupo Pérola Negra, que inicialmente surge como uma política implementada pela Prefeitura de Acari no Centro de Referência e Ação Social -CRAS, mas já pode sugerir um indício de reconhecimento das raízes afrodescendentes. Este grupo produz peças de artesanato, como: bordados, pinturas em tecidos e também elabora pratos em

ocasiões festivas da cidade. O Pérola Negra vem redescobrimdo espaços de atuação dos negros dentro do município através de seus artesanatos.

Os afrodescendentes de Acari estão marcados por um estigma, que os acompanhou permanentemente já que a marca da diferença está na cor da pele (Goffman ,1975). Assumir uma negritude seria reivindicar o sentimento de pertença de uma classe excluída. O estigma somado a uma classe social dita inferior caracteriza a posição marginal dos indivíduos que se reconhecem afrodescendentes. A classe social e o parentesco conferiu a estas famílias a invisibilidade nas narrativas históricas, e o esquecimento nos lugares de memória da cidade (NORA, 2012) assim como na participação efetiva da sociedade.

Ainda que estejam no processo de romper com este estigma, já é possível perceber que estes indivíduos estão conquistando seus espaços e assumindo novas identidades. Em maio de 2014, Acari elegeu no desfile de beleza “Rosas de maio” uma jovem negra, Gabrielly Souza, descendente da família Paula, que embora tenha relatado enfrentar comentários preconceituosos venceu uma disputa de cunho social e popular na cidade. Essa vitória como outras pequenas oportunidades que os indivíduos negros estão compartilhando em Acari faz emergir novas memórias, novos significados. Será que há um despertar para a consciência étnica em Acari? Que esta pesquisa seja um despertar para novas investigações em âmbito acadêmico, mas sobretudo sirva de espelho para que o “povo negro” de Acari tenha cada vez mais orgulho de seu passado e da sua cor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jeferson Candido. MACEDO, Muirakytan Kennedy. **Razão de Masculinidade da população escrava da Ribeira do Seridó (Século XVIII)**. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme - Revista de Humanidades, UFRN. Caicó (RN), v. 9 n. 24, Set/out/2008. Disponível em: [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais) Acesso em 22 de julho de 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

ARAÚJO, Douglas. **A morte do sertão antigo no Seridó**: o desmoroamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: Edusc, 2006.

ASSUNÇÃO, Luís. **Quilombos**: comunidades remanescentes RN. Revista Galante. Natal: Fundação Hélio Galvão N.17 – vol. 03 – novembro, 2006. Disponível em: [http://xa.yimg.com/kq/groups/22301635/1967988120/name/Comunidades\\_remanescentes\\_de\\_quilombos\\_no\\_RN.pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/22301635/1967988120/name/Comunidades_remanescentes_de_quilombos_no_RN.pdf) Acesso em 20 de julho de 2013.

AUGÉ, Marc. **Os domínios do parentesco**: filiação, aliança matrimonial, residência. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cad. Pagu, Jun 2006, no. 26, p. 329-376.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987. Disponível em: <http://www.atelierpaulista.com/wp-content/uploads/2012/02/BENJAMIN-Walter.-Magia-e-T%C3%A9cnica-arte-e-pol%C3%ADtica.pdf> Acesso em 20/05/2013.

BERREMAN, Gerald D. **“Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do himalaia”** IN: Guimarães, Alba Zaluar. (Org) Desvendando máscaras Sociais. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ, 1980.

BEZERRA, Paulo. **Cartas dos sertões do Seridó**. Lidator: Natal/RN, 2000.

\_\_\_\_\_. **Outras cartas dos sertões do Seridó**. Natal/RN, 2004.

\_\_\_\_\_. **Novas Cartas dos Sertões do Seridó**. Natal/RN, 2009.

BOSI, Éclea. **Memória e Sociedade**: Lembrança de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org). Usos & abusos da História Oral. 8ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 183-191.

CABRAL, João de Pina & LIMA, Antónia e Pedroso de. **Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social.** In: Etnográfica, vol IX (2) 2005. P. 355-388.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e cantadores.** São Paulo: Global, 2005.

\_\_\_\_\_. **História da Alimentação do Brasil.** São Paulo: Global, 2004.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão Conceitual.** Revista DADOS vol. 40 n. 2, Rio de Janeiro, 1997.

CAVIGNAC, Julie A. **Mémoires au Quotidien: histoire et récits du sertão do Rio Grande do Norte (Brésil).** Paris: Université de Paris X, 1994.

\_\_\_\_\_. **Relatório Antropológico da Comunidade de Boa Vista (RN).** Convênio UFRN/ INCRA-RN, 2007.

\_\_\_\_\_. **Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades.** Natal: EDUFURN, 2011.

\_\_\_\_\_. **A etnicidade encoberta: 'Índios' e 'Negros' no Rio Grande do Norte.** Revista Mneme de Humanidades. Vol. 4 N. 8, 2003. Disponível em: «<http://periodicos.ufrn.br/index.php/mneme/article/view/167>». Acesso em: 20 nov 2011.

\_\_\_\_\_. **Essa terra é da gente: patrimônio, religiosidade e direitos na Boa Vista dos Negros (RN).** Natal: EDUFURN, no prelo.

CAVIGNAC, Julie; MACEDO, Muirakytan K. de. **Tronco, ramos e raízes! : história e patrimônio cultural do Seridó negro.** Brasília: Aba; Natal: Flor do Sal: EDUFURN, 2014.

CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **O maquinista de algodão e o capital comercial.** Natal: UFRN, Ed. Universitaria, 1987.

COMARROF & COMARROF, Jean e John. **Etnografia e imaginação histórica.** Revista Proa, n. 2, vol. 1, 2010. Disponível em: «<http://www.ifch.unicamp.br/proa>». Acesso em: 20 nov 2011.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo.** Mana vol. 10 n. 2 Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: «[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132004000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003)». Acesso em: 28 nov 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DANTAS, Maria Isabel. **O Sabor do Sangue: uma análise sociocultural do chouriço sertanejo.** Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

DANTAS, Manoel. **Homens de Outr'ora.** Natal: Sebo Vermelho, 2001.

DIETZ, Angelika. **Take away entre fronteiras: Comida e sentimento de pertencimento entre imigrantes italianos na Irlanda do Norte.** Dossiê Migrações, Espaço Plural. Ano X N. 20., 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/2448/1848> Acesso em fevereiro de 2014.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas Fazendas da Ribeira do Seridó.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008.

Diégues Júnior, Manuel. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional.** Maceió: EDUFAL, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

FARIA, Oswaldo de Lamartine. **A caça nos sertões do Seridó.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1961.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro.** Editora Globo: São Paulo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **"O negro na emergência da sociedade de classes"** IN: A integração do Negro na Sociedade de Classes. Editora Globo: São Paulo, 2008.

FILHO, Olavo de Medeiros. **Velhas Famílias do Seridó.** Brasília: [?], 1981.

\_\_\_\_\_. **Velhos Inventários do Seridó.** Brasília, 1983.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** São Paulo: Editora Ática, 1974.

FREYRE, Gilberto. **Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GARCIA, Afrânio. **A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro.** *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, 2003. Disponível em: «<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18718.pdf>». Acesso em: 16 out 2012.

\_\_\_\_\_. **Terra de trabalho: Trabalho familiar de pequenos produtores.** Rio de Janeiro, UFRJ, 1975.

GEERTZ, Clifford. **Estar Lá: a antropologia e o cenário da escrita; Etsar aqui: de quem é a vida afinal?** In: Obras e Vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 11-39 e 169-193.

GUERRA, Phelipe; GUERRA. Theophilo. **Seccas contra Secca**. Coleção O Mossoroense. Disponível em: «[http://www.colecaomossoroense.org.br/acervo/seccas\\_contra\\_as\\_seccas.pdf](http://www.colecaomossoroense.org.br/acervo/seccas_contra_as_seccas.pdf)». Acesso em: 17 set 2011.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOODY, Jack. **O mito, o ritual e o oral**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

GOODY, Jack. **O roubo da história**: como os europeus se apropriaram das idéias e invenções do Oriente. São Paulo: Contexto, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: Trabalho familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IBGE, **Recenseamento do Brasil em 1872**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=225477> Acesso em: 03 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=240010&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es> Acesso em: 05 de dezembro de 2013.

LAMARTINE, Juvenal. **Velhos costumes do meu sertão**. Fundação José Augusto: Natal, 1965.

LANNA, Marcos P. D. **A dívida divina**: troca e patronagem no Nordeste brasileiro. São Paulo, Editora da UNICAMP, 1995.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1996.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

\_\_\_\_\_. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte**. Mossoró/RN: ESAM, 1990.

MACEDO. Helder Alexandre Medeiros de. **Outras Famílias do Seridó**: Genealogias mestiças no Sertão do Rio Grande do Norte (Séculos XVIII-XIX). UFPE, 2013

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (séc. XVII). Natal, RN, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe – 1850/1890 Sertão do Seridó**: Um estudo de caso da pobreza. Universidade Federal Fluminense, RJ, 1985.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MORAIS, Fábio De Melo, **Recontando o passado**: memórias sobre a irmandade do rosário de acari. Monografia de graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: A problemática dos lugares. Disponível em: «<http://pt.scribd.com/doc/68998833/Lugares-de-Memoria-Pierre-Nora>». Acesso em: 19 jun 2012.

OLIVEIRA, V. de; PEREIRA, G.de A e MEDEIROS FILHO, A E. de. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó**. História do RN n@ WEB [*On-line*]. Available from World Wide Web: <URL: [www.seol.com.br/rnnaweb/](http://www.seol.com.br/rnnaweb/)>

ORTNER, Sherry. "Uma Atualização da Teoria da Prática" e " Poder e projetos: Reflexões sobre a Agência". Grossi, Miriam Pillar et alii (Orgs.). Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas. Blumenau, Nova Letra, 2007.

PEREIRA, Edmundo Marcelo Mendes. **Terra dos Lázarus**: etnografia, historiografia e processo quilombola na Serra de Santana-RN. IN: Processos sociais, cultura e identidades, 2009.

\_\_\_\_\_. **Comunidade de Macambira**: De “Negros da Macambira” à Associação Quilombola. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 3, p. 123-260, jan/jun de 2011.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 2 n.3, 1989. Disponível em: «[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)». Acesso em: 15 nov 2011.

PRICE, Richard. "Memória, Modernidade, Martinica (fragmentos de um livro)". In: Ilha R. Antr., Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, Brasil, 2000. Disponível em: «<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/14637>». Acesso em: 2 ago 2012.

PROPP, Vladimir I. **Morfologia do conto maravilhoso**: seguida de o estudo tipológico-estrutural do conto maravilhoso de E. M. Meletinski e a Polemica Propp- Levis-Strauss. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1984.

Provincial Presidential Reports (1830-1930): Rio Grande do Norte. Disponível em: [http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_norte](http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte) Acesso em: 16 de outubro de 2013.

REVEL, Jacques. “**Microanálise e construção social**” IN: Jogos de Escala: a experiência da microanálise. Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1998.

SAHLINS, Marshall David. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. **Os Bastidores da lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação**. Revista de História, 1, 2 (2009), pp. 18-39. Disponível em: [www.revistahistoria.ufba.br/2009\\_2/a02.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2009_2/a02.pdf) Acesso em 20 de julho de 2013.

SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos. **Tia Eva**: Trajetória de vida de uma ex-escrava doceira. Revista Habitus, Goiânia, v. 11, jan-jun, 2013.

SILVA, Danycelle Pereira da. “**O escravo que virou coronel**”: Lembranças de Feliciano José da Rocha. Monografia de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

SILVA, Bruno Goulart Machado. “**Nego veio é um sofrer**”: uma etnografia da subalternidade e do subalterno numa irmandade do Rosário. Dissertação de Mestrado do Programa de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

SILVA, Wagner Gonçalves. **O Antropólogo e sua magia**: Trabalho de campo e Texto etnográfico nas pesquisas Antropológicas sobre religiões Afro-brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, Josélia de Araújo. SILVA, Sergio Enilton da. **O viver em fazendas no Acari antigo**: Espaços de vivência nas fazendas Pinturas e Acauã. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1999.

SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. **Acari: fundação, história e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. “**¿Puede hablar el subalterno?**”. Revista Colombiana de Antropología, (39), 2003, p.297-364.

\_\_\_\_\_. “**Quem reivindica a alteridade?**” IN: Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rocco: São Paulo, 1994.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste**: o algodão na economia do Rio Grande do Norte. Fortaleza, BNB, 1985.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VANSINA, J. **A tradição oral e sua metodologia**. IN: História Geral da África - I: Metodologia e pré-história da África. UNESCO representação no BRASIL, Ministério da Educação do Brasil, Universidade Federal de São Carlos, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249POR.pdf> acesso em 12/04/2013

WACHTEL, Nathan. **Aula Inaugural no College de France: Opening lecture At College de France**. In: **Revista Vivência**. UFRN/CCHLA v. I n. 28, Natal: UFRN, 2005.

\_\_\_\_\_. **Deuses e vampiros**: de volta a Chipaya. Editora da USP: São Paulo, 1996.

WEBER, Max. **“Relações Comunitárias Étnicas”**. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UNB, São Paulo, 1999. Pp. 267-277. Vol. I

ZONABEND, Françoise. **A memória familiar**: do individual ao colectivo. In: **Revista de Sociologia – Problemas e Práticas**. N. 9, 1991, p. 179-190.

ZUMTHOR, Paul. **Tradição e Esquecimento**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 5-35.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A família dos "Inácios"**: Herança nominal e memória da escravidão entre descendentes de escravos no litoral do Rio Grande do Sul, Brasil. 6 Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFSC, 2013. Disponível em: <http://labhstc.ufsc.br/files/2013/04/Rodrigo-de-Azevedo-Weimer-texto.pdf> Acesso em 10/06/2013

WOORTMANN, E.F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. UnB/HUCITEC, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. **A comida como linguagem**. Rev. Habitus, Goiânia, v.11, n. 1, p. 5-17, jan/jun, 2013.

\_\_\_\_\_. **A árvore da memória**. Anuário Antropológico, 1992. Disponível em: [http://dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas1992/anuario92\\_ellenwoortmann.pdf](http://dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1992/anuario92_ellenwoortmann.pdf) Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

WOORTMANN, Klaas - **"Com Parente não se Negueia"**: o campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico, EdUnB/Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1987.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Zahar: Rio de Janeiro, 1976.